

Jaime de Magalhães Lima

DIVAGAÇÕES DE UM TERCEIRO

bibRIA



EDIÇÃO DA C. M. DE AVEIRO

DIVAGAÇÕES DE UM TERCEIRO

bibRIA



JAI ME DE MAGALHÃES LIMA

REGISTO N.º 8388

DIVAGAÇÕES DE UM TERCEIRO

S. FRANCISCO DE ASSIS

E A CIVILIZAÇÃO QUE ELE CONCEBEU E PROFESSOU

*Prefácio de Sua Excelência Reverendíssima D. João
de Lima Vidal, Arcebispo-Bispo da Diocese de Aveiro*



008388



1957

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

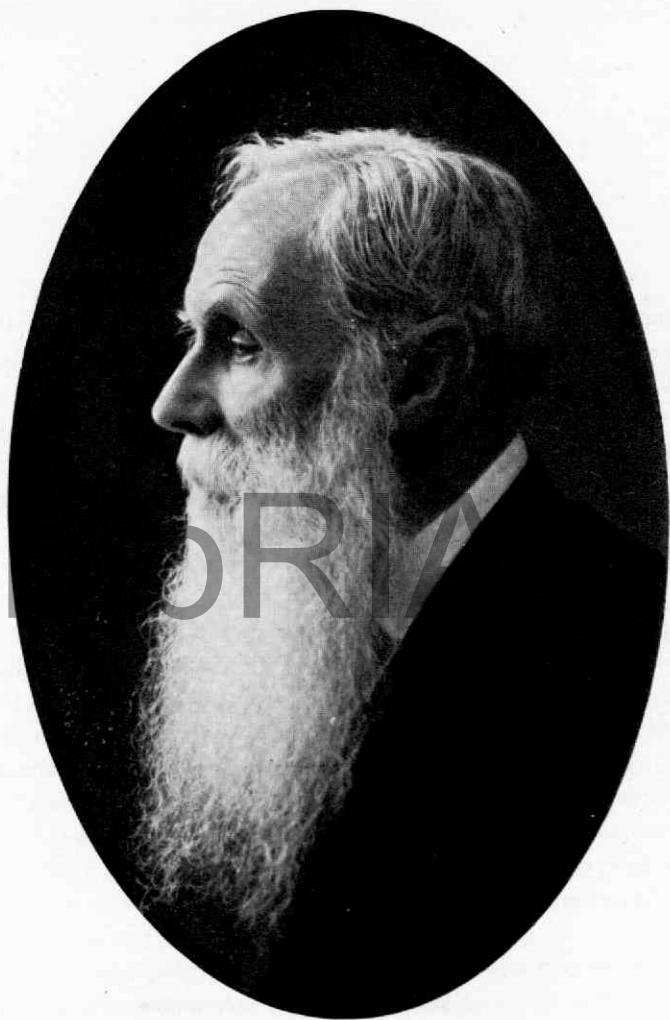
bibRIA



BIBLIOTECA
MUNICIPAL DE VILA RICA

FUNDO
LOCAL

Composição e Impressão
TIPOGRAFIA MODESTA
Rua dos Caldeireiros, 43-PORTO



Dr. Jaime de Magalhães Lima
1859 — 1936



bibRIA

PREFÁCIO

O prefácio deste livro já eu o escrevi em tempos para uma edição que se projectava, no Porto. Mas como o projecto por essa vez falhou, ou eu o rasquei, como já não tendo razão de existir, eu anda por aí metido nalguma gaveta de papéis velhos, de tal sorte que para agora tentar dar com ele era o cabo dos trabalhos e a perda certa da paciência. Preferi então fazê-lo de novo para esta edição, na certeza, porém, de me encontrar diante dum grave estorvo, se não insuperável, capaz pelo menos de diminuir o valor já de si tão insignificante, para não dizer nullo, da pena que o quer reviver.

É que, quando se dá a um assunto ou a um tema a cor e o brilho, não digo que ele possa exigir, mas aquele que nós lhe possamos dar, e cai depois um borrão no papel que apanha e estraga tudo, ou vem o vento e o leva, quem sabe para onde, ou, como no caso, somos nós mesmos que o enjeitamos; depois quando se trata de o reconstituir, de o chamar outra vez à luz, há que lutar certamente contra o desalento moral que resulta de já se ter feito sem resultado uma coisa evidentemente melhor, e agora se estar a perder tempo para colher afinal um fruto muito mais fraco do que aquele que por nossa culpa nos fugiu das mãos.

Victor Hugo, um pouco a-propósito disto mesmo que estou a dizer, quando em Paris começou a correr que ia aparecer a **Notre-Dame**, como se o autor já se não lembrasse de nada do que dela primeiro escreveu, sorriu, com aquele ar de glória que lhe era próprio, e comentou:

— Como sai a árvore, com o jeito que ela traz da terra, deixai-a ficar!

*

*

*

Tenho ideia de ter dito de qualquer maneira que este livro dá a impressão de uma estupenda meditação solitária, só para dentro de quem a está fazendo. Dir-se-ia que o autor o escreveu para ele próprio, não para as estantes da humana literatura, mas para o sossego do seu pensamento e o calmo ritmo do seu coração. Porque cada um de nós tem uma linguagem íntima, indecifrável para outro qualquer, só monólogo sem auditório, uma linguagem de que só ele tem o segredo e parece estrangeira a quem por acaso a escuta.

Sente-se, ao ler o livro, que há um caminho seguro, bem traçado, bem definido, embora no alto das nuvens, em vertigens inacessíveis, por onde o autor anda perfeitamente à vontade, como andava, quando era vivo, pelos caminhos poéticos da sua Quinta de São Francisco. Sente-se que ele não bate com as mãos no ar, na espuma ou na treva; ele sabe bem a que forte esteio se agarra. Nós, porém, é que assistimos ao voo sem saber bem do processo das suas asas. Seja como for, é sempre deleitoso ver a águia sem se perturbar nem queimar nas proximidades do sol.

*

*

Quando Jaime de Magalhães Lima escreveu pela primeira vez o seu *S. Francisco*, estava sob o encanto do primeiro que talvez

encheu da luz suavíssima que a Igreja desde o princípio lhe descobriu a fronte terna, inocente, poética, extasiada do antigo trovador de Assis. Como a esse encanto ele não pôde fugir, é possível que nesse primeiro livro, qualquer aragem passasse, aqui ou acolá, que picasse de qualquer maneira, ainda que subtil, o olfacto católico.

E assim, quando ele me pediu para notar no elegante volume aquilo que porventura poderia ferir a sensibilidade ortodoxa, eu disse-lhe que não era questão desta ou daquela palavra em particular, desta ou daquela página devidamente numerada no livro; era o ar um pouco incerto e fugitivo, inagarrável, que girava por todo ele e o fascinava. Há mais alguém do que eu que possa dar testemunho da docilidade com que ele aceitou o aviso. Não é lugar comum, este, nos génios.

A Câmara Municipal de Aveiro, lançando agora este livro, o canto do cisne no Vale do Suão, não pode ter a pretensão de editar uma obra propriamente popular, que até a ajude nos seus esforços infatigáveis de urbanizar a cidade, mas pode ter o nobre orgulho de prestar a mais sensível das homenagens a quem tanto, pelo faiscar do seu cérebro, pelas fraternas irradiações da sua alma de santo, e até pelos traços patriarcais da sua fisionomia de asceta, tão justamente a mereceu e a conquistou.

Aveiro, 2 de Dezembro de 1956

† JOÃO EVANGELISTA, ARCEBISPO-BISPO DE AVEIRO

bibRIA

I

A POBREZA ASSISIENSE E OS SEUS PROBLEMAS

Pela intuição do génio religioso arrebatado na fé e no conhecimento inspirado de que a pobreza é o medianeiro essencial entre Deus e a dignidade e a felicidade humana, S. Francisco fundou uma civilização onde apenas parecia definir um preceito moral de suprema eficácia para a paz da nossa consciência e para uma repousada ordem do mundo.

Porque além de uma religião e de uma moral, além de uma solução das nossas responsabilidades com Deus e com os homens, esse princípio da pobreza determina uma ordem das coisas sob a nossa dependência, prescreve uma ciência e uma higiene e uma estética, e sobretudo uma economia, só por si regrando uma disposição perfeita das realidades terrenas, de harmonia com as realidades psicológicas imperativas que previamente a exigiram e traçaram. O que para o Santo fora em seu arrojado início um ímpeto de amor cristão, tinha de ser e foi, pela expansão natural da sua energia o princípio e base de uma filosofia, e o alento de uma arte, e o largo e inabalável alicerce de um sistema económico das sociedades, mais seguro em seus bens que quantos outros diversos havíamos conhecido.

Para o Santo como para muitos milhares dos seus filhos espirituais que se sucederam e sucedem no correr dos séculos, para esses bandos infintos de mensageiros da divindade, tanto mais inflamados na sua ansiedade de purificar quanto mais os

assaltam as heresias sòrdidamente materialistas que se lhes opõem e os provocam, para toda a constelação franciscana, seja qual for o grau de proximidade do seu foco e de intensidade de atracção em que cada um dos seus elementos individuais ou gregários se mova, a fidelidade à inspiração da pobreza assiensiense importa, por força da sua lógica imanente e por demonstração de prolongada experiência, um governo, que lhe seja conforme, de toda a natureza concreta sujeita à nossa vontade e acção; importa, em resumo, a fundação de uma civilização em toda a sua mais larga amplitude. Imediatamente os efeitos práticos desse princípio espiritual supremo se mostraram e o fizeram compreender e definir como uma força que impõe uma ordem social congénere e característica; e hoje, como no começo do apostolado franciscano, a lei da pobreza rasga à nossa aspiração e para a nossa existência terrena em todos os seus modos, uma estrada muito diferente daquela vulgar em que mortificados por inumeráveis lutas e contrariedades temos caminhado.

De facto, o que a pobreza de S. Francisco concebeu e professou com um aferro inviolável a todas as tentações, não é sòmente uma crença abrigada no fundo do seu peito e uma oração murmurada na solidão e no deserto, onde o rumor do mundo não chegue nem oprima. O que S. Francisco nos propõe naquele mandado é a constituição de uma civilização nova em toda a sua amplitude.

Sabatier foi ainda um intérprete penetrante do espírito e do legado do Patriarca de Assis, quando no prefácio da versão inglesa de Rawnsley, do *Sacrum Commmercium*, observou que naquele livro admirável se trata «dos esponsais da Igreja da Idade Média com a pobreza, os quais esponsais se houvessem sido guardados, teriam importado uma civilização nova». Não houvessem sido quebrados esses esponsais, e «os franciscanos teriam sido o fermento de uma civilização inteiramente nova, isto é, a restauração do espírito da pobreza na terra seria o sinal de uma renovação completa da humanidade».

E será ainda Sabatier quem, recentemente, na sua conferência da Sorbona celebrando o 7.º centenário de S. Francisco,

e insistindo na *actualidade* do seu espírito, põe o problema franciscano na sua maior altura e suprema significação onde, ao concluir do discurso, diz: — «O que é certo é que no fundo de todas as lutas que neste momento revolvem a Europa, há um duelo entre dois espíritos: de um lado, o de S. Francisco, e do outro, o que jurou extirpá-lo».

Entretanto, aquele esclarecido e nobre apóstolo franciscano espera que as considerações que fez na sua conferência serão «próprias a dar-nos a certeza de que o patriarca da pobreza vencerá».

Evidentemente, há duas civilizações que nos fascinam, duas vias de ascensão do nosso espírito e sua dilatação e impressão nas criações terrenas e seu uso, disposição, comércio e transformação. E não há senão duas vias: — pobreza ou avareza; dar ou apreender; servir ou escravizar; cobiça parasitária ou isenção generosa; possuir a terra e o próximo como nosso feudo e livre propriedade ou cultivar a terra e tratar o próximo, precariamente, como bem de outrem, de um senhor mais alto; ministrar o pão criado pelos nossos braços ou nutrir-se e cevar-se com o pão amassado no suor dos outros. E conforme uma ou outra destas civilizações professamos, a nossa existência transitará ou em alumiada paz ou em uma tenebrosa tormenta.

Em toda a conjuntura, porém, a condição económica será o índice e o definidor da condição religiosa, e a religião esvai-se em mero delírio e inanidade final, se não logrou transfundir-se no governo constante da nossa existência concreta e se não lhe deu uma forma, não só expressiva e simbólica, confessando a aspiração íntima, mas também activa e tangível, impondo uma ordem das coisas tangíveis.

Assim é que o princípio da pobreza em si e só por si contém todo o sistema da civilização franciscana.

*

*

*

Na sua enunciação o princípio da pobreza é de uma sim-

plicidade diamantina, tão luminosa em sua substância como aguda em seus traços:

«Dai de graça o que de graça recebeste. Não possuas oiro nem prata, nem tragas dinheiro na cinta, nem alforge para o caminho, nem duas túnicas, nem calçado nem bordão, porque digno é o trabalhador do seu alimento».

Destituição absoluta de todos os bens terrenos. Negação de toda a reserva e previdência. Nudez perfeita de toda a posse e de toda a arma, ainda a mais inocente, com que os bens se guardam e defendem, não só das contingências restritamente humanas, mas também do acaso e da fatalidade cósmica. O mundo inteiro tinha de ser usufruído entre a contingência absoluta.

Fundava-se nisto o credo assisiense. Foi o Evangelho que ao Santo revelou a lei suprema da vida e da felicidade. Segredou-lhe um dia pela boca do sacerdote na hora abençoada em que a missa repetia o conselho do Divino Mestre.

Mas nem tanto durou o esplendor da aparição, que a breve espaço uma sombra a não turvasse, quase no mesmo instante em que surgia aos olhos deslumbrados do profeta.

Mal S. Francisco prometeu obediência à sua dama, a pobreza, eis que o bispo Guido, a quem ele comunicara o seu propósito e o seu voto, acode a chamar o cordeiro de Deus ao rebanho da fraqueza dos homens, e paternalmente adverte a audácia insensata do cavaleiro e trovador de amores celestes de que nada possuir no mundo é sujeitar a vida a dificuldades severas.

Mas nem a coragem do Santo se comoveu com a previsão dos tormentos e desgraças que o bispo lhe anunciava, nem o filho do mercador de Assis e o companheiro dos folguedos da mocidade alvoroçada na febre de prazeres podia ignorar os enganos da terra e das suas supostas riquezas, para por elas renunciar ao amor da pobreza.

Ele respondeu ao bispo: — «Senhor, se houvermos de possuir bens, necessitaremos de armas para defender a propriedade, e daí virão os pleitos nos tribunais, nos quais tão frequentemente se viola o amor de Deus e do próximo. Preferimos, pois, não ter bens temporais neste mundo».

Por benigna ironia da vida, a beatitude coincidiria aqui com a comodidade.

As riquezas, como paixão de colher e acumular bens tangíveis, são uma dilatação absurda da personalidade; tentando dilatá-la, afinal por uma inversão do poder estabelecem um sistema de parasitismo em que as riquezas **constrangem e absorvem** a personalidade até a anular.

Nesse duelo, o que sobrevive são as riquezas dominando o homem e jungindo-o ao seu serviço, não é o homem governando as riquezas e despendendo-as em alimento da sua liberdade e da sua plena constituição e revelação. Há uma invasão lenta do domínio dos bens sobre o homem e só quando vai adiantada e é incurável é que se mostra aquela inversão de poder que degradou em escravo o primitivo senhor. E então se reconhece até que ponto a pobreza é o instrumento inicial da defesa da personalidade, a salvaguarda daquela liberdade pela qual a personalidade atinge o seu pleno desenvolvimento.

Homem prático tanto como iluminado sublime, fundador da cidade nova da ventura e da tranquilidade tanto como enviado de Deus e o seu servo, o Santo partiu afoito e alegre para a jornada agreste que a consciência contente lhe mudaria numa aurora límpida onde se lhe cravassem na carne os espinhos que o vulgo teme e não é capaz de evitar nem curar.

*
* *

Em toda a aspiração que queira e tente elevar o homem acima da terra, pairam sempre agoiros de naufrágio; há a ameaça indeclinável de poderes nemésicos que esperam inquietos a sua hora de escárnio e tarde ou cedo a encontram, plena ou truncada, se não com poder bastante para dissipar totalmente o sonho e o confundir no infinito do nada, ao menos com energia suficiente para não consentir sem agonia a redenção. Há uma cruz em toda a encarnação terrena da essência divina, e S. Francisco, pois que era homem e vivia na terra, tinha de a sofrer.

Tinha seu calvário a pobreza que o Santo nos trazia e era o viático da redenção.

Não podia, porém, a coragem do Santo e a sua arte intuitiva de lidar com os homens e os dominar, banir do mundo o que era do mundo e fazia parte inalienável da sua substância. Porventura às eternidades celestes respondem satânicamente as eternidades terrenas, e não prescindem de ser nomeadas e consideradas em toda a conjuntura.

A tradução prática da lei da pobreza estava destinada a ser o problema por excelência da fundação da civilização assisiense. Sendo, porém, um absoluto, só teria possibilidade de viver em fragmentos, como acontece a quanto é absoluto, e a determinação dos modos e termos da formação e movimento desses fragmentos iria suscitar e alimentar a série interminável dos problemas franciscanos — pois, convém notar, neste ponto como nos demais da civilização assisiense, não há o problema franciscano: há os problemas franciscanos, ou infinitas dúvidas e trepidações da aplicação dos seus princípios, quando vêm a lidar com as realidades tangíveis.

O primeiro adversário da pobreza franciscana, e pelo seu poder formidável de acção e insinuação constante o mais perigoso embaraço da sua vitória, será aquilo que, à falta de melhor expressão, chamaremos a duplicidade do homem e das coisas humanas, aquela repartição de serviço entre Deus e César, que o Evangelho reconheceu e ordenou.

Acaso quanto promoveu os cismas e as heresias anteriores a S. Francisco e quanto agitou os conflitos dentro da sua própria ordem, tão dividida como a encontramos, desde começo e na sequência dos tempos, pela diversidade de aspiração e interpretação dos seus fins e meios de acção; e quanto determinou a intervenção amiudada de decretos da cúria romana e bulas pontificias, ora condenando, ora aplaudindo, e sempre mandando e guiando a constituição das comunidades franciscanas, e dando solução, não raro severa, às suas intermináveis lutas e dissensões violentas; — mais ainda, e generalizando, acaso todas as afeições como todas as inimizades da Igreja católica e todos os seus combates, se lhes procurarmos as raízes mais

profundas, serão apenas a consequência daquela oposição insalvável que nos anda na alma e no mundo e nos divide o ser e a existência entre Deus e César, entre o farisaísmo e a consciência, entre a convenção e a iniciativa responsável, entre Marta e Maria, entre o direito e a lei, entre o espírito e a letra, entre a liberdade e a regra, entre a inspiração interior e a autoridade externa, entre o absoluto divino e a relatividade terrena, entre as visões celestes e a escravidão mundana.

As dúvidas e solicitações contrárias e divergências e imposições e rebeldias que têm angustiado a Igreja e entretecem o drama mais ansiado da sua história, enquanto se repetem na vida de toda a actividade humana, sendo comuns à política, à arte, e a toda a forma da existência humana que reclame governo ou lhe dê ensejo e pasto, essas lutas e suas fortunas e desgraças todas provirão unicamente de que, no conceito cristão, o mundo se divide entre Deus e César, cada qual desses dois senhores nossos há-de ter o seu quinhão, — convindo advertir e ponderar que o nosso corpo é cesariano nas suas exigências, como divina é a nossa alma nos seus arrebatamentos. A fatalidade quer que, por igual, onde se viveu em comum ou onde se viveu vida singular, sempre temos de sofrer o dualismo de responsabilidades afectivas com suas sanções práticas que Cristo atribuiu ao serviço simultâneo de Deus e de César, sendo cruelmente certo que a satisfação e exercício dessas responsabilidades raro coincide, e, porque não coincide, nos atormenta, obrigando-nos de continuo a sonhar e a procurar uma conformidade que, mal se esboça, logo nos foge e se apaga.

Ora o princípio cesariano detesta a pobreza; persegue-a e combate-a. E, não podendo ser vencido nem vencê-la, porque, cada qual na sua esfera, as duas potestades são igualmente irreductíveis, daí resultaram inumeráveis colapsos da civilização assisiense, mesmo onde ela parecia mais sólidamente fundada; daí derivou a elaboração de consecutivos compromissos e intermináveis sistemas de claudicantes conciliações, multiplicando-se infinitamente na sucessão das conjunturas infinitas às quais vinha acudir, e tão depressa caducando e se mostrando impotentes e errados quão cedo as conjunturas mudavam de aspecto

e de necessidade, sem embargo de se renovarem imediatamente sob diversa feição.

*

*

*

Se, todavia, por prodígio de uma centelha fulminada dos céus, um gênio nunca visto encontrasse solução estável, fácil, clara e singelamente imperativa, para terminar em harmonia perfeita e em milagrosa equidade os conflitos da pobreza e da riqueza na captação dos bens terrenos, livre que dessa cruz das materialidades a pobreza se achasse, outra mais árdua e pesada, a ironia inclemente da condição humana, lhe punha aos ombros, a amargar-lhe os passos do calvário.

Mais apaixonada e violenta que a cobiça das riquezas tangíveis é a cobiça das almas que nos inflama — esta sede de dilatação do nosso ser espiritual em o ser espiritual estranho, este espírito de absorção do espírito alheio em o nosso espírito, que se chamou a glória de convencer e dominar e mandar, e que a seu modo nos enlouquece e perverte, precipitando-nos na insaciabilidade da ambição.

Há uma sede de capitalização da opinião dos homens e dos seus desejos e vontade, tão cega na avidez como a sede de capitalização do trabalho e do dinheiro dos outros, tão soberba e avara como qualquer expoliação de bens concretos, meditada e operada a ferro e fogo em nosso exclusivo proveito. E é essa sede que gera a pior das avarezas, a avareza que acende a intolerância e o fanatismo, e dessa avareza nos deram trágicos exemplos as ordens religiosas, não excluindo algumas instituídas sob a invocação de S. Francisco, nem por isso, como as congêneres, deixando de disputar violentamente toda a casta de preeminência, e designadamente a posse única da verdade evangélica e da regra de vida que lhe seja conforme.

Perante essa rapina das consciências e o ódio rubro que lhe despenha os voos, a pobreza de bens tangíveis será virtude modesta e não penosa; simples acto de eliminação concreta ou de indiferença ou abstenção, um movimento da vontade e a energia do braço que ele manda bastam para deliberar e consu-

mar em um rápido instante a pobreza material que o Evangelho impõe. Mas já não é assim dócil a pobreza de governo e domínio das almas; mais subtil e insinuante em seus modos e artes, mais constante e mais a salvo de contingências temporais, não cede da ambição onde ela uma vez despontou e entrou a medrar, e pela sua ambição esquece Deus e o desprendimento e a humildade, que são seus sacerdotes e intérpretes. Prescindir dos bens terrenos é unicamente deixar de receber ou abnegar do acessório externo; renunciar à posse das almas do próximo é mutilar a expansão da nossa própria personalidade, é afinal o mais violento ascetismo, a mais cerce amputação do crescimento do nosso ser. Convencer é o mais dissimulado e traiçoeiro dos actos de posse; iludindo e simulando a generosidade e a caridade, será no fundo, no mais recôndito dos seus arrojos, uma conquista, a conquista inteira e completa, rematando na rendição sem reserva da pessoa e naquele tenebroso *Perinde ac cadaver*, que é o termo derradeiro do holocausto de homem a homem.

Tem seu pecado original o apostolado.

Quando S. Francisco hesitou entre a vida contemplativa e o apostolado, teve porventura o pressentimento do perigo dos erros de alma a que o apostolado expõe. Sendo o apostolado um acto de conquista, implicitamente se sujeita à degeneração em avareza, que é própria da conquista, e habitual ainda mesmo onde é o puro heroísmo que promove a conquista; quanto mais tem, mais apetece e quer e mais procura, e também, por sua desgraça, mais condescende com os instrumentos de captação.

O apóstolo responderá que, se alguma coisa entesoura, não é para si, é para dar a Deus; é somente porque o destino o tornou o portador eleito e o guarda da salvação sua e do próximo.

Mas, ai da sua isenção! Antes de dar e para dar, tem de absorver; e enquanto absorver se exalta na ambição de possuir, tanto mais ardente quanto maior for a sua dedicação e a febre de servir.

O beneditino, fechando-se entre as quatro paredes do mosteiro e tirando da terra o pão com o suor do rosto, estaria talvez mais próximo da pobreza, embora não a proclamasse o seu princípio supremo, que o franciscano exaltado na sua disseminação,

por magia da sua palavra arrebanhando as multidões e prostrando-as e vencendo-as para obedecerem à pobreza e a servirem. O franciscano oferece a Deus essas multidões escravas da sua fascinação, é certo; mas antes de as oferecer ganhou-as, foram suas, e habituou-se a tê-las como suas, e logo no contentamento de as possuir e acrescentar houve talvez uma obscura infidelidade à pobreza.

Cruel dilema da ansiedade franciscana! Para governar é necessário possuir as almas, e quem se propôs governar e para isso possuiu, nessa hora faltou à pobreza, ainda que só por amor de Deus quisesse possuir.

Se encontramos um iluminado e assombroso artista e apóstolo, como foi S. Bernardino de Sena, inimigo declarado e resolutivo de todos os cargos e dignidades do mundo, que afinadamente aborreceu, velho, montado em um burro, porque a debilidade já não o deixava arrastar-se a pé, macerado, lívido, andrajoso, esfarrapado a túnica e levando consigo por única bagagem a súplica dos sermões com que ia a dominar as cidades e as praças, e os descrentes mundanos e os fiéis dos templos, tenhamos por indubitável que esse homem na sua humildade não pode deixar de ter a consciência de que usufrui uma riqueza maior e mais eficaz que o milionário entre o seu ouro ou o capitão de armas entre as suas legiões. E santo que ele seja e sem deixar de o ser, chegado a este ponto não poderá deixar de se alegrar e desvanecer no seu poder e na sua abundância, e aí pecou, tendo como virtude uma negação radical da pobreza.

Evidentemente, o apostolado foi em S. Francisco o puríssimo ardor de partilhar com o próximo as alegrias celestes que lhe inundavam a alma. Para isso se exaltava a acordar da ignorância e da inércia os que ainda não haviam renascido para a vida do espírito, e a libertar do erro os que da sua fé se haviam transviado. O apostolado do Santo, na pureza em que o concebeu e exerceu, não era a sede mórbida de dominar a consciência alheia, pela comunhão na fé a que a atraísse estabelecendo um sistema de governo, um império. Não era uma cobiça e muito menos uma avareza, era singelamente o instrumento da prodigalidade

de uma fortuna que só sentia completa quando a caridade sem limites a repartia e a dilatava multiplicando-a no coração alheio.

Mas ao formar as suas ordens o Santo olhou somente para o milagre que era a constituição do seu espírito e, tomando o excepcional e o extremo pelo comum, enlevou-se em uma confiança nas forças humanas que a experiência lhe volveria em uma torrente de desilusões pungentes e amiudadas convulsões do seu rebanho. E assim foi que muitas vezes as suas lágrimas choraram a avidez de domínio onde tinham por segura a liberdade de salvação do próximo e desalentadas sentiram a invasão do campo franciscano pelos espectros lúgubres das ambições do poder espiritual que inflamaram os bandos combativos dos menores e ainda agora e sempre lhe perturbarão a humildade e o rigor da sua pobreza.

*

Tem muitas faces a pobreza, e nem todas ungidas do Senhor; se na sua candura mais subida é a intérprete da humildade e o seu pão mais saboroso e salutar, não será mais que o servo assalariado do orgulho onde a ambição dos prêmios mundanos da santidade vestiu de andrajos os corações sedentos de aplauso e lisonja. E decaída então da sua missão sagrada, a pobreza entrou a ser a máscara de quem na febre de possuir quis dominar a terra pelo desprezo, amesquinhando-a pela rejeição, para que maior fosse quem a rejeitava.

Tão perigoso inimigo da pobreza assisiense como a sensualidade pecadora, francamente cobiçosa e ávida dos regalos do mundo, será o próprio orgulho da pobreza, não raro dissimulado em austeridade, e entretanto precipitando na perversão e crueldade de todos os puritanismos, que nas suas ambições e práticas, de uma desnaturada rectidão, acabam por ignorar completamente a virtude fundamental da pobreza, a caridade que a precede e alenta. Destituindo de toda a liberdade e piedade a pobreza, o puritanismo, enquanto a exige e proclama soberana, corrompe-a, tornando em sujeição, violência e coacção o

que sòmente em espontaneidade de enternecido amor pode prevalecer, na sua sublimada e fecunda sublimidade e pureza religiosa.

Não seja, e sobretudo não queira ser tão perfeita a virtude que vazada em moldes rígidos e inflexíveis, alimente o orgulho de quem, constringendo-se e desvanecendo-se na sua capacidade de constringimento, renunciou a toda a iniciativa própria e segue um estatuto, em vez invocar um espírito e lhe obedecer, na multiplicidade infinita das conjunturas em que é chamado a intervir — tanto mais que o orgulho na pobreza assisiense, como em toda a pobreza, tem bom pasto e um reduto aprazível, porque a pobreza pela frequência e evidência dos confrontos que suscita, fàcilmente se presta a uma ostentação que de pronto conquista o pasmo e, não raro, o aplauso da turba ávida de sensações espectaculosas.

Onde a pobreza assisiense houver de ser guardada na sua integridade e imaculada beleza, o mais virtuoso não será porventura o mais santo e mais zeloso no rigor das manifestações concretas da sua existência; o mais fiel e merecedor será antes aquele pecador que, enquanto sente e verifica o próprio pecado e o sofre sem indignação, pacientemente, como condição da fraqueza humana, humanamente e em perfeita humildade o corrige, dentro das possibilidades humanas, e com a consciência de que o sentimento dessa condição de fraqueza e imperfeição é ainda uma das vias mais constantes e seguras de avistarmos a grandeza da divindade, à qual temos de referir a nossa miséria para a julgarmos e emendarmos.

A pobreza do menor, na inviolabilidade e inteireza em que o Santo a quis e mandou, será evidentemente um extremo inacessível; e logo por esta situação em que coloca o menor o sujeita a infinitos riscos, tal qual o maior e o altivo e avaro a quem o menor vinha a opor-se. Posta em termos de absolutismo, a pobreza carecerá de forças estranhas, e acaso demoníacas, que a amparem, para não resvalar da atitude de incompatibilidade que só por si, pelas suas seduções e império, ela não tem probabilidades de manter; e aqui lhe acudirá maliciosamente um traícoeiro orgulho, a oferecer-se para interessado cireneu, entretanto

a induzindo no menos religioso dos estados de alma, embora externamente se mostre caído de branco, sem mancha.

Pelo desconhecimento, que lhe assiste, daquela relatividade das criações e dos seres que para o nosso entendimento é uma lei de ordem terrena, e para o nosso coração, moralmente, importa o domínio de um princípio de humildade, é o orgulho que, agravando e apagando o nosso sentimento de incorporação indestrutível na unidade divina, nos desliga do amor que esse sentimento alimenta e da obdiência à vontade dessa unidade, da qual vimos e à qual pertencemos, e que é a base de toda a religião.

De forma que se do menor e particularmente do seu anseio de pobreza, se apoderou a vertigem do orgulho, que o atrai para a glória mundana de uma menoridade perfeita, aí lhe surge e o desvaira um farisaísmo mortal, no burel e nos andrajos como na seda e no ouro, idêntico, remate da altivez e soberba em quem ostenta o desprendimento das riquezas mundanas e em quem, ufano, declaradamente as louva, contempla e prefere e conquista.

Seria ainda e principalmente pelo orgulho inerente ao saber e uma das suas enfermidades mais habituais e acentuadas que S. Francisco tão severo foi com essa tentação que ao comum dos homens se mostrava sòmente virtude e dignidade. Instantemente o Santo requeria dos menores, para verdadeiramente o serem, que se acautelassem contra os livros e a propensão a erigir a leitura em profissão altiva, sobre todas nobre; mandava que os livros fossem lidos em espírito de perfeita humildade e só nessa condição frequentados, assim se tornando em vínculos de religião, tão salutares quando constituídos sob esse domínio, como nefastos quando pervertida e negligente-mente os deixávamos converter em simples armas de superioridade mundana. Porque o saber, só por si, é objecto de propriedade poderosa, um capital e uma riqueza amplamente rendosa em bens terrenos e comodidades e império, logo se inclin-ando a oprimir o próximo em vez de o aliviar, e a absorver em

vez de dar, o saber carecia de regra que o baptizasse no Cristianismo e intervinha, não sem efeitos consideráveis, no duelo entre a pobreza e a riqueza, que era o combate decisivo para o triunfo ou para a aniquilação da civilização assisiense. Logo se perguntava e se tornava urgente designar em termos claros a qual daquelas duas potestades que ordenam a vida o saber tinha de obedecer, a qual iria fortificar e engrandecer. Com o seu nutrido cortejo de cobiças, paixões, avarezas, ódios, rivalidades e arrogâncias, que o enleava e o tingia de suspeitas, era evidente que o saber, por experiência e por natureza, fàcilmente degenerava em uma forma de propriedade sob o seu manto de isenção e desprendimento, tão perigosa para a pureza e fidelidade do menor como qualquer outra propriedade das muitas que o chamavam francamente para a conquista cesariana a ferro e fogo, disputando e ostentando-a como o melhor prémio da existência humana.

Daqui o zelo do Santo, a precaver os irmãos, advertindo-os de que «quando um estudioso entrava na Ordem, devia em certo modo resignar mesmo o seu saber, para que, havendo-se despojado de tais bens, se pudesse oferecer nu aos braços do Crucificado (Celano, *Vida II*, § 194).

Quem ardentemente aconselhava e praticava a indigência total dos bens do corpo e das riquezas que os alimentam e por isso se reputavam corruptoras, não poderia, de facto, sentir e querer de outro modo onde os bens do entendimento e do saber se tornassem em haveres paralelos das riquezas terrenas, e como elas agentes da vaga sensualidade espiritual que lhes é própria e fautores de desdenhosas soberbas e supremacias.

Há em Celano, na *Vida II* de S. Francisco, um capítulo intitulado *De inepta lætitia*, no qual se refere que, ao passo que o Santo «tinha por benvinda a alegria espiritual, cuidadosamente evitava a alegria inepta, sabendo que quanto instila a perfeição deve ser ferventemente amado e, não menos zelosamente, deve ser afugentado quanto infecta».

Semelhantemente, considerando as reiteradas instâncias de S. Francisco, se poderia intitular *De inepta scientia* aquele outro capítulo da mesma *Vida*, que nos diz que «S. Francisco se afligia

se o saber se procurava em detrimento da virtude, especialmente quando alguém deixava de persistir na vocação que a princípio o chamara». «Os meus irmãos», dizia, «que por curiosidade vão atrás do saber acharão as mãos vazias no dia da retribuição. Preferia tê-los fortalecidos nas virtudes, de modo que, quando fossem chegados os dias de atribulação, tivessem com eles o Senhor, na sua desgraça. Porque a atribulação vem, realmente, onde os livros devem ser lançados, como inúteis, nos armários e nos lugares ocultos... Não dizia isto porque o estudo da Escritura lhe desagradasse, mas somente para retirar os irmãos, em geral, de se afreimarem demasiado a aprender, e porque antes os queria consumados em caridade que pedantes em saber». (Celano, V. II, § 195).

E, tal qual o saber, a obediência e a castidade, partes essenciais do evangelho assisiense, agregam-se ao mesmo princípio da pobreza; na veia mãe de que derivam serão formas da pobreza, simples função do seu domínio fundamental.

Temendo a sedução feminina, pressentindo-lhe forças demoníacas poderosíssimas, importando a perda total da liberdade da nossa alma, escravizada pelas cobiças terrenas, porventura pela mais febril das cobiças terrenas; instando pela fidelidade do menor ao princípio da obediência, destituindo-o de querer próprio e confiando-o ao querer alheio, dos astros ou dos homens que ele o chame — na disciplina desses dois impulsos de superioridade e governo e posse não exigiria o Santo afinal senão uma consumação perfeita da pobreza, na respectiva esfera em que eles se movem, pobreza no exercício da nossa vontade de deleite e afirmação do nosso ser singular, pobreza na captação da doçura e afagos que o amor da mulher significa, importando para nós uma sujeição fatal a toda a elevação religiosa, que a paixão feminina por sua absorção aniquila.

Saber, castidade e obediência dependeriam todos de uma só lei de pobreza, certamente porque ministram e regem formas de riqueza, e toda a forma de riqueza, enquanto precedida de actos de apropriação, subentende uma perda de liberdade da nossa alma, uma servidão que se constitui e cresce à custa da mingua correlativa do amor divino e da comunhão na plenitude

da vida cósmica, logo resultando em um estreitamento da máxima riqueza e do amor máximo e sua eternidade, depauperados até à dissipação total pelo aferro aos bens mínimos e aos mínimos afectos e sua contingência e transitoriedade.

Na civilização assisiense, para o saber e para o querer e apetecer, como para todo o esforço e inclinação de apropriação, seja qual for a natureza da propriedade; para o conhecimento e disciplina e governo das forças imponderáveis que intimamente nos assistem, como para o governo e disposição e usufruição das realidades terrenas concretas que o nosso braço alcance, o desejo de possuir e a posse somente serão legítimos enquanto instrumento activo do serviço do próximo e nossa incorporação passiva e humilde na vida universal — em toda a latitude da criação divina, na qual esse próximo encarne e essa vida se manifeste e nos toquem a alma e os sentidos, inertes ou palpitantes, mudos ou clamorosos, gemido ou semente, lamento e esterilidade ou fertilidade e contentamento, coração dos homens e sua piedade ou o chão que pisamos e o seu revestimento de verdura. Conhecer, meditar, reflectir e averiguar e interrogar e ouvir e possuir, quanto é objecto do saber e do querer, somente será reconhecido da autoridade divina e sua benção, se o precede e guia o propósito de servir e a esse propósito fielmente se submetem.

Só assim essa propriedade pode ter lugar e subsistir na civilização assisiense.

*

*

*

Na civilização assisiense, a sua pobreza fundamental não será, porém, um princípio de carácter estático; será um princípio de carácter dinâmico; só em movimento se sente e realiza. Essa pobreza não é uma arquitectura, geométrica, angular, impassível; é uma vaga, instável, e perpétuamente se agitando e nos envolvendo.

Para que a pobreza subsista ou se arruine, na civilização assisiense, isto é, para que a sua base se mantenha firme e íntegra ou se esboroe e afunde, o que importa não é possuir ou abnegar, mandar ou obedecer, servir ou ser servido, saber

ou ignorar, trabalhar ou orar; o que importa, o que há-de afirmar a pobreza ou negá-la, e edificá-la ou desmoraná-la, e agasalhá-la e derramar-lhe as bênçãos ou desterrá-la e disseminar-lhe os erros, é o espírito em que possuímos ou deixamos de possuir e em que buscamos ou não queremos possuir; é o espírito em que mandamos o obdecemos, e servimos ou somos servidos, e sabemos ou ignoramos. Todas as riquezas, como todas as indigências, as dos sentidos como as do entendimento, são para o verdadeiro menor confiado à providência divina, meros acidentes da ordem cósmica e seus erros, que só por si se equivalem. O que os distingue e que lhes dá significação religiosa, e os converte em beatitude ou os torna maldição, é o uso que fizemos dessas faculdades e haveres que o destino na sua cegueira ora nos rouba, ora nos oferece, e ora nos abunda, ora nos mingua; sujeitos que se acharem à nossa discrição, a todos por igual os governando e aceitando ou rejeitando em uma vigilante consciência das responsabilidades com Deus e o seu amor, tanto podem obrigar a possuir, se a Deus temos ensejo de os consagrar, como podem demandar a destituição e recusa imediata, se se tornar estorvo ao cumprimento dos mandados divinos.

Na concepção da pobreza assisiense, acaso haverá momentos em que o avaro, por uma demoníaca inversão das suas aspirações, se torne em caridoso. Ascético, nada consumindo consigo e entretanto acumulando e entesourando, assim prepara a esmola com que um dia, de boa ou má vontade, e quase sempre sem o saber, por simples fatalidade da ordem do mundo, vai acudir à imprevidência alheia e saná-la. Momentos haverá em que o avaro se converta em instrumento providencial de caridade sem o cuidar, só pela doce e oculta ironia das coisas; e então quem foi pronto em arrecadar será melhor servo de Deus do que quem pela generosidade demasiado impetuosa foi precipitado em dar, e entretanto promoveu e favoreceu a dissipação.

A candura da pobreza não poderá dispensar a tutela da razão, e para serem fecundas e claro espelho de amor divino, riqueza e pobreza terão de aproximar-se e entre si viver em

paz, em todos os seus modos e latitude se socorrendo de uma arte de aplicação, que não dispensam, e, conforme seus efeitos, as legitima ou condena no correr infinito dos seus movimentos.

È por essa arte de aplicação que a pobreza, tal qual como a riqueza, será portadora do bem ou do mal, e da salvação ou da calamidade; por ela criará os frutos e pelos frutos se conhece a árvore.

*

*

*

Na pobreza, por força das coisas susceptíveis de apreensão nossa e existentes independentemente da nossa vontade e só por efeito da criação natural, a indigência de uns dará lugar à opulência de outros, a opulência de alguns é fabricada da indigência de muitos; de modo que, para não se volver em fautor de crueldade e orgulho, a própria pobreza demanda a assistência da razão, requer um sistema de exercício e distribuição reflectido e eficaz, reclama uma tutela que não a deixe transviar e perder-se, exige o governo constante de um ardor de clarividente caridade, que lhe ensinará suas vias e termos, não só com os estranhos, mas também com nós mesmos.

Por isso a inspiração do Santo, cedo verificando a relatividade extrema da acção benéfica da pobreza e da sua dignidade, logo a acautelou, para que se defendesse dos inimigos que traiçoeiramente a poderiam precipitar em degenerações viciosas.

A mendiguez será sempre o testemunho da negação da legitimidade da posse, a confissão da virtude da indigência cristã; e como tal é uma disciplina salutar. Pede, para não possuir, porque cristãmente não é lícito possuir. A posse, ainda a mais pequenina, envolve avareza, sequestro, acumulação, e consequentemente rejeita e agrava o desprendimento evangélico cristão.

Mas a mendiguez, para não resvalar na inactividade nefasta, que é a mais rematada contradição do amor do próximo, carece de juiz que a corrija e guie, e o Santo subordinou-a ao trabalho. Esse a precederá e legitimará.

«Trabalhei com as minhas mãos» diz o testamento de S. Francisco, «e assim desejo trabalhar, e firmemente desejo

que todos os outros nossos irmãos trabalhem em qualquer ocupação honesta. Que aprendam a trabalhar os que ainda não sabem trabalhar, não pelo desejo de receber o preço do seu trabalho, mas por amor do exemplo e para afugentar a preguiça. E, quando não nos for dado o preço do nosso trabalho, recorramos então à mesa do Senhor, pedindo esmola, de porta em porta».

Só quando o trabalho se houvesse mostrado incapaz de prover ao sustento do menor, só então a caridade do Santo autorizava a pobreza a socorrer-se do seu recurso próprio, que é a mendicância.

No sistema da civilização assisiense, o trabalho de criar antes de dar ou receber, será o instrumento inicial da simpatia e da caridade com o mundo das almas e com o mundo das coisas; será o acto essencial do amor, e nesta qualidade se volveu em obrigação, e entrou na regra da existência de todo o menor, por seus votos ou somente de coração que menor seja.

bib*RIA

Se a pobreza assisiense, quando se representa e constitui naquele absoluto em que primitivamente o Santo a tentou desposar e no-la ordenou, é um idealismo, praticamente intraduzível, por isso mesmo que é um absoluto, enquanto a vida é uma relatividade infinita — nem por isso esse absoluto deixará de ser, não o viático da destruição radical da riqueza, o que não cabe na capacidade humana e a necessidade ingénita de criação e captação não admite, mas o agente salutar da disciplina e governo da riqueza, dando-lhe uma missão e um fim, e de caminho lhe determinando sua regra e seus termos de legitimidade religiosa. Se a condição humana, e a fraqueza e a ordem do mundo, da qual ela é escrava e dentro da qual tem de se mover e afirmar, não consente a destituição total e a ilude, ainda mesmo quando a mais afoita coragem a procura, entretanto o princípio da pobreza obrigará a riqueza a cingir-se a princípios secundários e imediatos que a moralizem e depurem, obrigá-la-á àquela isenção e parcimónia e caridade que, sem lhe condenar a

energia e a actividade, *a salva* e a lava de mácula. E'onde mesmo a pobreza não possa subsistir, por irreductibilidade da condição terrena, ainda aí o amor da pobreza alimentará uma chama redentora e, sacramento da nossa conformidade com a vida de Cristo, será por igual um dos medianeiros mais seguros da absorção da nossa vida na harmonia da vida cósmica, operando na paz terrena o milagre que opera no arrebatamento celeste.

Esse amor da pobreza o encontraremos essencial no mais sublimado cristianismo que nos aproxime de Deus, como no mais acrisolado panteísmo que reconhecendo a humildade da nossa existência nos induza a viver para o próximo, quer esse próximo seja homem, insecto, água ou rocha.

Porventura, em última análise, riqueza e pobreza não serão afinal senão fideicomissos de bens que nós não criamos e apenas regemos, passageiramente confiados à nossa guarda e ao nosso uso, para em sua hora os entregarmos ao seu legítimo senhor, que é o destino, que no-los ofereceu e pôs em nosso caminho, e ora os devolveremos abastados de bens congénitos que lhes são inerentes, ora os restituiremos corrompidos pelas enfermidades que incuravelmente nos molestam e os ferem. A fatalidade poderá mais que a nossa vontade mais robusta, e sempre a esta imporá quebras ou mínguas. Talvez que o grau elementar da pobreza, o residuo permanente do seu amor e o seu fermento imperecível seja a consciência omnipresente de que nem a riqueza nem a pobreza nos pertencem, e onde as encontramos e elas nos encontram haveremos de as servir na mais precária das condições, simplesmente como seus obreiros eventuais, prontos a restituí-las a quem no-las mandou, e na hora que o Senhor nos designar.

Aquí como em toda a vibração da vida humana, ainda a mais ténue, se não como no infinito da vida cósmica, acontecerá que a ansiedade do positivo e inalterável se modera, quando totalmente não naufraga, na violência irremissível da ondulação e flutuação, que preside a todos os movimentos da nossa alma, e é comum a todo o destino e sorte das criações inconscientes. Feliz o momento que a oscilação se opera em equilíbrio e a flutuação seguiu um leito coerente e lógico, ao correr desprendendo

da inquietação uma harmonia que será não só a suprema beleza realizada e realizável, mas também a suprema virtude dos homens, quando por intento e engenho e arte dos homens essa harmonia se formou, e se sentiu e logrou prevalecer em meio das oscilações em que ela adeja e voga.

O mundo que nós queremos dominar e a cada passo nos foge e se esquia ao nosso império, será uma sagrada teoria de sombras que sem repouso vai seu caminho a oferecer à divindade o seu sacrifício, e os seus louvores, e a suas rogações; e quando alguém, como S. Francisco no seu ardente amor da pobreza, imaginou na sua candura prender uma dessas sombras e dar-lhe corpo e endurecê-la e firmá-la, ou ingênuamente sonhou prender-se às suas vestes e participar do seu glorioso arrebatamento, eis que um mistério terrível de contradição, que escarnece toda a ingenuidade, o aparta violentamente do enlevo e o prostra em terra e o humilha e crucifica na consciência da impotência e do pecado — quite, todavia, pelo ardor inextinguível do seu peito, para recomeçar o impulso e lhe ostentar a beleza, e tanto lhe espargir as bênçãos como lhe sofrer as debilidades e os desenganos.

Ditosa a compleição, protegida pela conjuntura propícia, que, irmanando em poder a clareza da inteligência e a força inflexível da vontade, concebeu e fundou centros coordenados de gravitação, em volta dos quais se movam em regradada e ponderada alternância as energias que em uma liberdade sem correctivo e no domínio exclusivo que lhes atribuíssemos, precipitariam o nosso ser e o mundo, no desespero, na dor, no caos e na morte.

E a S. Francisco coube a glória de pelo seu génio e inspiração e pela luz da sua pobreza ter criado muitos, e admiráveis, desses centros de gravitação, que se eternizam, certamente porque em eternidade são fundados.

bibRIA

II

A PAISAGEM DO SANTO

Conta Celano que, quando a mocidade e os desvairamentos juvenis entraram a declinar, S. Francisco «minado por uma longa doença (como a obstinação dos homens merece, a qual não se pode corrigir, a não ser por castigo) começou então a cogitar em pensamentos diversos dos que até aí lhe eram habituais. E, a caminho do restabelecimento, andando a passear em volta da casa, encostado a um pau, um dia parou a considerar com curiosidade a paisagem que tinha em volta de si. Mas nem a beleza dos campos e a amenidade das vinhas; nem qualquer outra coisa bela aos nossos olhos, podiam de qualquer forma deliciá-lo. Donde veio que, assombrado da súbita mudança que sentia dentro de si, entrou a julgar verdadeiros loucos os que estas coisas amavam; e desde esse dia entrou a desprezar-se a si mesmo, e, em certo modo, a lançar ao desprezo o que antes amava e admirava».

Não tem usado pensar semelhantes oposições aquela escola de intérpretes da formação da nossa alma, que, onde encontra um homem, por força quer pô-lo em uníssono com a paisagem, pretendendo que a paisagem da nossa terra seja elemento capital da geração do nosso espírito e dos seus feitos e inclinações. Por virtude de certa obscura alquimia fisiológica e por efeito de

um oculto sistema de coesão imperativa, será da disposição das pedras e da qualidade dos musgos em que o nosso berço poisou e os olhos se nos abriram à luz do sol, será desse cenário accidental da natureza externa que se há-de constituir em paridade a disposição dos nossos sentimentos e o carácter e a feição do nosso ser espiritual. Aqui, nesta teoria, não teria lugar o conflito do Santo com a paisagem, em termos não distantes da maldição, como o cronista no-lo pintou.

Porque, evidentemente, havendo acontecido como aconteceu e é naturalíssimo e lógico que houvesse acontecido, e sendo esse conflito um dos exemplos mais elucidativos da mobilidade infinita da alma do Santo, houve para estas duas paisagens de Assis, uma propícia e outra adversa, uma fagueira, outra cruciante, uma religiosa e cristã, outra pagã e satânica; e ao fim não saberíamos qual delas foi que formou a alma do iluminado. Aqui temos que um dia S. Francisco por amar a Deus despreza as riquezas que a paisagem ostenta e nos embriagam e fascinam os sentidos, e, vinte anos depois, esse mesmo S. Francisco, e tão santo na primeira hora como na derradeira, cantará no «Cântico das Criaturas» aquelas mesmas riquezas que uma vez tinha condenado, e prostrado as contemplará como vozes divinas do Altíssimo, sagrados sacerdotes do amor de Deus, a entoar-lhe eternamente suas antífonas de glória.

Eis que essa paisagem de Assis, à qual pela sua repousada doçura atribuímos certo poder gerador de suavidade humana correlativa, de cuja inoculação o Santo teria partilhado abundante e fundamentalmente, eis que na realidade histórica se mostra que, para S. Francisco, essa dependência teve vária face e diversa sugestão, sendo, uma vez, mais desamada que indifferente, quando a sentiu testemunha e colaboradora e companheira da avareza dos cobiçosos e da sensualidade dos moços turbulentos, e outro dia amada e querida e procurada, como um templo onde a toda a hora se erguiam os mais sublimados coros de louvor ao Altíssimo.

A tal ponto que, se insistimos no exame dessas variáveis atitudes do Santo perante a paisagem, assalta-nos a tentação de invertermos os termos da influência recíproca da paisagem e

do Santo; e então, em vez de imaginarmos que a paisagem correu para a formação do espírito do Santo, mais nos inclinarmos a supor que a lembrança do espírito do Santo é que teria posto na paisagem as virtudes que nós agora lá sentimos.

A paisagem de Assis apenas e casualmente teria assistido ao milagre da revelação do Santo, sem para esse milagre ter concorrido por qualquer modo. Foi na sua geração uma atmosfera neutra. Muitas outras paisagens semelhantes há pelo mundo, e particularmente na Itália, e nenhuma jamais operou ou sequer repetiu o fenómeno assisiense, o qual muito bem, sem a a menor estranheza ou oposição subsistente que nós sejamos capazes de conceber, poderia ter despontado na Síria ou no Egipto ou na Mauritânia, terras bem diversas que não foram sáfaras de santidade.

Não teria sido a paisagem da Umbria que criou ou determinou a palpação ingente da religiosidade franciscana, fenómeno supraterestre. Antes foi a auréola de S. Francisco, formada de incêndio misterioso da sua alma baixando dos céus, que nos inflamou a imaginação e nos iluminou de peregrina suavidade aqueles dilatados horizontes; nas suas sombras estes nos seriam mudos, se ali não pressentíssemos redivivos os ecos da voz do Santo, o qual, enquanto lhe respirou o alento, os cobriu com um dulcíssimo e perpétuo manto de poesia e ternura. Não foram eles, os montes, que fabricaram das suas energias a aparição da graça que não continham; essa não estava nem podia estar na nudez do fatalismo do seu pó. S. Francisco é que pela abundância da sua graça e no seu êxtase perene perante a criação ungiu de humildade, mansidão e divina beleza, para sempre, quantos lugares habitou. Desde então os herdou de certa eloquência e poder profético, de todo ignorados naqueloutros lugares que nunca tiveram a fortuna de ser vivificados e abençoados por igual emanção.

São os homens que pela transfusão da sua alma sublimam ou aviltam a terra que os nossos olhos vêem e a tornam ou cúmplice dos seus crimes, ou irmã da sua dignidade; não é a terra que na sua majestosa indiferença sagra os homens ou os precipita em abominação. A paisagem tanto dá como recebe: não

é a paisagem que segrega o espírito humano; é o espírito humano que, onde surgiu e viveu, se insinua na paisagem e entra a habitá-la e a afeiçoá-la ao seu ser, que por ela depois se nos comunica. Deus pode avistar-se e tocar-nos igualmente de Meca ou de Oslo; igualmente se grava no rubor do sol e na brancura da neve.

A terra, só por si, para definir a sua aspiração própria, nunca se engana, tem uma lei de harmonia e vibração universal invariável, comum a todo o orbe. O que na terra muda e é singular e a torna vária, é a consciência humana que ao seu espectáculo responde e nela se derrama e lhe converte a superfície em aspereza, em que o nosso coração sangra, ou em deleitoso e orvalhado friso, em que o nosso coração exulta grato. A santidade e o seu consolo é um baptismo distilado dos céus, é a transformação da carne por uma centelha desprendida do infinito; não é o vapor, por luminoso e florido que ele seja, da fermentação de energias terrenas inconscientes. Verdadeiramente, S. Francisco só foi de Assis enquanto Assis não começou a ser a terra de S. Francisco.

Elias de Cortona, com os seus seguros instintos da arte eficaz e prática de conquistar e governar as riquezas tangíveis, não se enganou quando por caminhos distantes trouxe, de Sena para Assis, S. Francisco, macerado e já semimorto de enfermidades, e guardado por uma escolta armada, para que a cobiça de Perugia não ousasse roubá-lo na jornada e lhe ficasse possuindo as cinzas milagrosas. Nessa hora, com a penetração das águias, o astuto e ardente dispenseiro das coisas da terra presentiu a procissão infinda dos romeiros que, correndo a prostrar-se na sepultura do Santo, viriam a Assis a contemplar na paisagem uma das relíquias de que S. Francisco herdara a cidade e a cinta dos seus montes, e tomando por sua relíquia quanto em vida os seus olhos ali avistaram e o seu hálito bafejou, criando a luminosa atmosfera de indissolúvel mansidão que ainda agora lá vamos procurar e respirar, e que não nasceu das virtudes intrínsecas da paisagem, mas lhe foi aposta pela beleza transcendente do iluminado que naquele ambiente pousou e se enraizou.

Assis teremos nós, fàcilmente, por todo o mundo, quando as tivermos criado do amontoado das edificações de todo o género, geradas promiscuamente dos impulsos da fatalidade cósmica e das ambições e dos feitos do nosso engenho. Aquela Assis de montes austeros e rios lentos e vales tranquilos, e de muralhas, torres, castelos, balcões e mercados, e hierarquias eclesiásticas e capitánias militares, e tribunais e rixas e vaidades, cobiças, orgulhos, mentira e glórias e batalhas - aquela Assis tenebrosa, que S. Francisco achou quando ali veio ao mundo, todos nós a encontramos ainda hoje, vulgar, a cada passo, tal qual como dantes, ou mesmo acrescentada e cada vez mais adornada de flâmulas e enganos, paralelamente multiplicando os seus infernos. E todos nós também, como S. Francisco, se a sua alma possuíssemos, poderíamos remir do erro e da dor, e da esterilidade e da escuridão essa cidade e essa paisagem, e transmutar-lhe o chão e os monumentos no reino e habitação da beatitude.

Sòmente, para repetir o milagre, carecemos de edificar em nossa alma a cidade de Deus, como o Santo a edificou em seu peito, antes de a erguer sobre os alcantis dos montes e nas florestas dos vales, tal qual agora a vemos a ressuscitar e sorrir-nos quando paramos extáticos a considerar a paisagem daqueles lugares. E tão difícil é edificá-la em nosso íntimo, como após isso será fácil, se não inevitável, transpô-la para a terra. Porque a cristalização tangível da sublimidade e seus infinitos reflexos dentro e fora de nós, em a nossa face e na face do globo, é apenas um modo de ser, aliás mínimo, de uma prévia sublimação espiritual; é, em última análise, um simples facto de filiação do mundo externo no mundo interior, constituída e manifestada pela nossa fé e pelo nosso deslumbramento.

Assim é e será que a paisagem que os nossos olhos contemplam maravilhados é, no melhor e mais profundo do seu deslumbramento, humana; e, se a de Assis se tornou tão bela, é porque uma aparição singular a envolveu na mais humana das tremulinas divinas que o mundo conheceu.

bibRIA

III

O CATOLICISMO DE S. FRANCISCO

A ortodoxia menos afoita, propensa a temer heresias em toda a espontaneidade do sentimento religioso e suas naturais divagações, de pronto querendo acudir-lhes para as exterminar à nascença, mas não podendo ao mesmo tempo furtar-se à pressão de evidências incontestáveis, usa, em regra, conceder a Paulo Sabatier a sua primazia de propulsor moderno e felicíssimo mineiro dos estudos franciscanos, zelosamente, porém, logo nos acautelando contra certo protestantismo subjacente, que suspeita em todas as inclinações daquele devotado e ilustre apóstolo do credo assisiense. Por discutível que esse protestantismo seja para o exame desapassionado, a ortodoxia não poupa ensejo de advertir os incautos, insistentemente lembrando que a *Vida de S. Francisco*, de Sabatier, foi posta no «index» pela Igreja Católica. A isso a teriam condenado os excessos racionalistas do seu autor.

Entretanto, esse catolicismo, sem embargo da boa fé e candura que o move, a cada instante tremendo de cair em desobediência e pecar, quiçá adstrito a uma disciplina demasiadamente literal, não andarão isento de injustiça e ingratidão suscitada pelo seu extremo escrúpulo. Parece ignorar que, na realidade, foi Sabatier quem restituiu, até à própria Igreja

Católica, como a todo o mundo, e a toda a crença, e a toda a história, e a toda a filosofia, aquele S. Francisco de um cristianismo heróico que certa devotação atreita a descair em infantilidade deixará esmorecer.

Ao tempo em que Sabatier alumiou com nova luz, e esplêndida, os estudos franciscanos, desempoeirando-lhes os textos primitivos, muitas vezes corrompidos pelo uso em segunda mão, a esse tempo, S. Francisco, cavaleiro andante, andava ainda preterido, no culto e no conceito vulgar, pelo S. Francisco meramente contemplativo e sequioso de mortificação, quando, como bastas vezes se podia verificar, não era a tal ponto minguado na estatura que a energia descomunal do combatente de todo se perdia em sendas místicas. O que se nos deixava e mandava e recomendava era um monge amabilíssimo com Deus e com os homens, de comezinha e dócil compleição amorável, milagreiro, bom medianoiro com o Altíssimo para nos facultar as comodidades da nossa vida terrena, bucólico e virgiliano, nas suas relações com a natureza, verdadeiramente ajardinado, com suas chagas, sem dúvida, mas delicadamente cobertas de rosinhas tenras e lavadas em cascatas mansas de água de mina a correr em fio. O S. Francisco que pisou cardos e penhascos com uma robustez varonil, e correu para o tumulto do mundo e o afrontou, como guerreiro, fora da sua repousada cela; o S. Francisco que venceu a rudeza dos homens e a dominou, o S. Francisco do Alverno, pelo suor do seu rosto e pelas mortificações sem desfalecimento erguido aos píncaros dos montes, para se aproximar de Deus e gravar no seu corpo as chagas de Cristo; o S. Francisco fundando na terra uma sociedade activa e uma nova civilização, regendo-a e praticando-a por si e pelas legiões de adeptos fervorosos que o seguiam, — esse S. Francisco, cuja armadura brilha aos olhos de todo o mundo actual, andava, de facto, esquecido quando Sabatier o foi procurar e libertar na floresta enredada de pequenezas em que o haviam prendido as preocupações políticas e eclesiásticas associadas a copiosas e incessantes debilidades, devotas, as quais debilidades, positivamente, não eram as do Santo e em larga extensão se opunham ao seu carácter. De todo abandonado, ou pouco menos, ao cuidado

de boas almas simplicíssimas, tão solícitas em lhe beijar a corda e lhe adornar de flores o altar, como afinal esquivas ao contágio da sua severidade e à adopção prática do seu conselho e exemplo, o S. Francisco que andava no mundo nos tempos imediatamente anteriores à campanha do reformista Sabatier, perdera no comércio mundano a coroa de louros de um extraordinário iniciador e profeta, mandado dos céus, para em seu lugar usar unicamente o resplendor de uma suavíssima santidade.

Certo é que, no fim do século XIX, quem serenamente, isento de toda a paixão sectária, folheasse a literatura franciscana e exceptuasse da sua classificação breves estudos, como foram os de Hase (1856) e os Renan (1884), iniciadores da reconstituição do fenómeno assisiense no ambiente erudito e científico dos nossos dias, quem então tentasse distinguir o número e a natureza das lembranças e das correntes espirituais que S. Francisco nos legou, francamente dividiria em dois períodos a história do Santo e acharia um S. Francisco, muito vago, antes de Sabatier, e outro, bem definido, e com exigências e boas esperanças de mais completa definição, depois de Sabatier. E foi este último quem prevaleceu e prevalece, embora estupendamente haja crescido, e o incitamento do mestre alsaciano se mostrasse de uma prodigiosa fertilidade e visse as suas lições repetidas, coloridas, emendadas, interpretadas e melhoradas, porventura claramente excedidas por ulteriores descobertas e inteligentíssimas dedicações em grande parte católicas, absolutamente brilhantes. ⁽¹⁾

Nem é de estranhar, antes é natural e é lógico, que a tradição franciscana houvesse chegado ao século XIX debilitada, mutilada e estropiada.

Tinha então mais de seis séculos de uma longa e acidentada

(1) É católica a melhor *Vida* moderna (1912) de S. Francisco. Obra de Frei Cuthbert, O. S. F. C., já traduzida em diversas línguas, juntando a uma elevada ponderação e superiores talentos de observação e coordenação e exame um conhecimento profundo dos textos basilares, coroa as manifestas virtudes do intérprete por uma capacidade literária de primeira grandeza, por uma arte de expressão de singular e cativante beleza.

jornada por caminhos contrários, cortada de tempestades terríveis, e é milagre do seu vigor que entre elas não se haja obliterado totalmente da nossa memória e affecto. Cedo conheceu a desunião dos próprios filhos espirituais do Profeta, cada qual querendo violentamente amoldá-la ao seu carácter, e para isso se precipitando em lutas encarniçadas, a disputar o privilégio da verdade e pela sua conquista alcançando a desembaraçada autoridade, o poder de mandar que a posse da verdade deveria constituir-lhe. Logo veio o Renascimento, e na sua essência o Renascimento desamava a civilização assisiense; não cabia nem na pobreza franciscana, nem na sua poesia e muito menos na sua religião, aquele modo de ser dos homens que por condição e princípio da sua actividade ia engolfar-se em cobiças ardentes e insaciáveis das riquezas terrenas, adubadas com os regalos da sensualidade infrene de um despejado paganismo. Depois, esse humilde franciscano, eremita ávido de liberdade, estava destinado a ver a tentação da liberdade castigada com a tortura do tronco e a ouvir o crepitar rancoroso das fogueiras da Inquisição e as sentenças pervertidamente cruéis dos filhos degenerados do iluminado de Manreza. Depois ainda, tinha de respirar a morbidez maliciosa das tabaqueiras dos capelães palacianos e galanteadores, sacerdócio atascado em lascívia, e o sibaritismo das cortes requintadas, dissolventes e dissolutas, do século XVIII, e veria passar o cortejo iconoclasta das blasfêmias e das filosofias racionalistas, que consumavam os desvairamentos do aferro às coisas positivas. Por fim, a tradição franciscana e a sua singeleza e pobreza, por sua condição de desprendimento expulsa do banquete industrialista que uma ciência sem piedade fabricou, tinha de assistir aos sarcasmos lúgubres do materialismo que ainda há pouco foi querido da nossa confiança e louvado pela nossa admiração como aparição da bem-aventurança representando e nos trazendo a suprema felicidade.

Não houve vicissitude adversa que não assaltasse a tradição assisiense; toda a forma de inimizade conheceu no correr de sete séculos, e o testemunho mais convincente da sua força íntima inviolável será que entre tantas provações, às quais sucumbiram as civilizações que a escarneciam e a haviam por

loucura, não houve opposição, nem doutrinária nem real, que a banisse da nossa memória e do nosso affecto. Ao fim de tantas tormentas e desanuviando-se de rápidos eclipses, eis que o princípio de vida e ordem individual e social que Assis gerou e proclamou, é este mesmo que de todas as condenações ressurgindo na amplitude e pureza primitiva, volta a ministrar-nos o alento de salvação, sempre que os desvairamentos do mundo, como agora, nos agoniavam em desalento e descrença e na confusão dos problemas tenebrosos que nos assaltam.

É que, de facto, em S. Francisco, na sua vida, na sua doutrina, na sua fé e no seu severo exemplo, não viveu apenas a santidade, coisa accidental e contingente, mortal e relativa nos seus infinitos modos e graus; em S. Francisco viveu, e vive e viverá, se não a eternidade, certamente um sistema de eternidades, um modo de ser que é constante, que passa incólume toda a mutabilidade efémera dos tempos, invariavelmente idêntico a si mesmo, e sujeita que a sua alma se encontre a quaisquer deturpações, como são de prever, desde que encarne nos homens, tal qual a aurora se guarda no correr da noite e em sua hora volta a iluminar-nos e a aquecer-nos, assim é a vida do credo assisiense.

*

*

*

Empenhando-se tanto em subtis e bem documentadas análises para lavar S. Francisco de toda a mácula de revolta contra os desmandos do catolicismo do seu tempo, mal servido por sacerdotes corruptos, e precavendo-nos contra as seducções que o protestantismo nos oferece no seu demonstrado amor do Pobrezito de Assis, a rigidez católica terá por acaso levado os seus escrúpulos a excessos dos quais resulta ser ela o primeiro e mais activo disseminador de desconfianças da fidelidade do Santo à Igreja Católica; na pressa de contraditar e precaver, insistindo em discriminar e castigar erros reais ou supostos, acontecerá que as diligências para livrar de toda a impureza disciplinar o Santo, afinal sonham e formulam artigos de accusação tão belamente enunciados e deduzidos, que alguma vez levan-

tarão dúvidas no espírito de quem antes de tal sabatina nem por sombras as imaginara. Caindo no vício comum de todas as defesas demasiado solícitas, não raro essa vigilância pela integridade católica do Santo esboça, quando menos o cuida, desvios e lacunas que aliás a história no seu primeiro e mais descuidado aspecto não contém.

Porque S. Francisco foi católico, evidentemente. E católico fervoroso.

Em boa razão, logicamente, na mais pronta e mais fácil das lógicas e no mais rudimentar conhecimento da História, S. Francisco não só foi, mas nem mesmo podia deixar de ser católico. Imaginar o contrário será fazer dupla injúria ao Santo: será desconhecer-lhe a sua crença religiosa que na Igreja tinha a sua afirmação e definição tradicional e será simultaneamente ignorar-lhe os seus talentos práticos de acção e construção, a sua arte de lidar com os homens e com o mundo e os afeiçoar à sua aspiração. Porque sempre naquele sublime profeta a sua religião teve um corpo, sempre os talentos de modelação e da forma lhe acompanharam e significaram a inspiração e a visão, admiravelmente se casando com a santidade e mais a inflando do que a abrandando nessa transposição em que a faziam descer da luz do céu à poeira da terra,

Toda a sua vida S. Francisco foi católico: católico, no despontar da sua iniciação religiosa, procurando as capelas e as ermidas para murmurar as suas orações, perguntando pelo conselho e mandado dos ministros e sacerdotes da Igreja Católica e nos seus livros aprendendo a regra da existência, e dos seus sacramentos implorando a transfusão da graça divina no seu peito e a redenção de toda a miséria do pecado; católico, quando o manto de um bispo lhe cobriu a nudez a que voluntariamente se votava, para dar ao pai e à sua avareza a túnica que o agasalhava e do pai lhe viera; católico, quando confiada e humildemente implorara do Papa a legitimação do seu mandato religioso e do apostolado, seu e da congregação dos seus irmãos, que começavam a constituir-se; católico, muito explicitamente, quando logo na primeira regra ordenou «que todos os irmãos fossem católicos e vivessem e falassem segundo os

modos católicos. Se algum deles por palavras ou por acções se transviasse da fé católica e da vida católica, e não tivesse emenda, fosse inteiramente afastado da fraternidade franciscana. E todos os clérigos e religiosos fossem tidos como senhores dos irmãos, quanto àquelas coisas que dizem respeito à salvação da alma e não se desviam da nossa religião, e no Senhor preservassem reverência à sua ordem, officio e ministério».

Católico, sobretudo, foi S. Francisco no seu exaltado amor do sacramento eucarístico que das mãos dos sacerdotes católicos recebia e por eles fora consagrado.

Mas, não tivéssemos legendas claras a assegurar-nos o catolicismo de S. Francisco, e a lógica e a razão só por si o afirmariam e o edificariam em profundos e inabaláveis fundamentos.

Consideremos, primeiro, que, na Idade Média, a Igreja Católica foi o refúgio da liberdade, fora dela e apesar do vigor com que a defendia estrangulada pelas tiranias bárbaras do feudalismo, e pelo despotismo, não menos opressivo, do comunismo burguês e profissional, naquela época florescente e nas corporações absorvendo as mais ligeiras folgas de vontade individual. E naturalmente, ou melhor, inevitavelmente, sendo assim a Igreja, não podia deixar esta de ter toda a simpatia e dedicação fervorosa do movimento religioso assisiense, que na sua mais íntima ansiedade e na sua essência significou, e continua a significar, um movimento de libertação das tiranias mundanas de todo o género, às quais o menor teria de fugir para se unir a Deus e se libertar na sua obediência.

Depois, S. Francisco não vinha a derruir a civilização. Pelo contrário, vinha a promovê-la e a depurá-la das suas deformações e dos parasitismos mórbidos que a tinham posto numa chaga — tomando nós por civilização a propagação e fundação espiritual e concreta do Decálogo e da fé cristã, com o respeito imediato e ardente de todas as consequências morais, económicas, estéticas e sociais de semelhante atitude religiosa.

Ora, ao tempo de S. Francisco, o remanescente e o foco da civilização e a esperança do seu triunfo final, a guarda e o cultivo dos tesouros espirituais e materiais colhidos e legados pelas

gerações passadas, estava, unicamente, na Igreja Católica. Então, como hoje, a sua missão e a sua alma e a sua razão de ser, era manter intacto esse depósito sagrado. Algum dia, antes de Cristo, a civilização estivera na Acrópole ateniense; depois, achá-la-íamos refugiada nos palácios dos Césares ou nos recintos em que as aristocracias respiravam ao abrigo das grosserias de plebes brutais; mas na Idade Média e no mundo latino dessa época, quando S. Francisco viveu, a civilização residia no templo católico e nas suas fundações ancilares. Não tinha outra morada, nem outro lugar que lhe conviesse conhecer conhecia. Quanto era estranho e, não raro, oposto a essa fortaleza da dignidade humana e da paz, tudo andava convertido em terreiro sangrento de rapinas e febre de domínio, e avarezas, crueldades, escravidão, sordidez, tumulto. E o Santo, servo de Cristo e suspirando pela renovação do mundo ungida pela imitação de Cristo não poderia querer ou sequer conceber e ter por salutar o quer que fosse que na Igreja Católica não estivesse e lá não houvesse sido verificado e querido no correr dos séculos pelas almas religiosas que daquela instituição haviam feito o reino da sua crença e da felicidade.

*
* *
*

Se, porém, o génio de S. Francisco e a sua cândida inspiração não bastassem para lhe manter o aferro da sua vigorosa fidelidade à Igreja Católica, a mera prudência o consolidaria: as lições do passado, aliás próximo, que andavam bem gravadas na memória dos homens, o instruiriam e acautelariam para que, por desvio da disciplina católica, não fossem em vão as fadigas e penas do Iluminado e o seu apostolado e as suas construções.

Tentando fundar um edifício duradouro e assiduamente convivendo com todas as classes da gente do seu tempo, claramente o Santo saberia com que é que tinha a contar, se a sua religião sonhasse desligar-se da Igreja Católica e da sujeição às suas hierarquias. Bem presente traria na memória, a acautelá-lo, quando convencido não estivesse, quanto haviam sido incertas, atribuladas e por vezes trágicas as discordâncias e emancipações

ousadas de apóstolos religiosos tão exaltada como insensatamente crentes, que de perto ou de longe haviam abjurado da Igreja Católica para erguerem uma outra igreja de todo isenta das máculas que empalideciam o resplendor do catolicismo ortodoxo. Bem saberia S. Francisco como esses sonhos se dissiparam por serem de heresia, passageiros, perseguidos, e vencidos, castigados e aniquilados em seus profetas e nas agremiações que eles juntaram. Onde mesmo a instância religiosa não o esclarecesse e mandasse, a previsão da derrota livraria S. Francisco de se empenhar em vãos combates com a Igreja Católica e os seus ministros. Cátaros, valdenses, *Humiliati*, todos esses e tudo o mais de igual natureza que não sem nobreza, virtude, austeridade e sacrifício heróico se formara para afrontar a Igreja e outra erguer mais estremadamente pura, tudo isso caíra e naufragara dolorosamente; e S. Francisco, por semelhante espectáculo precavido contra as ilusões e enganos das rebeldias estéreis, não iria repeti-las. Por segurança da jornada, a simples pressão do ambiente lhe aconselharia que «ancorasse a duas amarras — restauração do Evangelho e completa submissão à Igreja. Mais idealista que realista, S. Francisco, sem a benévola e prudente direcção da Igreja, nunca teria feito da sua instituição uma organização viva e robusta». (1)

Ou, antes — sem a Igreja Católica e os seus moldes e regras práticas, e a sua educação e os avisos das suas tradições de ordem e hierarquia, a ideia e a fé franciscana poderiam ter sido e, certamente, nunca deixariam de ser a luz de um génio e a inaudita revelação de singulares poderes sobre-humanos, mas nunca alcançariam traduzir-se e incorporar-se em instituições terrenas duradouras. Porque também para isso, para o crente como para o seu divino Mestre, o novo prodígio cristão requeria para sua realização completa uma encarnação, e o corpo a que essa inspiração havia de baixar e no qual havia de habitar para viver vida tangível, só a Igreja Católica o possuía e o poderia formar. Quando S. Francisco não houvesse de ser católico por

(1) H. Felder. *The Ideals of St. Francis*. (Burns, Oates and Washbourne; Londres, 1925). Pág. 71.

seu sistema mental congénito, submetendo-se à Igreja pela instância de afinidades espirituais decisivas, não podia ser diferente, porque a simples pressão das exigências temporais outra coisa não lhe consentiria.

De facto, todo o pensamento e amor cristão do Santo se achava já definido e zelado na Igreja Católica antes que o Iluminado de Assis viesse a significá-lo em termos de prodígio. Quanto o novo apóstolo era chamado a missionar pela palavra e pelo exemplo, resumia-se não em nova lei e preceito e novo princípio, mas apenas em um acto de purificação das aderências e enfermidades parasitárias da lei antiga, que adoeciam a Igreja e a ameaçavam de morte. O génio portentoso de Inocêncio III, que sem demora viu naquela loucura da pobreza a impetrar concessões eclesiásticas «o homem santo e piedoso pelo qual a Igreja de Deus ia ser erguida de novo e sustentada», reconheceu como é que ali no mendigo, escravo jurado da indigência, coincidiam os impulsos religiosos do enviado de Deus e a oportunidade prática, a aparição divina e as necessidades mais urgentes e impreteríveis da Igreja, angustiada naquela hora de ameaça por desvairamentos que a minavam e enlouqueciam, como à beira de tenebrosos abismos de ruína, para os quais correria, esquecido de Quem vinha e para quê.

Por outro lado, conjugando-se com as necessidades da Igreja e inflamando simpatias ardentes entre o Santo e a instituição materna que o criara, a solicitude com que S. Francisco insta com os menores para que não se afastem da obediência à Igreja Católica e à sua tutela, é só por si indicação clara de que, se o Santo era um socorro mandado do céu a mitigar as agonias da Igreja, a Igreja era para o credo franciscano o único intérprete seguro que poderia transformar em uma entidade prática e activa a doutrina e o êxtase do vidente.

Posta no limite de toda a organização, de essência etérea e fluida, pela própria consciência da responsabilidade imediata perante Deus inclinada a desligar-se de todas as responsabilidades com os homens e as suas claudicantes e efémeras instituições, a religião assisiense, e com ela a sua doutrina e a civilização correlativa, para vingarem demandariam um zelo de obe-

diências externas com o qual não era sensato contar no comum dos homens, mudável por condição, incerto e frouxo. E logo prevenindo o assalto dessas debilidades e insuficiências da parte dos fiéis daquele renascimento espiritual e terreno, o Santo teria de lhes suprir as quebras pelo amparo de apoios externos, pelo rigor de instituições e sanções onde o espírito que os guiava se incorporasse e, sujeitando à letra os hesitantes, os salvasse de desvio do espírito. Impondo aquela responsabilidade extrema que é a responsabilidade perante Deus, a civilização assisiense em toda a sua latitude se inclinaria a reclamar para si a liberdade total, sem restrições; toda a possibilidade de abdicação constante ou eventual, total ou parcial, da sua inspiração e vontade lhe repugnaria; e entretanto, para acudir a colapsos, inevitáveis em semelhante condição, essa mesma civilização necessitaria, no templo como na praça, na solidão como no comércio dos homens, uma disciplina, quadros rígidos em que o seu exercício se contivesse, uma prisão real, como física, por vezes penosa sem dúvida, mas sempre a menos contingentemente salutar, amiúde avivando pela reflexão e pela razão o que entregue unicamente à intuição de cada qual poderia precipitar em confusão, por mais altas que fossem as faculdades e boas intenções de quem a tais provações se achasse exposto. Em última conjuntura, onde o risco se mostrasse de morte e nas vacilações do menor se insinuassem rebeldias, essa disciplina mandaria, terminantemente, na conformidade de seus antecipados decretos, condenando toda a discussão e discrepância.

Por isso o Santo, considerando a multidão crescente dos menores e os impulsos diversos de seus temperamentos, instantemente voltava para a obediência à Igreja Católica o seu conselho e incluía na regra, à Igreja confiando a solução dos conflitos religiosos da sua grei, que o afligiam.

*

*

*

Para bem apreciar o poder da Igreja no ânimo e na formação mental e na actividade de S. Francisco, convém consi-

derar que essa instituição, na vontade da qual a sua liberdade abdicava, era e é, por condição originária indeclinável, não só católica e apostólica, mas também romana, profundamente romana.

Na pequenina extensão que me foi dado avistar da imensidade esplêndida dos escritos suscitados pelo 7.º centenário da morte de S. Francisco, dilatando em proporções descomunais a magnífica biblioteca franciscana anterior a esta data da glória do estigmatizado do Alverno, uma das páginas mais claras e penetrantemente elucidativas que encontrei, para a compreensão das influências que concorreram na formação espiritual do Profeta e nas determinações práticas e construções reais em que se empenhou, será esta de Mistress Arthur Strong, onde no seu estudo de *S. Francisco em Roma* diz:

«Pela simples associação de S. Francisco a Assis se faz injustiça ao Santo e se mingua o significado da sua missão. Indubitavelmente a presença dessa rara personalidade, o ardor inexaurível da sua caridade, dotou aquela região em particular com um brilho e lume mais suave; tornou-a, em certo modo, a face sadia da nossa habitação humana. Inegavelmente também, o seu próprio coração propendia com especial amor para a cidade que era o lugar de nascimento da sua vida física e espiritual conjuntamente; e, quando se aproximou a sua hora derradeira, foi para Assis que ele desejou que o levassem, para dali passar à vida eterna. Mas S. Francisco não era meramente um santo local, nem mesmo um santo confinado em uma localidade e indo além dela por virtude da sua personalidade e poder divino. A sua vocação era daquelas que o prendiam ao movimento do seu tempo, que historicamente o colocavam no seu centro; que, numa palavra, o faziam derivar, não de Assis, mas de Roma». (1)

O Santo não era feito somente, exclusivamente, de milagre. Para a constituição da sua alma e para o governo dos seus passos, teriam de contribuir activamente um passado indelével e um presente que sem cessar o mudava e progressivamente o afeiçoava a padrões preconcebidos e experimentados da digni-

(1) Na citada compilação de Walter Seton. Págs. 267-8.

dade humana; e esse passado e esse presente era para ele, como para todo o mundo latino, a catolicidade da tradição romana, guardada e interpretada e formulada e ordenada pela Igreja, era Roma, a «terra da humanidade», como mais tarde lhe chamou Winckelmann, o antiquário. A personalidade do Santo foi um fenómeno étnico de tal magnitude, que não pode encontrar razão bastante em simples circunstâncias de ambiente, excede o lugar e o tempo, que só por si criam o comum dos homens; é, manifestamente, uma força estranha a impor-se sobre o aglomerado indistinto das actividades passadas e contemporâneas em que se achava envolvido; mas a linguagem de S. Francisco e a sua arte e a sua economia e todos os demais capítulos de aplicação da inspiração do vidente sublimado às energias terrenas dos casos concretos que no caminho da existência topava e exigiam solução, essa vária incorporação nas realidades palpáveis e no seu mover, essa é que não podia deixar de reflectir o carácter da matéria do seu tempo e tornar-se em facto puramente histórico, filho de circunstâncias que não dependeram da vontade do Santo e sem opção possível lhe foram oferecidas pelo destino. Por maior que fosse aquela remodelação das coisas e da ordem do mundo que o Santo sonhava e tentava, a substância inicial dessas coisas e dessa ordem era o que era, não podia ser outra senão a que o tempo fabricara entre mil incidentes, e na amálgama do bem e do mal e na irremissível conjunção da nossa vontade e aspiração e da vontade e da aspiração alheia. E de alto a baixo, do fundo mais remoto à superfície mais ténue, em quantas terras e mares que a civilização europeia abrangia, essa substância sobre a qual o Santo operava, esse barro que o bafejo da sua alma vinha animar era romano, só em Roma se encontrava, em outro jazigo acessível não se depositara. Nem em outra fonte de saúde se bebia.

*

*

*

Sem embargo, todavia, de tão concludentes provas da fidelidade e do amor de S. Francisco à Igreja Católica Romana,

é de prever que não estejam prestes a findar, e até mesmo que nunca possam findar inteiramente os conflitos da ortodoxia rigorosa com a atitude menos afirmativa de católicos mais indulgentes, que em S. Francisco pretendem achar, eventualmente, momentos de distração do desvelo católico absoluto, isento da mais pequenina reserva crítica. Parece que em tal exame sempre fica certo resíduo de difícil classificação peremptória que o espírito de contradição aproveita para alimento das suas divagações.

Naturalmente o favorece a psicologia do Santo.

Porque S. Francisco não implorou a religião como uma divindade de consistência marmórea, S. Francisco viveu a religião em seu infindo latejar, em todas as contingências das suas relações com o mundo. S. Francisco é uma vida, com todas as oscilações da vida, desde o germinar da semente até ao desfolhar da flor e ao dispersar da semente; não é um cristal com seus ângulos e arestas traçados e marcados de uma vez para sempre, e cristal que ele fosse, nos enviaria diferente luz conforme diferente posição sua e dos outros, cuja irradiação o tocasse e por sua intervenção nos fosse comunicada. Enquanto no seu ser espiritual e nas realidades que ele contempla e procura edificar e regerar, S. Francisco se cinge à mais estricte ortodoxia católica, logo também contendo-a íntegra nos seus impulsos e ansiedade religiosa.

A vastidão incomensurável do ardor da sua alma e da energia da sua intuição abrange com igual destreza, e também com amor não muito diferente, quanto o catolicismo mais disciplinado pode mandar e quanto o helenismo mais erguido pode sonhar e querer, e até mesmo quanto o anarquismo cristão mais arrojado pode pedir. Tantos são os modos, infinitos, nos quais S. Francisco busca conhecer e cumprir a lei do Senhor, que, se depressa e humilíssimamente quer obedecer, «como um cadáver», à letra dessa lei que a Igreja lhe traduz e escreve, não será entretanto tão seguro nos seus ímpetos que por vezes os resguarde de se internarem em caminhos ásperos, pelos quais o induzem segretos murmúrios de um espírito pouco propenso a contentar-se com a exiguidade das conciliações humanas.

Ao cabo de suas divinas audácias acharemos o Santo a louvar todas as relações dos homens com o Infinito, porque infinitos são os modos pelos quais o Santo percebe e vive e louva essas relações e nelas descobre a vontade e a perfeição do Senhor. A sua alma será uma vibração etérea ininterrompida que lhe repassa e lhe agita o íntimo e do seu íntimo se derrama no íntimo do próximo e na terra e constantemente fecunda todo o seu âmbito. Na existência secular como no êxtase religioso, não haverá grau de consubstanciação do homem na divindade que o Santo não houvesse conhecido e reflectido na sua voz e no seu rosto, nas suas orações e nas suas acções.

Assim é que S. Francisco mudava, e não podia deixar de mudar, incessantemente, pelas próprias exigências da vitalidade assombrosa daquele temperamento, que era o seu, no qual o génio religioso encarnou na sua maior plenitude.

Neste ponto, nesta mutabilidade, S. Francisco foi simplesmente homem, partilhou da sorte comum de todos os mortais. Porque a alma humana é como a rosa: renasce e floresce de novo em cada Primavera e em cada Inverno se despe das folhas amareladas e mortas e as lança da haste à consumpção da terra, e pelo Outono as folhas entram a decair, e no Estio murcham requeimadas pelo sol. Porque cresce, a rosa muda no correr das estações, e só enquanto muda e tem força para mudar se avigora e distila o perfume. Ai de quem e daquilo que não muda! E que uma estrela sinistra o trouxe semimorto ao mundo e cedo o votou à mirrada rigidez estéril, que é a companheira sinistra de todas as imutabilidades.

Não era assim S. Francisco. A sua santidade foi um fenómeno dinâmico. Não nasceu santo, fez-se santo, por uma série de experiências, no fim de cada uma das quais ficaria ordinariamente certo sedimento amargo de desenganos que o mais pequeno estremecimento agitava e empanavam a pureza das fidelidades intactas. No seu ânimo e na sua constituição, a santidade teria sido, além do pressentimento e da tentação que a iniciou, uma conclusão meditada das provações que topou no seu caminho e nunca vinham totalmente isentas de desconfianças, dúvidas, hesitações e oposições subjacentes.

De quantas experiências lhe criaram e alimentaram a santidade, nenhuma teria sido talvez mais poderosa que a sua mocidade aventureira. Onde e quando mais pecador houvesse sido, onde imaginou ter descido mais profundamente na treva, aí mesmo, pelo vigor das reacções subseqüentes mais enriqueceu e fortificou os anseios da santidade que o glorificou. Porque aí fundou a santidade na aversão de quanto a turvava e negava, aí lhe conheceu os inimigos e aprendeu a acautelá-la contra a adversidade, e à inspiração afirmativa da fé acrescentou o contacto das desilusões do amor terreno, e a felicidade dos impulsos da intuição religiosa foi verificada e exaltada pelo espectáculo das agonias da condição dos que a desconhecera, e foi aí que a visão angélica mais depressa acudiu a embalsamar e curar o travor da culpa.

E todo esse labor religioso que insinuou a santidade foi acto da mais impetuosa mutabilidade, quase um rosário de revoltas.

Em S. Francisco, toda a acção é, essencial e invariavelmente, preliminar, primórdio de muitas outras que desse instante vão derivar; é apenas um momento em uma série de momentos interminável, é a vibração mais recente, e nunca a derradeira, de uma actividade eterna perpétuamente ondeante. O eleito e o apóstolo não prescinde de imprimir a todo o seu apostolado certo carácter de iniciação, mero começo que recorda aquela passagem do Evangelho onde Cristo diz aos discípulos: — «A palavra que ouvis não é minha, senão do Pai que Me enviou. Estas coisas vos tenho dito estando ainda convosco. Mas aquele consolador, que é o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará tudo».

No perpétuo renascer das visões, S. Francisco maltrata hoje o corpo, quase o deixa morrer de indigência e flagelações; e amanhã chora a crueldade que praticou e reconhece que «pecou contra o seu pobre irmão, o corpo». Certamente, na ansiedade de purificação e na dor que essa ansiedade provocou, alguma nova luz sobrevindo a iluminá-lo o convenceria de que o nosso corpo será não só o servo de Deus, mas também o filho de Deus, sua criatura, à qual, como às demais, filhas do seu alento e perfeição, devemos amar e louvar.

Pelas liberalidades da sua juvenil opulência mundana é que S. Francisco teria começado a aprender a sentir a alegria de dar e repartir e contentar o próximo, privando-nos do que por nossa fortuna nos coube; por aí a fidalguia do despenseiro faustoso de regalos teria começado a insinuar no Santo aquele fervor da pobreza, que é a renúncia total do que na primeira hora fora apenas o pequenino quinhão da liberalidade do abastado afagando a amizade dos seus favoritos.

Na santidade de S. Francisco tanto abundam, ou melhor, mais abundam os arrependimentos que o contentamento da sua consciência. Parece que sempre tinha que emendar, e o seu coração jamais remataria a constituição definitiva que ardentemente buscava.

E porventura, essa instabilidade orgânica, se não lhe abalou a fidelidade católica, por vezes a teria mortificado, embora as mortificações com que em um lampejo a agravasse, imediatamente fossem radicalmente curadas. A um temperamento de estupenda vitalidade como a que em S. Francisco vibrou, impossível será fixar-lhe no rosto uma máscara inalterável — seja ela qual for, a da lei como a da anarquia, a do escravo como a do tirano, a do sectário como a do céptico. Porque, sem embargo da rigidez do governo das suas acções que a razão e a crença lhe ditassem e a fortaleza da sua vontade o ensinasse a observar, S. Francisco foi apenas um reflexo da vida religiosa na sua mais sublimada e íntegra latitude, e a vida, religiosa ou profana que ela seja, não admite máscara, todas as rasga mal se acabaram e pretendemos impor-lhas. Reflectindo a vida e seu claríssimo espelho, o Santo nunca poderia reproduzir na imagem o que na vida se não contém ou, melhor, o que ela nega, a imutabilidade. Fosse qual fosse a coragem da sua firmeza e da sua resolução e propósito, sempre através da sua dureza se sentiam subtis lampejos de flutuações misterioamente persistentes.

Acaso o verdadeiro menor franciscano será em toda a hipótese e condição um ser demasiadamente delicado e sensível para que possa fabricar-se e estampar-se por séries, talhado e comprimido naqueles moldes irreduzíveis de fórmulas e regras

e mandamentos, onde se vazam sem injúria e respiram sem opressão as compleições grosseiras — menos activas e menos susceptíveis, de reduzida iniciativa e nenhuma espontaneidade, dóceis por inércia ou acanhamento espiritual, prontas a ceder e abdicar sòmente para não ter a fadiga de determinar, por instinto se encaminhando a soluções facilitadas pelo menor esforço, ansiosas pelo repouso em situação que lhes permita eximir-se às responsabilidades religiosas severas que a comunicação directa com a divindade e a sua presença constante e a consciência cruciantemente exigem.

Outra terá de ser a disciplina do menor. De natureza vibrátil, terá de manter a identidade, não de uma attitude externa estacionária e inflexível, que só da força de vontade dependeria, mas de um alento tão purificadamente inalterável na essência, nò princípio dirigente e propulsor, como infinitamente mudável nas ondulações e nos modos de aplicação prática. Não caberá na constância e na abstracção de linhas geométricas a disciplina do menor; se lhes encontra a dureza, esmorece e deixa decair a energia, quando não reage e pela própria reacção e suas contingências entra a perverter-se. Acaso a disciplina assim como a fé do menor será por natureza mais sujeita a queda e pecado, que toda a outra disciplina religiosa que tomou corpo em instituições terrenas, mais transigentes com o mundo e menos ambiciosas da perfeição celeste que a civilização assisiense.

IV

CONVENTUAIS E TERCEIROS

Todo o grande pensamento e grande arrojo conduz naturalmente a formações gregais, quer essas agregações formem uma nação, quer se arrebanhem em uma fábrica, quer edifiquem claustros e templos e entoem orações, quer juntem bandos militares violentos inflamados na febre de mandar e possuir. Quanto é grande não cabe no indivíduo, excede a sua condição transitória e breve, trasborda da sua estreiteza para inundar a vastidão adjacente; por efeito da sua própria grandeza vem a crescer e a alongar-se em congregações ancilares que a sua energia gera e fomenta. Não haverá actividade singular, ainda que portentosa seja, que possa bastar aos impulsos de uma ideia grande ou de uma elevada fé, quando o ardor de expansão e a necessidade conjunta de realização prática e subsistência tangível entraram a agitar a aspiração e a exigir-lhe jornada completa.

De forma que todo o grande pensamento e toda a crença robusta, ao engolfar-se em anseios de tradução terrena que os signifiquem como filtros de vida corpórea, logo induzem em um labor de organização gregal, logo sugerem e desenham uma mecânica adequada e a arte de conjugação e subordinação e disciplina que lhe é inerente e essencial.

Por fatalidade de leis naturais imprescritíveis, que a razão e a experiência claramente demonstram, a grandeza de todo e qualquer génio humano demanda um campo de aplicação que vai muito além da capacidade individual e subentende a sua dilatação na comunidade; e a comunidade para se constituir e mover requer obediências, restrições e abdições dos indivíduos nela englobados e absorvidos, impõe o sacrifício dos extremos, mutilados e cerceados para caberem em médias onde só podem entrar por fragmentos. Ainda que muito simples seja ou pretenda ser o sistema de agregação e por maior zelo que ele empenhe para manter desafogada a liberdade e até a largueza dos elementos individuais que tem de abranger e unir, o sistema está obrigado a amalgamar tendências e a canalizar torrentes que de contínuo e pela sua própria impetuosidade nunca poderão conter-se absolutamente no leito que a nossa vontade e engenho lhes cavou.

Entretanto acontece que quanto mais estreita se formar a comunidade, menos fiel promete ser à inspiração de cada um daqueles que a invocaram e adoptaram, porque, paradoxal em seus últimos termos, quanto mais e melhor e mais restritamente disciplina, na mesma hora se constitui o veículo das mais rasgadas deslealdades ao génio tutelar de cada um daqueles, de diversa compleição, que nela se incorporaram. E não será de todo absurdo supor que a organização em comunidades, que foi o mais poderoso agente da fundação e disseminação assisiense, foi também e simultaneamente o primeiro e o mais subtil e insistente dos fermentos da sua enfermidade e atrofia e decomposição frequente.

Foi W. Cobbett, o devoto célebre e paladino sagaz e audacioso da Inglaterra rural de outras eras, que ele via a perder-se na demência industrialista que a deformou e adoeceu, foi Cobbett um dos grandes propagandistas e apóstolos políticos do século XIX que mais cedo e mais franca e eloquentemente acusou a aglomeração e o número de, só por si, como apenas em consequência de um fenómeno puramente físico, serem um estímulo terrível de viciação dos indivíduos e das sociedades. Em sua opinião, a fábrica, a caserna e o cárcere, e como esses a grande

escola, eram verdadeiras calamidades, braseiros de corrupção. E, embora esse mesmo destemido demagogo haja feito o mais admirável e convincente elogio dos conventos, como maravilhosa instituição económica, não poderemos nós esquecer que onde se fundaram, logo trouxeram inoculado nas veias o princípio das enfermidades que assistem a toda a sorte de aglomeração.

Acaso teria sido a deterioração psicológica, que a aglomeração constante e forçada opera, e a ruína de espírito, que progressivamente acumula, acaso teria sido a persistência desse vício orgânico insanável que se tornou a causa fundamental da decadência e desmoralização de inumeráveis ordens religiosas, por sua inércia e desvairamento empanando e deixando esquecer no ânimo público a justa glória que aos conventos cabe como salvadores da civilização na mais tenebrosa das agonias que a civilização da Europa sofreu e venceu.

bib*RIA

Muito bem o génio de S. Bernardino de Sena sentiu as dificuldades da vida em comunidade e os seus perigos para a observância da integridade da alma de cada um dos membros dessa comunidade. Na sua tão lúcida como aturada e santa experiência, considerou que «ainda que mal se imagine, aprender a viver juntos é a maior das provações para homens de temperamento diferente. Uns são melancólicos, outros azedos, outros alegres; uns velhos, outros moços; e temos de nos adaptar à compleição de todos eles, o que é muito difícil, a não ser que tenhamos tacto».

E, certamente, foi para acudir a esta diversidade de inclinações e evitar os seus conflitos, foi para salvar dos seus males e das rebeldias e desagregações próprias de toda a opressão das energias vitais de cada um constrangidas pelo atropelo da multidão, foi para isso que veio a regra, suprimindo por arte e cálculo e providência o que por natureza e liberdade não se podia esperar, e antes precipitava nos mais funestos antagonismos e divergências.

Mas a regra, tomando médias que, de compromisso em compromisso, renunciavam a princípios para afagar conveniências, e não raro estabelecem uma mecânica puramente externa e compulsiva, mera arte de jungir elementos opostos, simples prisão na qual nada resta da inspiração originária e da lei espiritual e do mandado da aspiração essencial que suscitou a aproximação e colaboração de elementos persuadidos de que pela unidade da fé e pela confiança na identidade da concepção da perfeição estavam destinados a fundir-se e mover-se em um só corpo, a regra tanto aviva como apaga o carácter dos motivos de acção e a sua pureza e persistência. A tal ponto de bastardia chegará, e a história é fértil de exemplos desta natureza, que, se a vida em comunidade se prolonga durante séculos, ao fim, de regra em regra e de atenuante em atenuante, nada resta da face primitiva senão uma caricatura, cujo mal dissimulado cinismo e malevolência vulgar frequentemente se compraz a acentuar e castigar.

Certo é que há uma personalidade gregal, assim como há uma personalidade individual, e uma e outra são, não a sobreposição mas a síntese dos seus elementos componentes, na qual nenhum deles conserva intactas as qualidades singulares iniciais, com o seu poder e carácter de acção correlativo; certo é que essa constituição, cooperativa em uma resultante complexa de forças diversas conjugadas, importa alterações tão profundas, que no seu tumulto a cada instante se atropela e anula a razão primária, para obedecer à qual e a servir se operou a ligação das actividades sintetizadas na comunidade. Tal qual no velho exemplo clássico, aduzido para esclarecimento de conceitos semelhantes, a água não é uma soma das propriedades do oxigénio e do hidrogénio e demais elementos que entram na sua composição — a agregação dos homens em comunidades, sejam quais forem os seus fins, não é uma soma e uma acumulação, é uma destilação da amálgama de variados corpos triturados e fermentados para de si darem um novo e estranho filtro.

Não escapou ao rigor destas influências o sonho e a epopeia da civilização assisiense. Desde o momento em que o espírito do Profeta teve de renovar-se no espírito dos companheiros e estes

houveram de se incorporar em formações gregais, logo entre a inspiração do Santo e a sua fé e a regra das ordens religiosas que sob o seu influxo se instituíram, se mostraram tais distâncias e tão divergentes interpretações, que a pobreza franciscana se tornou depressa a mais vaga das expressões, dentro e fora das ordens religiosas do seu credo, quando mesmo não serviu apenas de bandeira esfarrapada de caprichosas ilusões. Com mágoa temos de reconhecer que, praticamente, jamais a pobreza conseguiu cristalizar sob qualquer forma, em qualquer coisa e regra bem definida e universal, a todo o temperamento e a toda a conjuntura convindo sem restrição ou apostila; e o que então ficou e nos foi guardado nas tradições e nos livros, no conselho e no exemplo concreto, foram infinitos sistemas de pobreza infinitas, entre si se olhando e respeitando com mais ou menos simpatia e conformidade, quando não se detestaram e combateram com a mais rude e violenta aversão.

bibRIA

As regras e a multiplicidade de ordens franciscanas serão apenas o espelho, mais ou menos polido e transparente, dos diversos e inumeráveis modos de devoção franciscana, ou melhor, os fragmentos dos espelhos da devoção franciscana.

Não têm conta, realmente, os modos actuais e passados de adorar S. Francisco e o invocar, nem os motivos pelos quais se busca a memória dos seus feitos e das suas palavras; como não têm conta as rogações que se murmuram entre as paredes dos seus santuários. Somente nessa afluência não será fácil distinguir onde termina a piedade franciscana e onde começa o devaneio e a idolatria e a convenção franciscana.

Para alguns, S. Francisco é uma aparição indelével que os fascina e prostra, que lhes volve a vida íntima do seu ânimo em humildade mental e prática, espiritual e tangível, abrangendo a um tempo toda a extensão religiosa e concreta do seu ser. E para esse reduzido punhado de poetas e místicos, em minoria pouco menos de imperceptível, a pobreza assisiense é uma lei

suprema e uma magistratura augusta, é um caminho na terra e um juiz na consciência, severo e omnipresente, admoestando e flagelando onde, por fraqueza de quem lhe reconheceu a divindade, a pobreza trepidou e não prevaleceu na sua plenitude.

Essa minoria perde-se, porém, em meio das multidões, muitas das quais se formam em comunidades, e outras vão livremente apinhar-se nas ruas e nas praças públicas e nos templos, a aclamar o Santo, e a narrar-lhe os feitos e glórias, e a definir e dizer a sua vontade, sem afinal o considerar mais nem melhor que um fenómeno admirável e admirado, particularmente um objecto de curiosidade e singular estranheza, cuja contemplação, embora interesse o entendimento e alvorece a sensibilidade, dentro de breves momentos restituirá os fiéis às delícias das coisas do mundo.

A estes não obrigará S. Francisco ao quer que seja de desprendimento da carne; não lhes impõe a sua pobreza nem qualquer outro esforço de consubstanciação com o seu ser essencial de santo e profeta. Porque esses, por força do endurecimento da sua compleição mundana, adorando o Santo ou pensando que o adoraram, apenas se deixaram turvar de certa embriaguez e espanto, sem que o contacto com a história do Santo e com o que nas realidades da existência a exprime e continua, lhes determine o contágio das suas virtudes e a obediência às suas tendências e inspiração e preceitos.

Quem houver de procurar onde hoje ainda mora a pobreza assisiense, terá por primeiro cuidado indispensável de se libertar e libertá-la desse tropel dos falsos devotos, não raro ingênuos na sua debilidade e traição, que de corda franciscana à cinta a trazem lassa e somente sentem e deveras a pressão dos resistentes fios mundanos que os ligam. Por um latente desfastio das misérias da vida económica quotidiana, sonharam espiritualizar-se e para isso ajoelharam e comungaram a hóstia sagrada nos altares franciscanos, ouviram missionários eloquentes que os instruíram na vida do Santo, enterneceram-se vendo-lhes nas imagens de arte primorosa os estigmas da cruz, mas, passado esse momento de enternecido abandono às visões celestes, ei-los que logo abundam em conciliações com o mundo e depressa

voltam a cuidar aferradamente da defesa dos seus dinheiros e do esmero das suas comodidades.

Tal qual como na primeira hora da construção da basílica de Assis, não cessou até hoje de se fabricar uma devoção franciscana que é apenas um colossal engano para quem o serve e para os que o contemplam, onde não se cifra em uma colossal distracção das vulgaridades da existência económica e em uma satânica mentira, cujo grau de impostura e respectivo exame escapam àqueles que levianamente a adoptam como variante das outras muitas imposturas que constituem o sistema da sua vida. Dentro e fora das ordens franciscanas, na devoção livre e inspirada como nas devoções preceituadas e escritas, por toda a parte em que se alvorçou a fé assisiense ou foi chamada para o quer que seja, particularmente onde residir ou for convidada a residir a sua pobreza, encontraremos que enquanto os eremitas do Alverno se multiplicaram e se multiplicam como dez, os Elias de Cortona e dos palácios se disseminaram como cem mil.

A pobreza assisiense só em um estado de graça poderá fundar-se, e o estado de graça é e será sempre apanágio de eleitos.

A experiência e a História apenas nos deixam duas vias práticas da religião: a via racionalista, que da inspiração e da convicção passa logo à discussão, e da discussão desce imediatamente ao estatuto, à compulsão, ao mandado, e ao castigo e à excomunhão e às fogueiras expiatórias; e a via do amor, que por amor dá o exemplo e do exemplo vai à compaixão, e ao perdão e à redenção dos ignorantes e dos transviados.

Entre essas duas religiões há a distância que se interpõe entre uma invocação da presença e do poder de Deus por simpatia, e dor da desgraça, e lamento magoado da piedade, e uma violência cega, uma pedrada por maldição e ódio do erro, uma imposição vociferada no grito rouco do anátema. E como essas duas religiões se apoderaram da crença e do pensamento assisiense, e como os maltrataram e atraçoaram ou como os guardaram e exaltaram na sua pureza, é isso que tece e prolonga o drama interminável do combate franciscano e das suas ordens, através dos séculos, confundindo no mais flutuante dos fumos

a persistência e a expansão do espírito do Santo e as vicissitudes das comunidades que prometeram interpretá-lo nas realidades práticas dos homens e da civilização.

Nesta eterna tempestade que a debilidade da alma humana e a sua incerteza alimentam, a pobreza ora de todo se submerge queimada pelas cobiças, ora se salva e nos salva docemente brilhando e aquecendo, refugiada em algum solitário rochedo que Deus lhe ergue no meio das ondas e o eremita habita para a zelar.

Assim, pela condição e lógica das coisas, como também porque a História no-lo ordena, não é legítimo esperar que, salvo casos de excepção, a pureza da alma do Santo e o seu princípio fundamental se perpetuem na confusão intrincada das personalidades gregais que sob a sua invocação se criaram; evidentemente, à consistência das agregações é necessário o esqueleto rígido de uma regra, e nessas conjunturas as regras, por fatalidade inerente à sua natureza, significam uma larga expropriação da predominância do espírito em benefício da integridade da letra. Mais será de prever que a robustez da fé assisiense, e sobretudo a sublimidade fervorosa da sua pobreza se prolonguem e mantenham a eternidade, que é sua essência, renascendo em personalidades singulares privilegiadas, livres de toda a coacção e fraude concomitante que os sistemas invioláveis e suas férreas defesas importam, isentas dos trabalhos forçados a que a regra condena, vigiadas apenas pelo sentimento agudo de uma responsabilidade directa e absoluta com Deus e com aquele que os estigmas de Cristo nomearam.

*

*

*

Destas oposições, latentes umas, outras explícitas, entre a liberdade e a regra, teriam vindo as angústias de S. Francisco, quando, à medida que o seu pensamento e a sua inspiração se dilatavam, atraía companheiros a gravitar na órbita da sua jornada. Onde os companheiros se juntavam, aí limitavam e

alargavam, e, a par, constrangiam os voos do Iluminado do Senhor.

Daqui a importância da regra, uma verdadeira obsessão para o Santo e para os seus apóstolos mais fervorosos, não só pelo que embaraçava a simplicidade da existência do Profeta, mas também, e principalmente, pelo que vinha definir da interpretação e tradução prática da aspiração franciscana, desde então se tornando manifesta a quase impossibilidade de estrearmos essa aspiração e a considerarmos fora da esfera da sua expansão gregal e dos erros e variantes a que esta expunha o carácter e tendências que lhe cabiam na sua filiação inicial. Diferentes são, na verdade, a nascente e o rio; mas nunca nos será possível marcar o ponto exacto em que o fio da água da nascente se mudou em rio e as suas águas alteraram a sua composição e aspecto e velocidade, pela influência das águas afluentes que pouco a pouco se lhe juntaram ao seu curso.

Do movimento tumultuoso destas correntes derivadas das grutas solitárias de Assis terá vindo também que por mais textos, decretos, memórias e comentários que se colham e confrontem para esclarecer a história da civilização assisiense, nunca será possível varrer de todo na sua aproximação certo resíduo de hesitações de S. Francisco perante a Igreja e da Igreja perante S. Francisco, certa ondulação, fértil de emendas, que se esboçou cedo, desde a primeira visita do Santo ao Papa, e porventura ainda não estará terminada completamente nem será susceptível de se rematar de uma vez para sempre, por mais subtil que seja o engenho empenhado em lhe insinuar estabilidade e linhas firmes de cristalização.

Acaso mesmo as dúvidas se haverão multiplicado pela impaciência da boa intenção de dar solução a conflitos que na ordem do mundo nunca poderão achar conciliação duradoura e radical, porque, de facto, a religião de S. Francisco e os seus infinitos modos e delicadas afirmações, sendo objecto de uma revelação que para cada qual tem de renovar-se em seu íntimo e de outra forma é inacessível, sendo uma inspiração misteriosa e o governo directo de Deus em nossa alma e acções, não cabe em qualquer organização estreitamente privativa, a todas as

organizações gregais se torna comum e a todas excede, às monásticas como a quaisquer outras, como comum é a todo o estado individual secular e a toda a condição da existência singular, e a todos excede.

*

*

*

Não tardaria, porém, a dar boa razão de semelhante concepção de tão difíceis relações entre o espírito e a letra assisiense aquela instituição genial que se chamou a ordem terceira de S. Francisco de Assis — uma religião que indo além do claustro e do templo vinha assistir-nos em todo o impulso da existência, ao qual a boa e a má fortuna nos arrastasse, e que, muito especialmente, vinha aconselhar-nos e guiar-nos na confusão perigosa dos impulsos e vicissitudes económicas. Religião maravilhosa, esta tolera o máximo anarquismo que é possível admitir, sem quebra da fé, para nos trazer libertos de coacção externa, de imposição uniforme que externamente oprima e se mostre; e entretanto, nos seus resultados últimos e os mais poderosos, é a mais estrita das obediências, e confia a nossa vida ao mais consistente e contínuo dos governos, que é a consciência da omnipresença divina e a sujeição em que ela nos traz e vigia.

Perante este governo, cujos mandados se exprimiram e se contêm em breves versículos do Evangelho, toda a organização e mecânica das sociedades que nós inventarmos, toda a arte de fundir em unidades rígidas os homens e os impulsos das suas flutuações, tornou-se então como accidental e secundária, objecto de excepção, criação efémera e contingente e infinitamente variável, que só podia alterar a superfície sem atingir aquele princípio de amor, único, invariável e eterno, que em todas as modulações da vida havia de dominar o terceiro.

Talvez não erre muito quem se inclinar à convicção de que a ordem terceira representa a condição social mais adequada à tradução prática do ideal assisiense, porque a religião franciscana, para viver na sua plenitude, carece de uma liberdade tão francamente autorizada na ordem terceira quanto singular-

mente restrita na multiplicidade e rigor dos votos e observâncias dos menores conventuais. Mais uma vez se achará aqui que sempre «o espírito vivifica e a letra mata» e sempre, conseqüentemente, a letra tem tanto de tutelar na sua robustez intransigente como de mortal na pressão que exerce sobre os seus escravos e desconhece a diferente compleição e a hora diferente daqueles aos quais ordena obrigações invariáveis.

A regra, quando em extremo explícita, inflexível, e formal, como é do seu carácter e uso, não admitindo casos e aferrando-se à inviolabilidade dos modelos, pois que é regra, protegida de penas e sanções, facilmente degenera em fria convenção, de todo atrofiando a espontaneidade e iniciativa e candura que inflamam o espírito; e, entretanto, a sujeição mínima do terceiro de contínuo o obriga a escolher, reflectir e proceder sob a sua immediata responsabilidade com os poderes divinos que o movem, a todo o instante terá de verificar pela interrogação do espírito a legitimidade dos seus pensamentos e dos seus actos, não tendo, como não tem, letra à qual cegamente se entregue e na invariabilidade da qual se desonere do mandado da inspiração própria e sua acção. Desligado de obediências inferiores em que se ache ao abrigo das instâncias íntimas de escolha da via pela qual haja de bem servir o pensamento assisiense, o terceiro terá necessariamente de se confiar a poderes mais altos que por seu esforço procure, implore e sinta dominá-lo; não tendo uma regra taxativa e severa que lhe meça todos os passos e o force a ser extremamente o mesmo, dia a dia e todo o ano, há-de socorrer-se de uma regra que, sendo mínima quanto a disposições parcellares escritas imperativas, nem por isso o isenta de ser o mesmo intimamente, perante o Senhor, a toda a hora e durante a vida inteira, embora diferentes sejam as conjunturas e vicissitudes que vai atravessando e na aparência o tornam diferente.

Ao terceiro, para bem o ser, compete aquela muito subtil destreza religiosa, tão franciscana, que exige uma obediência e uma identidade absoluta de alma dentro de uma variabilidade de atitudes infinita, identidade de que o menor conventual fica isento, porque por virtude da uniformidade em que a sua regra lhe vaza a actividade do corpo e do espírito, a identidade é para

esse sinónimo de invariabilidade. Entre o menor conventual professo e o terceiro pressente-se bem cavado o apartamento de quem é levado por uma tendência como ingénita, posto que adquirida houvesse sido, e quem é governado por uma lei que opera da periferia para o centro — embora tendência e lei sejam sacerdotes do mesmo senhor. Adaptou o menor professo a vontade a uma vida divina, determinada esta sem condições de contingência que eventualmente a anulem ou alterem; sujeitou-se o terceiro a adaptar incessantemente a sua vida à vontade divina por um labor de renovação sem fim. Enquanto um se fortificou em uma inalterabilidade intangível e nos seus moldes abdicou do ser próprio, tem o outro de sem tréguas reduzir a sua vontade a uma unidade transcendente, dentro do torvelinho de quanto é mudável e em semelhante estado se lhe oferecendo para estrada e alicerce da coerência religiosa.

É deste modo e por esta disciplina *sui generis* que o terceiro franciscano se obriga a uma superior actividade religiosa. O menor professo libertou-se do mundo; para isso trocou a sua vontade pela vontade comum, contentando-se com ser governado. Mas o terceiro obrigou-se a governar o mundo e a própria vida na obediência ao Senhor, dentro da liberdade, por ela se tornando o único autor da sua glória ou da sua condenação.

W. Leathem diz: — «Poderemos talvez ver o ideal franciscano mais puro e finalmente revelado na ordem terceira que na dura via da vocação e renúncia do seu fundador. Francisco foi portador de uma mensagem para todo o mundo, mas nem todo o mundo pode ser nona ou monge. A muitos parece que as ordens religiosas foram mais um expediente que a solução do grande problema. Mal se pode remir o mundo se para muito longe dele nos afastamos, e a redenção do mundo é o propósito de Deus revelado em Cristo. O livre espírito de Francisco forjou cadeias para ele e outros usarem, porque isso foi para ele a vontade de Deus, e porque o século XIII carecia do exemplo inflamado de uma grande abdicação. Todavia, quando neste século XX procuramos aprender, na escola de Francisco, a lição que nos atrai é a arrojada transferência do seu ideal para o ambiente contraditório da ordem terceira. Ali transitamos do

particular para o universal, daquilo que foi justo para Francisco para aquilo que é justo para todo o homem e para toda a mulher que o sol alumia. É na ordem terceira que o Santo toca o coração universal e traça o caminho universal». ⁽¹⁾

Sabatier achou que «o espírito franciscano é mais bem compreendido na Inglaterra que em qualquer outra parte»; em seu entender, a «intuição da alma franciscana e da sua história é um dote particularmente frequente nos países britânicos». ⁽²⁾

De todo o ponto verdadeira se consideramos a distribuição geográfica actual da expansão da alma franciscana, esta observação do grande mestre e agudíssimo intérprete dos estudos franciscanos deixa entretanto suspeitar as razões étnicas psicológicas que promoveram o facto singular pelo qual o latino católico assisiense parece ter desertado da sua terra para de preferência ir morar entre nórdicos protestantes.

Sem maior estranheza e antes dentro das previsões lógicas, bem poderá ter acontecido que o espírito franciscano sendo na sua mais elevada pureza um espírito de liberdade, elege-se modernamente o seu domicílio predilecto na Inglaterra, exactamente porque a Inglaterra, pela tenacidade da sua aspiração de liberdade, foi o país que mais educado encontrou para o acolher convenientemente, na atmosfera afim daquela que necessita de respirar.

De forma que o próprio lugar que na actualidade o espírito franciscano preferiu habitar, será uma indicação eloquente do seu carácter fundamental.

Fora desse ambiente de liberdade se corromperá facilmente, porque logo resvala em compromissos com os despotismos que o cercam e assaltam, onde por sua desgraça não entra em termos de identificação; fora desse coro das propensões ingénitas de liberdade, das quais a sua natureza participa, as tiranias ímpias das convenções e das hierarquias depressa e

(1) William H. Leathem, *Life of St. Francis of Assisi*. (James Clark & Co.; Londres). Pág. 153.

(2) *St. Francis of Assisi. Essays in Commemoration*, coligidos por Walter Seton. (University of London Press; 1926). Pag. VII.

apertadamente o esmagam e o afeioam ao ser de orgulho e cobiça, formando um bloco homogêneo, de uma dureza impenetrável à vida da liberdade somente responsável do seu exercício perante Deus, como nefasto e satânico rejeitando aquele doce e sagrado anarquismo que palpita na alma franciscana.

Porque há um anarquismo que é apanágio da santidade, como outro há que é o sinal da perversão.

O anarquista, enquanto profeta e crente, não é o insubmisso que a paixão da posse do poder mundano criou, não é o revoltado pela impaciência egoísta de toda a destituição de bens terrenos e de todo o constrangimento da disciplina e da lei e da regra restritiva do seu capricho e arbítrio. Isso será apenas demência e enfermidade, certo raquitismo moral violento que ignora o que deve ao próximo e por ignorância e insensibilidade mórbida é determinado e se move.

Anarquista, enquanto profeta e crente, é aquele que aborreceu e renegou o governo dos homens e das nações e dele fugiu e se isentou quanto pôde, para obedecer somente ao governo de Deus e dos céus que em sua consciência se revelasse e a dominasse. E assim, na sua pureza, este anarquismo não é desobediência; pelo contrário, é unicamente o grau mais subido, supremo, da obediência.

Tal foi o anarquismo de S. Francisco de Assis e dos mais videntes e eleitos de sua estatura e sublimidade. Pela inspiração arrebatado à presença de Deus e prostrado pelo seu império, não podendo servir ao mesmo tempo dois senhores, renegou César e com César os bens do mundo por amor de Cristo e para inteira e exclusivamente o servir, mas não apedrejou César, porque evangêlicamente lhe reconhecia o lugar e porventura a legitimidade. O seu anarquismo é apenas uma abstenção e uma defesa pelo isolamento e pela distância; nunca é uma disputa e uma inveja, e muito menos uma ferocidade tigrina.

A FILOSOFIA ASSISIENSE

Em seu primeiro aspecto e no conjunto mais evidente do movimento do seu ser religioso e prático, S. Francisco não architectou uma teologia nem urdiu qualquer sistema filosófico. Dessas teias se desprendendo ou ignorando-as, e subindo mais alto e da esfera a que uma vez se ergueu jamais descendo, S. Francisco teria vindo apenas a instituir uma obediência, a ligar a terra aos céus e a nossa alma a Deus pela simples virtude da imitação de Cristo, pela presença contínua do seu exemplo, e pelo cumprimento severo da sua lei e mandado. A razão consubstanciava-se com o amor, e nele residia e se confundia. O poder do Santo não lhe virá da robustez ou da latitude da especulação mental, coisa sempre limitada e contingente, e afinal mesquinha, comparada com a agudeza da intuição; o poder de S. Francisco, pelo mistério do contacto incessante do seu ser com o ser divino, virá da sua vigorosa capacidade de instilação em o nosso ânimo de um ritmo e de um princípio de actividade, de uma lei de harmonia, coisa infinita e a salvo de toda a contingência.

E, todavia, sem embargo, na inspiração de S. Francisco contém-se uma filosofia e uma teologia. A exaltação do Profeta nem as estremeou nem procurou defini-las, abstractamente, em sistema; mas a compleição menos ardente e mais humana dos

discípulos em breve viria a distingui-las e exprimi-las na modéstia do alcance da sua cogitação.

Inimigo confesso daquele saber por saber, que é alimento da soberba e do orgulho, e outro fruto não traz na sua seiva; arrebatado na fé, e só da fé em Cristo esperando a salvação da humanidade; entretanto e subconscientemente, pelos actos e pelas palavras, S. Francisco legou-nos uma filosofia admirável, que a experiência mostrou repassada de um vigor capaz de afrontar, como tem afrontado, o tumulto mental de agitados séculos, em condição provada de sobreviver a filosofias criadas e celebradas, capaz de as vencer em seus sinais de verdade e efeitos na felicidade dos homens. O incêndio da alma do Profeta tinha um resíduo, uma cinza, da mesma natureza da chama que a devorava; e essa cinza é na sua essência e homogeneidade o melhor e o mais estável dos compêndios filosóficos.

De uma amplitude e fervor que abrangia todo o modo de ser humano, esclarecendo o entendimento tanto quanto abrasava o amor, a actividade espiritual do Santo, por uma intuição maravilhosa e de súbito, não tocava a realidade objectiva dos fenómenos sem a seu modo a ordenar e lhe verificar e nos transmitir o seu carácter e significação, todas as suas relações. Enquanto se comovia, de caminho via, aprendia, ponderava e ligava e dizia as afinidades e parentescos das ideias que andam dispersas no mundo tangível e o movem e nele se movem, e o Santo, quando menos o imaginava, todas as palpitações da vida conhecia, e incidentemente nos mostrava as ligações substanciais mais profundas do seu sistema. Em meio da exaltação das lágrimas e das alegrias suscitadas por uma piedade infinita, a vida confessou-lhe os seus mais recônditos mistérios e segredos; e, sem embargo do enternecimento, se não por virtude do próprio enternecimento, foi acumulando e a seu modo regrando um cabedal larguíssimo dos conhecimentos com que são fabricadas as filosofias e as concepções do cosmos e das suas leis.

Na sua bela conferência da Sorbona, pelo 7.º centenário da morte de S. Francisco, esse eminentíssimo mestre que é E. Gilson, disse de S. Francisco:

«O que ele traz ao mundo é uma vida e um exemplo. Haja

sábios e homens especulativos que, penetrados da lembrança dessa vida e inflamados por esse exemplo, façam disso objecto das suas meditações e lhe ordenem as ideias implícitas no seu ensino, e veremos a acção de S. Francisco, tão estranha a toda a especulação filosófica, influir nas doutrinas, modificar ou suscitar sistemas, em resumo, operar em todos os domínios do pensamento como um fermento, sem o qual o aparecimento de muitas filosofias medievais se tornaria incompreensível».

«Posto que este bem-aventurado homem não tivesse sido criado em estudos muito doutos da divindade», escreve Celano (1), «tinha não pequeno conhecimento da Escritura. Porque o seu génio, puro de toda a mistura, penetrava os mistérios ocultos, a afeição de quem amava conhecia-os por dentro enquanto a sabedoria dos mestres ficava de fora. Lia algumas vezes os livros sagrados, e aquilo que uma vez tinha posto no seu espírito indelêvelmente o escrevia no seu coração. A memória valia-lhe pelos livros; se uma vez ouvia uma coisa, não era em vão, porque a afeição a ruminava com uma afeição contínua. Este é, dizia, o modo fecundo de ler e aprender; não é vaguear por mil tratados. Tinha por um filósofo verdadeiro quem pusesse acima de tudo a aspiração da vida eterna, e dizia que um investigador humilde e isento de presunção, aplicando-se à Escritura, fàcilmente passaria do conhecimento próprio ao conhecimento de Deus».

Todavia, se S. Francisco não pregou nem escreveu sistemas filosóficos explícitos, porque a oração e a caridade o absorviam e não lhe autorizavam ócios do corpo e do espírito para se deleitar em tarefas semelhantes, nem por isso uma filosofia profunda deixou de lhe assistir e o esclarecer e convencer.

De tal modo essa filosofia se encontrava palpitante nos seus actos e no seu apostolado e nos seus êxtases, que logo os discípulos lhe deram forma raciocinada e a exprimiram, sentindo-a como o Santo, de quem lhes vinha, mas, além disso, mais que o Santo a meditando. Depressa e evidentemente, o movimento espiritual de S. Francisco e a sua jornada mental se

(1) II, § 102.

repetiriam em S. Boaventura, sômente com a diferença de que o ardor da fé foi infinitamente mais brando no discípulo que no mestre, enquanto a consistência da razão e a arte correlativa de lhe sistematizar os conceitos foi incomparavelmente mais adiantada no catedrático professo que no Pobrezito de Assis, cuja piedade fervorosa não deixaria margem a aturadas e complexas operações de mera inteligência. O filósofo teria consumido a discorrer e a divagar nas horas que o Santo passou, sem as contar, orando ao Senhor e louvando-o; e entretanto, por diferentes palavras, todas por igual significativas, ambos haveriam pensado o mesmo discurso, e até mesmo repetiram a mesma súplica.

*

*

*

Começa no amor a vida de S. Francisco, e a sua filosofia é a flor do seu amor — como a alegria é a flor da sua filosofia, embora a flor houvesse sido colhida por mãos diferentes daquelas que a semearam.

É a flor, note-se — não é a consequência lógica nem moral, nem qualquer outra coisa idêntica, de natureza de mero entendimento, qualquer coisa que a razão e os silogismos, seus apaniguados, regulem e governem. É a flor, criação orgânica espontânea, um facto de livre crescimento, multiplicação e diferenciação das seivas que correm nas veias dessa flor; um fenómeno variável e variando sempre, como é próprio de todos os fenómenos naturais. Não é um propósito, nem uma invenção, nem um argumento; é uma necessidade vivida. A filosofia de S. Francisco verifica-se pelo comoção, na integridade da fluidez de todas as formas e de todas as actividades que a determinam; não se retalha pela análise dos seus elementos, nem se entretece pela coordenação artificial de quaisquer resíduos esqueléticos dessa análise.

Nem será talvez de todo absurdo supor que a filosofia culminou no pensamento assisiense, tal qual S. Boaventura o definiu; perante este, serão um labor de preparação os sistemas

filosóficos que o antecedem, e ter-se-ão perdido em um labirinto sem saída segura os sistemas que se lhe seguiram e quiseram emendá-lo ou destruí-lo.

Condensa-se nesta citação, que vamos esmolar ainda da conferência do E. Gilson, a conclusão natural das especulações de S. Boaventura:

«Todas as criaturas deste mundo sensível conduzem ao Deus eterno o espírito daquele que em sabedoria as contempla: porque deste primeiro princípio infinitamente poderoso, sapiente e excelente; da sua origem eterna, da sua luz e da sua plenitude; da arte enfim pela qual ele as produz, modela e ordena, as coisas são sombras, ressonâncias, imagens, vestígios, simulacros, representações postas diante dos nossos olhos para ali contemplarmos a Deus. Sinais que Deus nos manda... a tal ponto, que aqueles que não querem cuidar disso nem conhecer Deus em todas estas coisas e nelas o abençoar e amar, não têm desculpa».

Ou, por outras palavras, novamente nos socorrendo do saber estranho:

«O conhecimento é uma intuição, na qual aprendemos os reflexos de ideias eternas do espírito divino, e os objectos da experiência dos sentidos são afinal apenas a aparência ou símbolo sob o qual essas ideias eternas se revelam. Assim, o objecto último do conhecimento é sempre o próprio Deus, e todo o conhecimento depende da iluminação incriada que se revela à alma dos homens, progressivamente, por graus, que vão da experiência ordinária dos sentidos à contemplação mística. Deste modo se apaga a distinção entre fé e razão, porque o que é a fé senão uma razão mais alta e o que é a razão senão uma fé imperfeita?» ⁽¹⁾

Em S. Boaventura, nesta redução do sistema filosófico a Deus, se teria consumado a mais íntima e clara unificação da fé e da razão que a história do entendimento humano conhece, e

(1) C. R. S. Perris. *The Segacy of Middle Ages*, estudos coligidos por G. C. Crump e E. F. Jacob. (Oxford, Clarendon Press; 1926). Pag. 241.

a mais elevada concepção de ordem cósmica a que jamais o nosso espírito foi capaz de se erguer.

*
* *

Nem pela filosofia tomista teria sido minguada ou preterida a intuição assisiense.

Porventura a filosofia tomista traria já em si a perigosa superabundância de princípios dissolventes, aquele excesso de actividade raciocinante aristotélica, ávida de distinções subtis e de hierarquias e construções mecânicas, que estava destinada a multiplicar no Renascimento, e nos séculos que se lhe seguiram até hoje e se lhe afeiçoaram, os castelos de cartas mal unidas que chamamos sistemas filosóficos, e que tão depressa se alewantam como com um sopro se desfazem.

Porque Aristóteles, no desenho de Rafael, — isto é, na inspiração e penetração do génio, alheio a todo o prejuízo especulativo e obedecendo somente à ingenuidade de uma impressão virgem — Aristóteles, no desenho de Rafael, olha para a terra, enquanto Platão (e com Platão, S. Francisco e toda a constelação assisiense) olha para o céu; e, claramente, onde os olhos se cravam na terra com insistência perde-se naturalmente a consciência dos céus, que à terra sobrelevam e a sublimam, e logo a filosofia entra a engolfar-se em um fosso escuro e a ignorar a amplitude celeste, sem o conhecimento da qual todo o sistema filosófico será, pelo menos, insuficiente e, por insuficiente, por não abranger a totalidade da existência e da vida em um núcleo estável, resvala e se dissolve nos jogos malabares de logomaquias ociosas.

Teria sido mesmo este excesso de obediência ao governo e sugestões da razão aristotélica, a qual em S. Boaventura se achou rigorosamente limitada pela fé à exiguidade do seu poder, mas que depois de S. Boaventura, e já no seu tempo, entrou a mostrar-se terrivelmente devastador; teria sido este abuso e delírio da razão raciocinante que no Renascimento e nas suas derivações amesquinhou a filosofia e a precipitou na

sua esterilidade mortal, quando lhe pedimos soluções dos problemas da vida, e a encerrou no acanhado âmbito, do qual o nosso tempo procura libertá-la, mercê do severo exame de consciência, em que, reconsideradas as lições medievais, de novo lhe atribui seu justo valor, entretanto acrescentando sem piedade nem remissão as ruínas das cátedras e das escolas que sonharam e proclamaram a possibilidade de filosofias sem Deus.

Aquelas edificações filosóficas em pirâmide que desentranhando de escombros greco-romanos antigos planos começaram as reconstruções do Renascimento e depois deste inspiraram o seu desenvolvimento, terão o condão sinistro de mudar em monumentos, aparentemente ciclópicos, de uma necrópole ingente e devastada o que imediatamente antes dessa empresa era uma floresta viridente, criada à luz do céu e animada de seivas palpitantes, fértil de pomos doces e perfumados, em repousadas sombras nos abrigando das incertezas do mundo. As filosofias do Renascimento, como consolação das penas dos homens, teriam sido de uma aridez mortal. Querendo fazer da filosofia uma figura geométrica, e por presunção de método tentando apartá-la das demais ciências e arrumá-la em um canto dos conhecimentos que lhe seria privativo, o Renascimento reduziu-a a uma arquitetura apenas poisada na terra, mal aprumada, oscilante, abandonada das águias cujas asas esvoaçavam em torno dos seus cumes, e na Grécia platônica tanto haviam medrado e brilhado. Sequestrando a filosofia da atmosfera de nebulosidade sublime que o Cristianismo e a Idade-Média lhe haviam criado e dilatado para seu alento e exaltação e glória, o Renascimento cavou-lhe ou esforçou-se por lhe cavar cinicamente uma sepultura onde se sumissem na escuridão, para nunca mais ressuscitarem, todos os enlevos e arrebatamentos angélicos que algum dia conhecera e eram fortuna e tesouro de quem a possuísse e amasse. E então e depois, exilada dos céus onde a sua alma se alimentava, a filosofia mostrou aos homens uma face ora enfadada ora hostil, que não admite sorriso nem afago, e nem sequer consente em se associar à flexibilidade, indulgência e graça, eternos filtros de saúde para a debilidade dos mortais.

Imaginando lograr pela inteligência o que só pela simpatia e pelo amor é susceptível de ser alcançado, o racionalismo aristotélico que fermentou os primórdios do Renascimento interrompeu uma obra gigantesca do mundo e de uma civilização fundada no espírito. Mirrado, apertado como múmia em ligaduras intermináveis, seco, surdo e mudo aos clamores da felicidade que os homens lhe pediam e dele esperavam, esse racionalismo, incapaz de dar calor e ânimo a quem ou ao que quer que seja, esse racionalismo, com tal poder destrutivo de energias redentoras, conseguiu operar que só hoje, ao cabo de tergiversações inumeráveis, entramos a encaminhar-nos pelas veredas perdidas e a continuar por aí a edificação iniciada na Idade-Média.

Continuação e reparação penosa e lenta. Onde uma vez se sentiram e consumaram devastações e ruínas, alguma coisa irreparável ficará para sempre — uma poeira que à mais ligeira brisa se ergue do chão e mancha a frescura das criações novas. Certo é que, seja qual for o vigor da restauração moderna da filosofia idealista, o arrojo racionalista mingou para sempre e em larga escala anulou totalmente aquele princípio de vida precioso que se contém na fé do Pobrezito. Onde não pode vencer, o racionalismo nunca deixa de enfraquecer por suspeitas.

*

*

*

A filosofia meramente racionalista, começando por excluir do seu âmbito as teologias ou quanto a obrigue a ir à presença de Deus, quererá que seja caso de uma pura inferência lógica e pela lógica justificado aquilo que em S. Francisco sòmente pelas revelações e pelo alvoroço da simpatia se compreendia e prevalecia como espelho da verdade. E como a simpatia decai à medida que a razão a assoberba e arrefece, pondo congelações inertes onde pulsavam labaredas de uma fogueira, funda-se então um saber mortal que estrangula e prostra o amor vivificante, e eis que os motivos de acção que instigavam e dirigiam os homens, e os enriqueciam e educavam cristãmente, foram

oprimidos e banidos pela inércia e pela indiferença que a perversão de uma inteligência emancipada da fé aconselha, derramando no mundo uma esterilidade cruel.

Não foi sem o aviso de uma claríssima intuição iluminada pela fé que S. Francisco sentiu a sua persistente aversão a certo falso saber cuja tentação por diversos modos lhe assaltava os melhores pastores do seu rebanho e mais que uma vez o desbaratou, onde se achou exposto sem defesa aos incitamentos da invasão. Muito cedo o Santo acautelou a grei assisiense contra o sabor mortífero que não havendo sido baptizado em amor se torna em uma forma de cobiça e curiosidade mórbida, a qual na insofrida ansiedade de juntar conhecimentos reais ou supostos, e para essa ambição exclusiva vivendo, de todo ignora a caridade e o próximo, cuja sorte não lhe comove a dureza, e assim contradiz e nega o princípio fundamental da filosofia assisiense, que é a união do cosmos em Deus. Nesse falso saber, tamanha será a distância entre a sua obtusidade moral e a sensibilidade e o interesse e o destino do vizinho, que para legitimar pela razão um tal estado de apartamento e oposição terá de fabricar uma filosofia adequada, que é a negação da filosofia assisiense.

Sobretudo a filosofia de análise impassível, que se deleita a colher argumentos para estratificar uma pirâmide de abstrações, do alto da qual, mesmo antes de a concluir, se precipita no vácuo, incapaz, por ausência desse cume que é Deus, de pôr à sua invenção um remate seguro, onde a nossa alma possa poisar tranquila como a águia no píncaro da rocha, sobretudo repugnaria ao Santo essa filosofia de composição, que não de criação, pois lhe fragmentava e tornava perigosamente caótico aquele cosmos unificado na divindade e indivisível, que a sua filosofia congénita sentia e contemplava, dimanando dos céus em corolário de amor, da religião descendo à ciência e a Deus levando, por direito de geração e por obediência filial, toda a forma e todo o pensamento, e absolutamente rejeitando a possibilidade de chegar a qualquer religião pela ciência analítica, sendo certo que a ciência analítica é dissolvente de sua condição e não se cansa de retalhar o mundo e o dividir em infinitos

princípios e energias opostas, tanto se atraindo entre si e se englobando, como imediatamente se combatendo e pulverizando.

*

*

*

Agora, que na experiência filosófica e religiosa assisiense verificamos que a criação é uma unidade divina tutelada pelo amor, agora veremos que a dor é uma e a mesma no balido do cordeiro e no gemido da criança, como uma e a mesma é a alegria no cantar da cotovia, no correr das águas, e no louvor dos homens e sua oração triunfal, ao verem despontar a luz do sol. No beijo do leproso, como no Cântico das Criaturas e na penitência da hora derradeira, chorando ter «pecado contra o seu pobre irmão, o corpo», a piedade do Santo não só sentiu e amou nestas diversas e infinitas traduções uma única essência divina e os seus atributos e graças, mas dessa piedade implicitamente deduziu o nexa que filosoficamente lhe enlaçava todo o conhecimento das realidades espirituais ou tangíveis.

Onde quer que essa essência divina descesse dos céus e encarnasse ou pousasse, na rola e no tigre como na forma humana e na sua voz, viria o Santo a interrogá-la, a adorá-la e a servi-la, e também a defini-la e a compreendê-la. A filosofia do Iluminado tornava-se, por uma bênção sobre-humana, simples revelação da graça da piedade divina em toda a sua latitude — entendendo por piedade, não só a faculdade e a ansiedade de sentir, sofrer e mitigar o sofrimento e a desventura alheia, mas ainda, e inseparavelmente, um movimento nosso, de consubstanciação do nosso ser com o ser divino, por harmonia, por identificação dos impulsos vitais de um e outro ser, uma palpação do nosso ser chegado à docilidade extrema e bem-aventurada que o induz a confundir-se na palpação do ser universal que o arrebatou. Essa piedade, que instruiu a S. Francisco na sua filosofia, será, s'multâneamente, um facto de comunhão espiritual e o alvoroço grato de uma ondulação sensual; será o encanto de vibrações compassadas em todo e qualquer movimento da vida externa e da consciência e da afeição, recíproca-

mente reconhecendo e amando entre os seus princípios e os seus modos a mesma natureza e o mesmo ânimo, revelados, alimentados e regidos por um mesmo poder, único, invariável e eterno. E esta piedade, que ensinou ao Santo a filosofia que praticamente adoptou e serviu — filosofia que porventura será o viático essencial e perpétuo da sistematização bem fundada de todos os conhecimentos humanos — esta piedade é aquela fascinação que, por compungimento, une a outra vida a nossa vida, tornando comum quanto era privativo; é aquele filtro que verte a vida divina em vida terrena, a esta purificando e exaltando, enquanto ao mesmo tempo e por instigação imanente nos insinua a força de ascender à contemplação da beleza, divina ou terrena que ela seja, e fora ou dentro de nós que ela resida, em toda a condição da sua existência nos consubstanciando e alegrando.

Em todo o caso e sempre, a piedade importa uma refundição, uma recriação do nosso ser em o ser que até àquele momento de abstracção nos era estranho e naquele momento entrou a unificar-se com a nossa essência. Será um contacto e uma identificação imediata que, ou suscite a paz e o contentamento ou nos derrame a inquietação e a dor, pressupõe em nós e em actividade aquela força de flexibilidade rítmica que chamamos a graça, e que por seus feitos e gestos se volve em arte, e na arte exprime, na série infinita das suas criações sensíveis, a energia etérea e suprema, à qual chamamos alma, espelho de Deus e sua partícula.

Teria sido particularmente no amor e louvor das criaturas que a filosofia de S. Francisco se completou e definiu mais acentuada e claramente.

Antes de S. Francisco, no rescaldo ainda quente do panteísmo pagão, e naquilo que o vulgo chama as relações do homem com a natureza, haveria dois modos de ser religioso, bem distintos e caracterizados, onde não eram mesmo fundamentalmente opostos. Por duas vias, uma orgiaca e outra ascé-

tica, poderíamos chegar à presença da divindade que em a natureza palpita e em a natureza se revela à nossa contemplação e ao nosso culto; por duas vias nos poderíamos incorporar na sua essência e descobrir a sua vontade, para a respeitar e admirar, quando para a adorar não fosse — Cristo e Apolo, desprendimento e sensualismo, comunhão pela caridade, dando e servindo, ou comunhão pela cobiça e pela avareza, recebendo e absorvendo, imolação da nossa humildade à formosura para a acrescentar e nutrir, ou banquete da formosura conquistado pela avidez dos nossos sentidos para os saciar e embriagar.

Foi S. Francisco quem mais ousada e luminosamente levou a seu termo essa admirável jornada que, partindo do beijo do leproso, acto de resgate da podridão e da miséria pela simpatia, havia, de revelação em revelação e de affecto em affecto, de ser rematada e coroada pelo Cântico das Criaturas, transporte de nossa alma à presença da beleza purificada e sublimada, inflamando-nos em êxtase salutar. Foi S. Francisco quem, ungido do Senhor, no coração e no entendimento que o coração acordava e esclarecia e ensinava, conseguiu fundir em uma só essência aqueles dois princípios que desde o advento do Cristianismo vinham a combater-se e a martirizar-se mutuamente, e agora por intercessão do amor do Santo se constituíriam em uma só glória e deleite e caridade, deste modo, por esta inseparabilidade e homogeneidade final, vivendo a vida eterna e entretanto no-la mostrando e facultando. Em S. Francisco viveram vida simultânea, indistinta e em harmonia os sentimentos que antes se haviam por irreductíveis no seu contraste e poder: — o sentimento da identidade do nosso ser e do ser de todas as criaturas, insinuando arrebatamentos apolíneos de louvor e contentamento, e o sentimento da nossa dependência de um poder supremo e da nossa obediência a esse poder, o que o Santo encontrou encarnado em Cristo e por Deus, em Cristo feito homem, juntou ao êxtase da exaltação apolínea a imposição da sujeição e humildade religiosa.

O que entre tantas singularidades do génio de S. Francisco o distinguirá mais acentuadamente dos demais santos e poetas que nos deslumbram, será porventura esta circunstância de

haver bebido a sua religião naquelas duas fontes, em Cristo e Apolo, santificando Apolo pela união cristã, enquanto encarnava Cristo na beleza terrena, pela participação do espírito na sua forma.

Por vezes parecerá até que o carácter da religião de S. Francisco mudou, que o seu centro de gravidade se deslocou e a religião da sua velhice não foi a da sua mocidade. Mas, de facto, não mudou a sua religião: apenas se dilatou na expansão e amplitude, sem quebra do princípio inicial, e antes fortalecendo-o enquanto lhe alargava o domínio e a extensão. Porque, dia a dia, cada vez mais o Santo compreendia no horizonte religioso; não degenerava nem abrandava o impulso e a natureza da força primordial que o inspirava. Tal qual a expansão dos círculos concêntricos que o cair da pedra descreve quando cai na água, a religião do Santo teria crescido e a cada esfera do seu reino progressivamente e sem pausa sobrepôs uma esfera mais lata que a esfera imediatamente precedente.

Assim, a sua religião começou pela simpatia e afecto dos que lhe andavam mais próximos, companheiros da mocidade, vizinhos, gente do povo e os mendigos da rua; e daí, aquela piedade e atracção e comunhão que se criara pela amizade e contacto e preferências individuais disseminou-se por todo o ser humano e seus sofrimentos, e prazeres e alegrias; e dos homens passou aos lobos, e dos lobos às cotovias, e das cotovias às árvores e aos lírios, e dos lírios às pedras, e das pedras à luz e ao vento e à nuvem e ao mar e às fontes e a toda a criação sem excepção nem limite, com todo o ser o Santo se sentindo absolutamente identificado, vivendo a sua vida e a sua forma e anseio, exaltando-se na sua glória, prostrando-se na sua dor, humilhando-se na sua fragilidade, e orando e louvando a Deus na sua criação, e exaltando-se na sua glória.

De modo que, quando veio a enternecer-se com a rosa e a ave e o crepúsculo e a aurora e as estações e todo o sorriso e todo o gemido, não era porque a religião do Santo decaísse ou variasse no objecto do seu amor e obediência, e do coração e de Cristo, onde despontou, passasse à pomba e ao cedro e ao rochedo que no êxtase do Alverno dos derradeiros anos contem-

plava. Não; não perdera um só átomo do sentimento e do culto que lhe alvoreçara na infância; apenas no crescer e na multiplicação das suas relações e dos seus vínculos trasbordara dos acanhados horizontes primitivos, em que se formara, e insinuou-se em espaços infintos. Se então, na vida solitária das ermidas que frequentava, a piedade com os homens pareceu contrair-se e decair, não seria porque realmente assim sucedia; seria apenas porque na criação divina e no zénite da humildade do Santo, o homem seria um mínimo, um infinitamente pequeno. Se a religião pelo seu fervor consegue compreender toda a criação divina, eis que o homem, sem nada perder do seu valor de consciência sobrenatural, terá de ser uma sombra quase imperceptível na imensidade do amor; e, então, tentar por nosso deliberado esforço e pela disciplina intencional do nosso entendimento sobrepor o homem a essa imensidade será, pelo menos, acto de egoísmo e apartamento, um começo de descrença e negação da assistência divina em toda a criação; será uma partilha desigual e avara feita pelo homem em seu interesse, onde aliás Deus não distinguiu nem partilhou para derramar o seu amor e a sua graça e o seu poder.

Daqui, desta fecunda humildade viria que o Santo se enriqueceu e nos ensinou a enriquecer-nos naquela religião que a um tempo era acto de abdicação plena e acto de posse magnífica, tanto tributando como colhendo, sempre e humilíssimamente movida só por amor, quer desse quer absorvesse, em qualquer dessas inclinações, que se conjugavam e alternavam, sentindo que a vida é um perene comércio de amor, um impulso de simpatia e de reciprocidade afectiva, uma febre incessante de aniquilação do nosso ser pela atracção do que é maior do que nós e nos confunde na sua sublimidade e beleza.

Desde então, não se distinguiu mais a doçura da pomba da mansidão do homem, como não mais distinguiu a piedade que nos afasta os passos para não calcar o verme, da piedade que nos aproxima das chagas do enfermo para as lavar; e mais não se distinguiu em tácitas, vagas, mas fervorosas orações, a pureza da água e a pureza da alma. Realmente, na realidade das coisas, tal qual na realidade da nossa consciência, não há

subtilezas raciocinadas que possam legitimamente apartar a doçura da pomba e a mansidão dos homens, e a piedade do verme e a piedade do enfermo, e a pureza da água e a pureza da alma; há apenas disseminadas na terra e em o nosso espírito e envolvendo-os, piedade e pureza e todos os mais atributos de Deus, que em suas criações andam encarnados, em todas e por igual divinos e dignos de ser amados e obedecidos, onde quer que desçam e se mostrem, em o nosso corpo e em o nosso ânimo, como no corpo e no alento da árvore, e no rochedo e no mar e nos astros, e no pecador e no santo, e na própria fera e na sua cândida fereza.

«Considerando também a origem primordial de todas as criaturas, possuía-se (S. Francisco) da maior piedade e dava a todas, por mais vis que fossem, os nomes de irmão ou irmã, porque sabia que todas tinham a mesma origem que ele, e abraçava com mais entranhado amor e doçura as que naturalmente imitam e representam na significação da Escritura a piedosa mansidão de Cristo». «Exultava em todas as obras das mãos do Senhor; e por estas, como espelhos que o deleitavam, elevava-se até a razão e causa da vida. Era nas coisas belas que ele via a mais bela de todas, e pelos vestígios impressos nas coisas seguia em toda a parte o Dilecto, fazendo de tudo escada para alcançar aquele que é todo desejável». (S. Boaventura, §§ 109 e 123).

Com as aves, que na poesia do Santo também seriam jograis do Senhor, sentiu-se em falta. Quando em Bevagra, acabando de pregar às aves, voltou para ao pé dos companheiros «entrou de se acusar a si mesmo de negligência por não ter até então pregado às avezinhas». (S. Boaventura, § 174).

Com o seu corpo, tão rudemente maltratado nos ímpetos de consagração a Deus, que inspiraram ao Santo duas flagelações e privações, é de crer que houvesse acontecido o que lhe aconteceu com as aves; reconheceu tarde a negligência e a falta; tarde a lógica do amor o teria avisado mas afinal o avisou, pois Celano (II, § 129) conta que S. Francisco, mais que uma vez, disse: «O irmão corpo deve ser tratado com discrição, para que nele se não erga a tempestade da incúria; e para que não se

canse de velar e persistir reverentemente na oração, não lhe deis ocasião de murmurar. Porque pode dizer: — «Estou a cair de fome; não posso com a carga que me pões. O castigo só se justificaria depois de ministrado o conforto. «Se depois de ter recebido (o corpo) alimento bastante, resmungar coisas semelhantes, fazei-lhe saber que a besta madraça precisa de espora e o burro preguiçoso há-de contar com o agulhão.»

Porventura ao Cântico das Criaturas, que na vida do Santo marcou um remate, não foi uma iniciação, teria faltado uma estrofe que a precipitação de uma morte antecipada não lhe deu tempo a cantar e nos legar — aquela estrofe que havia de louvar o Senhor pela criação do homem, na qual à beleza das demais formas da criação cósmica se juntou a luz mais brilhante da consciência da filiação divina e da obediência que ela impõe. Um impulso de humildade teria proibido subtilmente ao Santo que cantasse essa criatura singular, na qual mais estreitamente se realiza a união da terra com Deus e a expressão da face e da vontade divina, mas no fundo da sua alma subsistiriam repassando a vida esse respeito e essa contemplação, pois, se temia calcar um pedaço de papel escrito porque ali estavam gravadas as letras em que se escreve o nome do Senhor, implicitamente e por maioria de razão o afligiria ofender ou deixar de louvar quem, para honrar a Deus, e orando, tinha traçado aquelas palavras. Seria como se temesse ferir a carne a que o Senhor descera, para a habitar e nela viver e se mostrar, e preterir por indiferença e cegueira a adoração que lhe devia e no íntimo nem um só instante deixava de lhe tributar.

A criação não poderia fragmentar-se em nosso conhecimento e amor, porque era de Deus e Deus era indivisível, e indivisível a amplitude das vidas que ele concebia e gerava, e indivisível a ordem e a harmonia em que as animava e movia, ordem e harmonia insondáveis à nossa penetração radical e à análise sistemática, e apenas pressentidas, irrefragáveis e isentas de erro, pela nossa intuição do poder imenso e eterno que é a sua causa e regra.

E mais ainda; daqui nos vinha um sentimento de humildade impreterível; daqui nos vinha a humildade do menor.

Perante a imensidade da presença divina e seus feitos constantes o homem tornava-se, pelo vigor da consciência que lhe mostrava a própria pequenez, o mais pequenino dos seres, e como tal o mais rigorosamente sujeito e o mais severamente acusado de faltas. Ao princípio de identidade de origem, claramente percebido, corresponderia um princípio de obediência universal, tanto entre os homens como entre os homens e os animais, bravios ou amansados que estes fossem, e entre os homens e todas as forças cósmicas, em onda ou astros ou pedra que elas se agitassem.

A filosofia do Santo remataria na beatitude. O segredo da paz, que ele pedia a Deus para os irmãos e para o mundo, estaria apenas nesta deslocação do centro de gravidade da nossa vida, que só nos mortifica se por ignorância da filiação divina e por orgulho nosso concomitante nos constituirmos em o centro de atracção do movimento cósmico, mas que se alegra e exalta em felicidade quando inteligentemente e por amor entramos a reconhecer-nos mínimos no tumulto misterioso das energias cósmicas ordenadas por Deus. A bem-aventurança crescerá ou minguará na proporção em que dentro da nossa alma cresce ou mingua o sentimento da menoridade; o caminho da dignidade e da salvação será uma redução progressiva da aspiração de superioridade, abdicando hoje na vontade de um homem, amanhã servindo a ave, depois servindo a rosa, e por fim servindo o insecto, e a luz, e a água, e o vento.

*

*

*

Formaram-se por experiências desta natureza, e pelos seus modos e reflexões, as convicções filosóficas do Santo e dos seus discípulos. No fervor das emoções, e particularmente na fascinação da beleza, é que encontraram o segredo da ordem inalterável das coisas e de todas as energias que a produzem e ininterrompidamente lhe mantêm a harmonia.

Tinha, porém, seus mensageiros mais activos e eloquentes essa revelação, e o primeiro que dominou S. Francisco, e ensinou à civilização assisiense os primórdios da sua filosofia e lhe

abriu e fundou os alicerces dos seus monumentos, teria sido o clamor universal do sofrimento. Esse haveria iniciado o mestre e toda a sua obra espiritual na concepção do Infinito, enquanto o prostrava na obediência ao seu mistério e lhe erguia a alma à consubstanciação na divindade.

Há em toda a natureza uma angústia que, quer se sonhe na voz do vento e no rumor da floresta e no bramido do mar, quer chore nos gemidos dos nossos lábios e nas lágrimas dos nossos olhos e nas contracções da nossa face, é sempre a agonia de uma contradição pungente entre o nosso ser e o ser cósmico; é sempre o sinal de uma negação dolorosa universal e de seus conflitos insolúveis e eternos que nos oprimem, assim como por infinitos modos oprimem toda a criação. E onde essa angústia sentimos, eis que nos achamos cativos da humildade, abdicando da nossa vontade para a incorporar na comunhão divina, e na sua vontade confundindo a nossa aspiração, e ao mesmo tempo e por igual entramos no conhecimento de um princípio de identidade da vida em todas as suas formas, que reduz o universo e as suas criações a uma só substância e uma só lei.

Por amor dessa identidade, que sempre tinha presente e o libertava das penas de toda a ambição singular negando-lhe a legitimidade, para mais íntima e firmemente sentir e guardar a felicidade dessa identidade, é que S. Francisco tão assiduamente teria fugido dos companheiros do mundo e do tumulto dos homens, para mais de perto ouvir, e admirar, e louvar, e imitar os companheiros da solidão, superiormente inteligentes e justos. Na sua familiaridade lhes iria pedir e prestar aquela cortesia que tanto recomendava e usava e era timbre da sua gentileza, repassando de religião a graça mundana — a cortesia que no espírito do Santo, se bem o consideramos, ser'a liturgia sacra comum à nossa dupla natureza terrena e religiosa, e a ambas em um só movimento simbolizando. Porque a cortesia é o cumprimento, da nossa parte, de uma obrigação que os outros nos exigem e de direito lhes é devida, por serem como nós filhos de Deus, e é também a satisfação da nossa simpatia e affecto, importando esta dualidade de impulsos e conjugando o nosso sentimento da sensibilidade do próximo e o respeito e zelo nosso,

que acautelam de a ferir, seja qual for esse próximo, corpo ou alma, homem, fera, rosa ou diamante, água ou fogo, luz ou treva, silêncio ou clamor, morte ou vida. Toda a grosseria se torna em blasfêmia, por ofender a ordem divina; mas também, e não menos, toda a grosseria será um erro da inteligência, por ignorar o sistema da relatividade e ligação das formas e da vida e a esse sistema alterar praticamente, em nossos actos e gestos, a sua conexão.

Entretanto, a oração repetiria ao Santo a afirmação daquela identidade de toda a palpitação da vida que o sofrimento e a compaixão lhe haviam ensinado, na qual identidade a ingenuidade do filósofo uniria a criação. O Santo rogava a Deus Todo-Poderoso que por misericórdia limpasse de pecado o mundo, e curasse os enfermos, e socorresse a fome, e livrasse os prisioneiros, e acompanhasse e protegesse os peregrinos, e levasse os navegantes a porto de salvamento, e nesse anseio, pelo qual imploramos a graça de uma intervenção supra-terrestre, para nos dar a posse dos bens espirituais e dos bens tangíveis que a fraqueza humana apetece, aí é que o crente começará a conceber a acção constante de um misterioso poder único dando à vida a unidade e a harmonia final, que é a sua lei.

Acto religioso porque reconhece a omnipresença da divindade e nos consubstancia com o seu espírito; acto religioso porque implica a confissão expressa da nossa comunhão na ansiedade e na fortuna e nas alegrias e nas dores de toda a criação, e particularmente de toda a humanidade, todas as coisas e todas as almas confundindo e igualando na dependência do Senhor que as forma; acto religioso, pela submissão, humildade e louvor que imediatamente nos vem da incorporação do nosso ser em um ser supremo que rege a universalidade cósmica e lhe determina uma harmonia incorruptível: a oração do crente — que S. Francisco fervorosa e sublimadamente praticou, traduzindo o mundo das realidades em um mundo de visões e nas visões e nas realidades contemplando uma essência única — essa oração do crente será, além de prostração religiosa, a condição mental de clarividência pela qual discernimos e se nos manifestam em seus elementos e energias últimas a

arquitectura e a mecânica e a correlação das coisas cognoscíveis e da sua ordem e sistema que em nossa linguagem tem o nome de filosofia.

Assim será que na compleição assisiense e na civilização que ela cogitou e amou, a filosofia tornou-se apenas um acidente obrigado da fé, como o sedimento, aliás de muito escasso volume, de ideias coadas pela imensidade de uma atmosfera de luz e calor infinitos; e então a filosofia, precipitada assim nesta inferioridade, será robusta, vivificante e clara e lógica, uma verdade ou uma série de verdades fecundas, enquanto à fé obedecer e dos seus filtros se alimentar, e será inane e vã, e obscura e perigosa, decaindo em uma urdidura de palavras ociosas que facilmente nos cega e atraiçoa, se essa filosofia, exaltada pelo orgulho da razão em que se apoia, se desprende ou quis desprender da intuição e do mistério da fé.

bibRIA

A ARTE DE S. FRANCISCO

VI

«Nas coisas belas reconhecia Aquele que é supremamente belo, todas as coisas boas lhe clamavam: — «Quem nos faz é o melhor». Abraçava todas as coisas com um arrebatamento de devoção inaudito, falando-lhes do Senhor e exortando-as a que o louvassem. Não queria apagar lanternas, lâmpadas nem candeias, não tolerando que a sua mão escurecesse o brilho que ele considerava como sinal da luz eterna... Sobre as pedras andava reverentemente pelo respeito àquele que é chamado a Pedra... Quando os irmãos iam cortar lenha, proibía-lhes que deitassem abaixo a árvore, de forma que não lhe ficasse modo de rebentar novamente. Não cavasse o jardineiro as bordas do jardim, para que na estação própria a verdura da relva e a beleza das flores pudessem anunciar a beleza do Pai de todas as coisas. Guardassem no jardim um canteiro para as plantas aromáticas e de flor, para que fossem causa de que quem as visse se lembrasse da Doçura Eterna. Afastava do caminho os vermes para não serem calcados, e mandava dar mel e o melhor vinho às abelhas, para que elas não morressem de fome no frio do Inverno. A todos os animais chamava irmãos, e os mais mansos eram os seus favoritos». (Celano, II, § 165).

«Quando lavava as mãos, escolhia para isso lugar onde a água que caísse não fosse calcada aos pés». (*Speculum*, § 118).

Tau — «venerava o santo homem este sinal com grande affecto, recomendava-o frequentemente na sua conversação, e

subscrevia-o de seu próprio punho nas cartas que mandava» (S. Boaventura, § 51).



Em S. Francisco há visões, não há razões; o cálculo é preterido pela revelação; não aconselha, mostra; ensina por parábolas, não convence por argumentos; cria vida, não distila dogmas e sentenças.

Deste modo do seu ser e do seu apostolado resulta que a fé e o preceito religioso constantemente nos assistem e acompanham como criações terrenas tangivelmente presentes; nessa qualidade nos comovem e cativam e dominam. De facto, para o Santo, não há distâncias entre os céus e a terra; céus e terra são atmosferas identificadas em Deus, que se equivalem em seu poder recíproco de compreensão e representação; a terra é apenas a transposição da essência etérea dos céus na tangibilidade das realidades concretas, e, paralelamente e por derivação do mesmo princípio, a este aspecto da vida segue-se uma moral, na qual as relações cristãs entre os homens não são mitologias angélicas, feitas somente para adoração e êxtase, simples visões imponderáveis e simples possibilidades abstractas; as relações cristãs entre os homens subsistem em forma de factos palpáveis de todos os dias, em todo o movimento desses mesmos factos activas e manifestas por diversos modos, infinitos, em toda a circunstância presentes aos sentidos do nosso corpo e por ele percebidos e apreciados e amados na plena latitude do seu poder de atracção e mandado.

Para S. Francisco, como para H. Wildon Carr e no conceito deste último, «a arte é a forma mais imediata do conhecimento». Para se dedicar à Igreja, foi necessário que o crucifixo moldado por mãos mortais movesse os lábios tintos de sangue, e chamando por seu nome o filho da nossa carne lhe dissesse: — «Francisco, vai e repara a minha casa, que, como vês, está de todo a cair em ruína». A carne não é para se mortificar e aniquilar, porque na carne é que o espírito divino há-de habitar e mostrar-se. «O que ao fim de tudo entendeu, porque o Senhor

lho revelou, foi que uma tal visão (a do Serafim de Monte-Alverno) tinha sido oferecida aos seus olhos pela divina Providência, para que o amigo de Cristo ficasse prevenido de que não era pelo martírio da carne, mas sim pelo abrasamento do espírito, que ele havia de se transformar todo na imagem de Cristo crucificado» (S. Boaventura, § 192).

«Com razão se tem observado», escreveu H. Felder ⁽¹⁾, «que S. Francisco em todos os tempos sentiu uma tendência irresistível para a expressão do espírito nas formas». E, citando Böhmer e usando as próprias palavras desse erudito, acrescenta: — «Uma tendência infantil para representar — não sei de termo melhor que este termo profano — se lhe aferrou até à sua morte. Representa de mendigo, representa de peregrino, representa o Natal, representa a Ceia do Senhor. De facto, afeiçoa toda a sua vida a uma «representação», no sentido mais alto da palavra. Porque com S. Francisco seguir a Cristo tornou-se uma imitação literal de Cristo, viver com o Redentor e conforme a vida do Redentor, mesmo até à agonia do Gólgota».

Aquilo que, segundo S. Boaventura, induziu S. Francisco a «erigir três igrejas materiais antes de estabelecer a sua ordem e de pregar o Evangelho, para que não só subisse gradualmente das coisas sensíveis para as espirituais, das menores para as maiores, mas também marcasse misteriosamente com uma obra sensível e externa o que havia de fazer para o futuro» — este anseio de incorporação da nossa alma nas coisas sensíveis e de demonstração palpável da alma em todas as suas palpações e aspirações, acompanha S. Francisco em todos os passos da sua vida. *Ouve* o crucifixo de S. Damião, *vê* o nascimento de Cristo no presépio de Greccio, *contempla* a Deus em Cristo, e nas suas chagas e na sua túnica ensanguentada, e na sua coroa de espinhos, como a Cristo *ergue os olhos*, quando ele se encerra e nos toca os sentidos na alvura da hóstia eucarística. Em quanto o nosso corpo encontra e lhe acorda a sensibilidade sentirá o respirar divino, na açucena como no beijo do leproso.

(1) *The Ideals of St. Francis of Assisi*, versão inglesa, (Burns, Oates & Washbourne; Londres, 1925). Pag. 345.

A confissão e a indulgência e a remissão dos pecados tinham seu lugar na terra, no chão que calcamos com os nossos pés; tinham a sua cabana, e a sua ermida, e a sua floresta, e o seu prado, e os seus montes, e as suas águas. Moravam na Porciúncula, no mundo das formas e com sua forma eleita; não eram um sopro impalpável e aéreo que sem habitáculo terreno, em toda a condição do corpo, unisse o homem a Deus e de Deus lhe trouxesse resposta às orações que o interrogavam e imploravam. A santidade seria um rosário interminável de imagens tangíveis, e por essas imagens se nos comunica, enquanto por elas a vivíamos e significávamos.

«Posto que o bem-aventurado Francisco soubesse que em todo o lugar da terra estava o reino dos céus e cresse que em todo o lugar Deus podia conceder a divina graça ao ser eleito, todavia achava que o lugar da bem-aventurada Santa Maria da Porciúncula era mais largamente abundado de graça e mais frequentado pela visita dos espíritos celestes. Razão pela qual muitas vezes dizia aos irmãos: — Cuidai, meus filhos, que nunca deixeis este lugar. Se nos mandarem embora por um lado, entrai por outro, porque este lugar é santo, e habitação de Cristo e da Virgem, sua mãe. Aqui, quando éramos poucos, o Altíssimo nos acrescentou; aqui, pela luz da sua sapiência, iluminou a alma dos seus pobres; aqui, pelo fogo do seu amor, nos inflamou a vontade. Aqui alcançará aquilo que pedir aquele que orar com o coração devoto, e aqui será mais pesadamente punido quem ofender» (*Speculum*, cap. 83).

Particularmente, o Santo aborrecia o dinheiro, matéria infecta, esterco das cobiças, insistentemente comparado ao esterco das bestas. Porque ali, naquele símbolo da sordidez, morava e respirava Satanás; o dinheiro era a sua própria face, e na sua encarnação, que não em passageiras palavras vagas, é que havíamos de o amaldiçoar e combater. Não se combatia por Deus em abstrações; combatia-se corpo a corpo, eram os olhos e as mãos que combatiam contra o metal. Corpo a corpo amariamos a Deus, e corpo a corpo o livraríamos e nos livraríamos dos seus inimigos.

Se o demónio tenta o Santo a escolher esposa no mundo,

não se dilata em exame mental que exorcize a sedução maligna; apanha do chão a neve, rola-a em sete figuras, chama o corpo hesitante e fraco, e para o convencer da imprudência nefasta em que ia a precipitar-se, impõe-lhe o contacto das realidades, e diz-lhe então: — «Aqui tens! Vê. Este pedaço maior é a tua mulher; aqueles quatro são os teus dois filhos e as tuas duas filhas; os outros dois são o criado e a criada para te servir. Apressa-te a vesti-los, que eles morrem de frio. Mas, se te inquietam os muitos cuidados que eles te dão, trata com zelo de servir sòmente a Deus».

A regra da vida não a colheu S. Francisco em meras cogitações etéreas; procurou-a e achou-a, visível, nas letras do missal. É uma imposição gravada.

«Estando um dia a ouvir com devoção uma missa dos Apóstolos, e lendo-se aquele Evangelho em que Cristo, quando tratava de mandar os seus discípulos a pregar, lhes deu a norma de viverem evangêlicamente, ensinando-lhes que não possuíssem ouro nem prata, que não trouxessem dinheiro nas cintas nem alforge para o caminho, nem tivessem duas túnicas e que andassem descalços e sem bordão, aquele amigo da pobreza apostólica ouviu, entendeu, e pôs isto na memória, e cheio de indizível alegria exclamou: «É isto, é isto o que eu quero, o que de todo o coração desejo». E em seguida descalça os pés, larga o bordão, deita fora o alforge e amaldiçoa o dinheiro, e, contente com uma túnica, tira a correia e põe uma corda» (S. Boaventura, §§ 26 e 27).

Vem Bernardo de Quintavale, o primeiro companheiro do Santo, a pedir-lhe que o aconselhasse sobre o modo de se desprender do mundo, e o Santo não lhe murmura conselhos aos ouvidos, *representa-lhe* os passos do desprendimento. «O fâmulos de Deus, ouvindo-o, encheu-se da consolação do Espírito Santo, pela concepção deste primeiro filho, e disse-lhe:—«É a Deus que se deve pedir esse conselho». E entraram na igreja de S. Nicolau. Era já manhã. Feita a primeira oração, o devoto da Trindade, Francisco, abriu três vezes o livro dos Evangelhos, pedindo a Deus que confirmasse com testemunhos o santo propósito de Bernardo. Da primeira vez que se abriu o livro, deu com estas

palavras: — «Se queres ser perfeito, vai, e vende tudo o que possuis e distribui-o pelos pobres». Na segunda, estas: — «Não tragas nada no caminho». E na terceira, estas: — «O que quer vir comigo, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me». «Aqui está, disse o Santo, a nossa vida e a nossa regra e a de todos os que quiserem juntar-se-nos. Vai, pois, se queres ser perfeito, e põe em obra o que ouviste». (S. Boaventura, § 28).

Onde a humildade se apossou do coração do Santo, não lhe bastará confessá-la nos seus lábios; põe os joelhos em terra. Onde invocou Cristo, traçou ou construiu uma cruz. Para S. Francisco, não haverá conceito nem afecto que possa prescindir de gesto ou forma que o torne visível aos olhos do corpo, que, por assim dizer, possa subsistir sem nos deleitar ou mortificar a carne. Verdadeiramente, neste comércio contínuo dos céus e da terra, os céus e a terra são indivisíveis; os céus edificam-se na terra e participam indissolúvelmente da sua vida, assim como a terra é dos céus que recebe alento e forma.

Um dos mais assombrosos milagres de S. Francisco, — e a sua vida é um rosário de prodígios, será que foi ele que, talvez como nenhum outro de quantos homens bons calcaram a terra e a santificaram, foi ele que mais perfeitamente teve o poder de purificar pelos seu ardor e insinuação a sensação e o pó e a cinza que o acaso agrega e move no labor das criações. A toda a criação, à mais sublimada como à mais rasteira, conferiu ofício divino e a converteu em medianeiro sagrado entre a terra e os céus, entre Deus e os homens. Pelos bálsamos e unção da sua voz e pela irradiação da sua inspiração, como recriou e revestiu do manto imaculado dos apóstolos e das vestes hieráticas dos sacerdotes os filhos mortais da miséria efémera e compatível, esta passagem das cegas contingências cósmicas a que chamamos matéria.

Há em S. Francisco como uma super-sensualidade, uma estranha delicadeza de complexidade dos sentidos que sempre traz ligado o céu e a terra, e no contacto das energias e da be-

leza da terra, no sol, na água e no vento, e na vida e na morte se exalta e vai subindo, não de contemplação em contemplação ou de apreensão em apreensão, o que admitiria a persistência de uma dualidade e seus apartamentos e conflitos, mas de consubstanciação em consubstanciação, o que rematará em uma absoluta identidade do ser divino e do ser terreno.

No ascetismo de S. Francisco e nas mortificações da carne que fervorosamente buscou e o obrigaram por fim a confessar «quando se aproximou a hora da morte, que muito tinha pecado contra o Irmão Corpo» (*Legenda dos Três Companheiros*, § 14), nesse incêndio de amor divino carecemos de distinguir, para bem o compreender, entre uma vida da carne que é legítima, obra de Deus e palpação rítmica da sua harmonia, e uma outra vida da carne que é traição da vontade divina, que é a inflamação e a corrupção e a dissipação da carne entregue a impulsos demoníacos de dissolução. E tanto a primeira é salutar e é santa como a segunda é viático de agonia e treva e pecado, entretanto convindo, pelo próprio amor de Deus, que no receio da calamidade que nos virá do desprendimento da carne desligada do espírito não seja o nosso corpo macerado pelas crueldades do despotismo da alma sobre a sua palpação. Porque não raro, como aconteceu ao Santo e ele lamentou, esta febre de disciplina do corpo decai em tirania e onde tínhamos somente a reger e guiar por mandado e conselho da razão obediente a Deus e esclarecida pela experiência, eis que entramos a absorver, e oprimir e aniquilar por império de certa demência ímpia que desconhece e põe em conflito os atributos e modos da acção divina criadora. Frei Gil, o companheiro do Santo, adverte que o corpo carece de castigo para não se afastar do caminho, mas o castigo não importa destruição ou mutilação da beleza que Deus criou, onde quer que a haja criado, e a esta ponderação é que nos levará o *Cântico das Criaturas* e o exemplo do peito singular donde esse cântico se ergueu.

Então, o ascetismo de S. Francisco será afinal e somente a negação dos bens mínimos pela aspiração e conquista de bens máximos. Deixará as pequenas sensualidades da existência, a cama flácida e os manjares saborosos, para entrar em intimi-

dade mais perfeita com a rudeza potente e a ingenuidade virgem da natureza; e aí sentirá a água clara mais sublimadamente capitosa que o melhor vinho, e a contemplação dos astros mais o deliciará que a protecção dos tectos dourados dos palácios, e a rosa multiplicará afagos de que a seda é estéril.

No fundo, uma sensibilidade descomunal, a par dos prodígios de espírito que ela determinava, dilatava a S. Francisco infinitamente os bens da vida e do mundo, e para os possuir é que sistemáticamente se despia do minguado resíduo de comodidades, cobiças e comodidades a que usamos chamar riquezas, nada mais vendo todavia no sentir do Santo que impedimentos penosos quando cuidamos de alcançar os bens copiosos que a natureza gratuitamente nos oferece, sem limite, em seu trasbordar de beleza sem termo nem interrupção. Imaginamos uma imposição intencional e premeditada de privações onde apenas há uma avidez sagrada de possuir a terra, muito mais inteligente e eficaz e acessível se unicamente na sua espontaneidade e generosa gratuitidade confiamos e nos abtemos de a procurar na sujeição à escravidão mesquinha de reduzidos bens económicos por cuja conquista suamos sangue. Era assim que o Santo procurava dar asas ao espírito, libertando-o de dependências terrenas aviltantes, não para precipitar e aniquilar a vida na inanidade ímpia de um não-ser, mas antes para a engrandecer e abundar e glorificar nas alegrias do ser, no que o ser tem de eternamente belo e redentor.

Este ascetismo do Santo, tal qual ele o concebeu e praticou, será praticamente uma série progressiva de eliminações fecundas, uma remoção sistemática dos estorvos que se interpõem entre o nosso corpo e a vida cósmica, obstando à expansão daquela super-sensualidade pela qual o espírito atinge a visão e a adoração da identidade de toda a vida cósmica com a essência divina. Porque todo o movimento e estado de alma há-de, em seu labor e revelação, traduzir-se em feição dos corpos; o próprio amor de Cristo não prescindiu da estigmatização e foi por ela que se consumou no Santo.

O espírito grava-se na carne, e muda-a e purifica-a; na realidade, não a suprime, nem quer suprimi-la, porque carece

de carne para seu intérprete, e é na carne que humanamente há-de manifestar-se. A santidade da alma demandará não só o respeito, mas também a cultura de toda a natureza tangível, da qual cultura o ascetismo, enquanto privação e renúncia, será instrumento e uma forma, dentro e fora de nós, em todo o âmbito que os sentidos e a consciência alcançam, arrancando ervas ruins, parasitárias, que devoravam a vitalidade do chão, e imediatamente abrindo lugar para a propagação e glória de vegetações sãs que revistam da graça divina esse mesmo chão. Assim este ascetismo não seria nem poderia ser ruína, destruição total ou esterilização absoluta das energias terrenas e suas criações; não será retraimento e negação, será uma afirmação palpável, uma jornada da sensibilidade ínfima à sensibilidade sublimada, da orgia dos elementos à oração e unidade de todas as actividades terrenas convergindo na contemplação e tradução da vontade divina — entretanto em cada degrau da ascensão exigindo de nós certa condição dos nossos sentidos, certa adaptação, que erradamente se tomou por aversão do espírito à vida terrena e mortal e nessa qualidade operou as suas destruições.

Até à sua hora derradeira, S. Francisco sentirá esta intimidade indissolúvel do comércio sagrado entre o corpo e o espírito, entre a nossa alma e o que ela sonha, e os nossos olhos e o que eles avistam. Em vésperas de morrer não dispensa essa *representação* a que a sua arte o obriga, e manda pedir a Jaquelina de Settesoli que lhe traga a mortalha, e os tocheiros para alumiar o esquife, e também para derradeira comunhão das doçuras do corpo, aquele bolo seu predilecto que ela costumava fabricar-lhe. Porque não era bem que «achando-se a alma tão contente, o corpo não participasse da sua alegria.»

Para o Santo, a vida, toda a vida, íntima e externa, sempre se irmanava e confundia em um só banquete divino. Assim como S. Francisco é uma aparição milagrosa da transposição da carne em espírito, a sua religião, formada à imagem da sua alma, como é lógico e não pode deixar de ser, é uma palpitação da sua substância real, e em todo o pó que as nossas mãos palpem como em toda a luz que os nossos olhos distingam, encontra Deus vivo e o calor do seu hálito. Porque sendo Deus infinito e eterno,

infinita e eterna é a sua representação nas criações tangíveis do seu espírito.

Praticamente, a amplitude e a intensidade religiosa do arrebatamento assisiense deu-lhe o carácter de fenómeno cósmico, sem cessar englobando no seu movimento os astros e os sonhos, o espírito e a carne, toda a carne e de todas as criações. Deus não se ouvia nem nos mandava e ostentava a sua bondade e a sua majestade e harmonia somente em a nossa consciência, cega e muda relativamente à capacidade sensual corpórea; Deus escutava-se e surgia na consciência espiritual, e, conjuntamente e indissolúvelmente, existia activo e em forma materialmente apreciável em tudo quanto os sentidos tocam e apreendem.

Assim, a religião, que fora exclusivamente dos homens para Deus, entrou a ser uma voz e um êxtase comum a toda a amplitude do universo, aos homens e às aves, ao pensamento e às águas e aos rochedos e ao fogo e ao vento e a todo o impulso e energia que nos envolva e se nos depare, comum à vida e à própria morte, ambas por igual obra de Deus.

Daí, desta atitude religiosa da existência humana perante toda a agitação e cristalização da matéria cósmica, viria por sugestão e império de uma lógica subconsciente a sua expressão e simbolismo coerente, uma arte correlativa e conforme, um modo de significar na disposição das coisas sujeitas à nossa eleição e querer e transformação, as nossas concepções da vida e as nossas emoções, o nosso entendimento do mundo e o nosso louvor e admiração da criação e do criador.

*

*

*

O simbolismo da alma franciscana que transfundiu na terra a essência divina, seria como recíproco; Deus vivia na forma, mas também não haveria forma da qual Deus estivesse ausente. Todo o espírito teria a sua forma, o seu sinal tangível, de sua escolha e criação; mas também toda a forma trazia cativo um espírito que a religião nos obrigava a ver, e considerar e amar.

Espírito e forma mutuamente se possuíam, inseparáveis. Inanidade religiosa de qualquer arte, mudez religiosa de qualquer expressão concreta da vontade humana, seriam neste sistema um absurdo.

O simples traço gravado num retalho de pergaminho teria o poder de levantar um templo magnífico e entoar salmos sublimados.

«Onde quer que (o Santo) encontrasse algum escrito, divino ou humano — diz Celano — no caminho, em casa ou no chão, apanhava-o com a maior reverência e punha-o em lugar sagrado ou decente, para o caso de se encontrar ali escrito o nome do Senhor ou qualquer coisa que lhe tocasse. E um dia, como um irmão lhe perguntasse porque era que ele com tanta diligência apanhava os escritos, mesmo de pagãos, e escritos onde não estava gravado o nome do Senhor, respondeu: — É porque estão aqui as letras de que se compõe o nome glorioso do Senhor. A bondade, portanto, que está no escrito, não pertence nem aos pagãos nem a quaisquer outros homens, mas somente a Deus, de quem vem todo o bem.

«E, o que é mais de admirar, se mandava escrever quaisquer cartas, de saudação ou admoestação, não consentia que se riscasse uma só letra ou uma sílaba, mesmo quando (como muitas vezes acontecia) fosse supérflua ou deslocada».

Na civilização assisiense, a arte é a tradução tangível da natureza espiritual das coisas, tornada manifesta aos sentidos para nossa edificação e alegria; é Deus patente no universo visível, em todo o estado e vicissitude da forma, sua criação; é a revelação de Deus em toda a forma que as nossas faculdades corporais sejam capazes de perceber, no fulgir dos sóis como no mover do átomo, no brotar da fonte e no cristal das rochas como na rosa e no roble e na palavra humana.

Para S. Francisco, Deus não tem plural.

No beijo do leproso e no Cântico das Criaturas, e na piedade, e no louvor e no êxtase, na contemplação da beleza como no compungimento caridoso, na simpatia dorida como na insinuação vivificante, Deus é um só e único ser de amor e ciência infinita e infinita bondade, onnipresente, determinando e

regrando a ordem cósmica, e na sua divina vontade e obediência nos incorporando, e na sua substância nos exaltando. Para S. Francisco, não há divindades com suas energias privativas, cada qual fabricando o vaso do seu sonho e o corpo da sua aspiração, conforme seu querer e anseio singular. Para S. Francisco, há um só poder e uma só vontade e uma infinita generosidade e harmonia, manifestando-se única e a mesma em quanto os nossos olhos possam penetrar, e em quanto o nosso espírito possa conceber. Sentir esse poder é um arrebatamento de amor e a essência da arte. Se Bacon pensou que a arte é a nossa alma adicionando-se à natureza, a civilização assisiense poderá responder-lhe que a arte é a alma da natureza absorvendo a nossa alma e exaltando-a.

Agora, não são os homens que fazem a arte; a arte, que é de Deus, é que prende os homens e os arrebatava na sua formosura. Se arte humana pode conceber-se e subsistir, será aquela que consiste em desligar de todo o capricho da intervenção dos homens a natureza. A maior arte será aquela que mais imediatamente nos coloca em contacto directo com a natureza. Um véu que nos amorteece a luz do sol, não é arte; é a negação da arte. A maior arte humana, se não a única arte humana digna desse nome, será a que mais claramente descobrir e nos manifestar a arte divina das coisas na sua virgindade da acção dos homens.

Nesta arte, quanto menos afluir do que é nosso, mais participaremos do que é *eterno*. O tapete de Smirna é rebotalho desbotado, em face do prado verde que reveste o vale ou dos musgos doirados que recamam a sombra da floresta; a xícara da Índia, esmaltada a primor que ela seja, é mesquinha se a urze agreste a defronta, aljofrada de seus cálices rosados, onde poisou e brilha a frescura da aurora e a sua luz; e a agulha de Cleópatra é uma pedra mutilada, e desfigurada e profanada, se ao seu lado se ergueu o fuste do cedro coroado de suas comas profundas.

Agora se inverte a escala dos valores da beleza e do seu poder sobre o nosso ânimo; a mais sóbria e singela, a que menos sofreu pressão do nosso invento e fantasia, será a mais subida e comovente. A que mais abunda na tradução de conceitos nossos

e em trabalho das nossas mãos, essa será a derradeira na escala, como lembrança e sinal de nossa pequenez ambiciosa e vaidosa, insensato orgulho perdido e afundado no esplendor do infinito. A arte é tanto mais rica e bela quanto menos a estreiteza da ordem humana alterou a largueza incomensurável da ordem da criação divina, e a perturbou e afrontou, para acudir aos nossos desejos mortais.

De forma que a arte pobre, a que se limita a usar as riquezas naturais em vez de as transformar, e aquela que, onde a necessidade económica a obrigou a transformá-las, foi parca, estritamente parca no seu labor, essa arte mínima é a mais copiosamente abastada de graças, esplendores e riquezas reais. Maternalmente unida à natureza e nunca esquecendo ou agravando o respeito das suas criações, será esteticamente retribuída pela prodigalidade da contínua e íntima presença da harmonia dessa mesma natureza, que não erra. A dilatação ou o retraimento da arte e a sua felicidade ou o seu infortúnio, e a sua riqueza ou a sua pobreza, são apenas condição de amor ou indiferença. A mais rica não é a que mais *fabrica*, é a que mais *sente* e mais *sabe amar*.

Nos seus trâmites e vias de realização prática, a arte assisiense é um acto incessante de continência dos nossos impulsos para afeiçoar às nossas invenções e cobiças a criação divina — determinada essa continência, não só pelo deslumbramento de suprema harmonia natural das coisas, mas ainda pela consciência de certa e pungente mágoa nossa, onde, por nos apropriar essas criações, afinal verificamos que as arruinamos. Humilhe-se a nossa aspiração perante a aspiração divina consumada, sujeite-se impotente perante a sublimidade da formosura cósmica na sua integridade; e onde a nossa sensibilidade teve a bem-aventurança de a avistar e lhe murmurar a sua piedosa oração, essa formosura nos bastará para salvação e felicidade e gratidão infinita. Nenhuma outra poderá supri-la.

Será aproximadamente o que seis séculos depois de S. Francisco, o génio religioso e estético havia de conceber na hora inspirada em que William Blake escreveu: «A oração é o estudo da arte; o louvor, a prática da arte».

*

*

*

Porventura uma das mais subtis e elucidativas revelações da essência da arte franciscana estará naquele preceito segundo o qual o terceiro se deve abster do uso de roupas tingidas e vestir-se apenas da lã escura do hábito dos menores. Porque nesse preceito se apontou, e se acautelou, e condenou o agravo estético que é mudar a cor das criações naturais, corromper-lhes a pureza e a graça que Deus lhes deu, e simultâneamente, na mesma regra, eis que se nos corrige aquele insensato orgulho que nos induz a sobrepor à lei divina a nossa lei, para tornar as criações diferentes do que Deus as fez, e mais nos alegrarmos na errada emenda operada por nosso engenho, que nos glorificarmos na perfeição divina.

Assim, acontecerá que a arte assisiense é sobretudo, se não exclusivamente, o talento e o gênio de simplificar e de poupar a criação natural, para maior evidência da sua perfeição divina, imanente e congênita.

Os alvoroços da sensualidade estética, ávidos de estranheza, brilho e artifício, viram em Giotto e Sasseta e nas mais individualidades portentosas da sua igualha e da sua fé artística, aliás numerosas, filhos legítimos do Pobrezito de Assis, por ele guiados e mandados. Mas talvez não seja interpretação menos fiel da sua arte e do seu ânimo imaginar que, como arte, a pintura desses colossos seguiu o seu caminho e a sua lógica e a sua ambição própria, forçadas pelo momento técnico do seu tempo; e só no assunto, que não na concepção do seu mister e dos seus instrumentos, essa arte teria sido franciscana. A preocupação da passagem e vida do Profeta tornou-se dominante naquelas épocas, vindo, como vinha, a fundar uma civilização nova; e a pintura registava em belas linhas e magníficas cores esse movimento. Pintava-se aquilo em que mais se pensava; não podia ser de outro modo. Mas, no fundo, essa arte, por demais humana e eivada de apetites naturais, não é franciscana; dizendo ou querendo dizer o pensamento franciscano e a sua crença, fala uma linguagem que não é a que o Santo falou e

professou, e autoriza com a criação liberdades que o Santo positiva e exemplarmente proscreeu.

Nunca serão franciscanas as pinturas resplendentes dos tempos faustosos, como franciscana não é a basílica de Assis, nem as demais da sua orgulhosa estatura, ainda que para celebrar o Santo hajam sido erguidas na mais acrisolada e ingênua devoção. Arte franciscana, se algures onde a possamos ver ou restaurar subsiste, e nos confessa o seu segredo, e nos insinua a sua bênção, é nas grutas dos Carceri, e nas cabanas da Porciúncula, e no hábito e na corda do menor, e no banquete do pão esmolado, servido sobre os rochedos musgosos, ao pé da fonte e ouvindo hinos no rumor das águas.

«Depois de haverem mendigado, reuniram-se (S. Francisco e Masseo) para comer, em um lugar fora da cidade, onde havia uma bela fonte e, ao lado, uma bela pedra larga, sobre a qual cada um dos dois companheiros pôs as esmolas que havia colhido. E, vendo S. Francisco que os pedaços de pão que o irmão Masseo havia trazido eram muito mais belos e maiores que os seus, muito se alegrou e disse: — «O irmão Masseo, não somos dignos de tamanho tesouro». E, havendo repetido por diversas vezes estas palavras, responde Masseo: — «Caríssimo Padre, como pode chamar-se tesouro aquilo em que há tanta pobreza e indigência das coisas que necessitamos? Onde não há toalha, nem faca, nem talher, nem escudela, nem casa, nem mesa, nem criado, nem criada?» Diz então S. Francisco: — «É que eu reputo um grande tesouro aquilo em que nada há preparado pela indústria humana, mas o que está aqui foi preparado pela providência divina, como manifestamente se vê no pão mendigado, na mesa de pedra tão bela e na fonte tão clara; e é por isso que eu quero que roguemos a Deus que nos faça amar de todo o nosso coração o nobre tesouro da santa pobreza, a qual tem por servo o próprio Deus» (*Fioretti*, cap. XIII).

Parecendo, porém, a mais fácil das artes, esta de S. Fran-

cisco, que consiste em nos confiarmos à providência divina, para que ela nos ministre a beleza que a nossa invenção e engenho são incapazes de criar em semelhante perfeição, certo é que as dificuldades da fundação estética da civilização assisiense em tal base são formidáveis pela oposição que essa civilização encontra nas enfermidades psicológicas que são a condição incorrigível dos homens e das sociedades. Hoje, como ontem, essa arte tem diante de si, a combatê-la, as paixões e os desvairamentos, pouco menos de invencíveis, de uma arte de refinada e completa sensualidade, tão àvidamente procurada pelas multidões e querida dos seus apetites, como estupendamente robusta e fecunda na expansão com que edifica as cidades monstruosas do nosso tempo e lhes atea o referver orgíaco dos seus deleites e perversões.

Para avaliarmos as dificuldades, porventura as eternas dificuldades da fundação da civilização estética assisiense no mundo actual, deixemos por um momento os sonhos do Santo e, abrindo um parêntesis na sua contemplação, procuremos em terreno meramente económico um exemplo dos obstáculos que estorvam a simplicidade, onde quer que ela procure vingar, ainda mesmo na mais elementar das formas concretas que lhe são acessíveis.

Por abstruso, que ao primeiro aspecto pareça aproximar da pequenez das coisas familiares da nossa existência as nossas devoções religiosas, que deveriam por sua natureza inclinar-se a desconheçê-las ou a desprezá-las, asceticamente, talvez nos esclareça sobre a sorte da arte assisiense a observação dos penosos esforços, de restauração das indústrias manuais domésticas a que o nosso tempo assiste com muito escassas probabilidades de bom êxito das mais aturadas e inteligentes diligências.

No fundo, esse modesto problema económico e toda a arte assisiense estão dependentes para sua vitória ou desgraça, do triunfo ou da derrota de um mesmo princípio — a simplicidade. Os anseios do Santo para salvar a sua alma e a do próximo das agonias que a presença da fealdade do mundo do seu tempo lhe suscitava, e para reanimar a humildade e a obediência à beleza divina nesse mesmo mundo, que no sentir pouco diferia do mundo actual, serão irmãos gémeos das cogitações e tentativas práti-

cas, pelas quais ainda agora procuramos, crentes e activos, regrar menos feiamente o trabalho humano e imprimir-lhe menos duvidosa formosura, enquanto usamos para acudir às nossas necessidades económicas primordiais em termos de superior dignidade e respeito moral e religioso. Porque hoje como outrora, e aqui na estreiteza do lar como além na vastidão do templo, o que buscamos é livrar a vida em todos os seus modos da queda na perversão da ingenuidade que nos une a Deus e à beleza que é Deus.

A simplicidade que na civilização assisiense é essencial em todo o movimento humano, o contacto directo do nosso ser com as realidades que constituem a vida, terrenas ou celestes que essas realidades sejam, a aceitação e glorificação dessas realidades, em globo, na sua virgindade cuidadosamente zelada, ao abrigo de todas as nossas invenções e deformações, essa simplicidade será sempre uma bênção divina salutar e redentora onde quer que ela habite e se aplique e nos comova; será sempre acto religioso por excelência; sempre deriva do domínio da revelação de Deus e da intuição da sua perfeita beleza, uma e a mesma em toda a extensão do seu reino e influência, na mais fervorosa caridade como na rosa silvestre, no vaso de barro o mais grosseiro e comum, como no mais acendrado sacrifício sacerdotal diante dos altares. Sempre e ardentemente a simplicidade é o princípio supremo da beleza, e a simplicidade é de Deus, de Deus nos vem, de Deus uno e indivisível em todas as suas manifestações, na consciência e no sonho, como na sua encarnação e no tacto que a sente e verifica em nosso coração ou na terra, no êxtase ou no trabalho das nossas mãos e no suor do rosto que o alenta. A simplicidade, facto económico ou estado de alma religiosa, é sempre no seu mover e nas suas criações uma mesma atitude do homem perante Deus; é a expressão vivida da candura de uma mesma ansiedade e de um mesmo espírito, em toda a situação e referência respirando e bafejando o mesmo ambiente, o mesmo sustento exigindo, e no mesmo triunfo e exaltação se coroando.

Ora, se nós procurarmos como é que esse princípio da simplicidade e do contacto directo com a criação opera no mundo

actual, logo reconheceremos as poderosas opressões que o constangem e quase excluem da realidade terrena, e por aí poderemos julgar as dificuldades e antipatias e indiferenças com que a arte assisiense há-de contar onde a imarcescível sensualidade do Profeta, prolongando-se através dos séculos na aspiração dos seus fiéis, se propuser renovar e enraizar aquela flor da contemplação da obra divina.

Um artista moderno, de carácter muito singular e incontestável mérito, Eric Gill, percorrendo sobre as possibilidades de renovação das artes manuais caseiras e analisando os meios em nosso tempo usados para as manter e desenvolver ⁽¹⁾, achou que têm sido vãs todas as tentativas para esse efeito por meio das muitas associações de arte e ofícios que, abundadas de boas intenções, se propuseram restaurar os antigos métodos tradicionais do trabalho industrial e artístico e a sua beleza. «Quanto essas associações têm conseguido é cair de branco o sepulcro, fazendo parecer o mundo melhor do que ele é. Afinal, apenas facultam aos mercantes estilos novos para nova exploração e seu proveito pecuniário». Porque essas associações modificam a forma e a condição das coisas, mas não alteram a condição dos homens; e esta é que é essencial, e sem esta todo o renascimento externo e superficial é absolutamente estéril. «O renascimento da indústria manual caseira não depende da vontade dos homens para o renascer, mas da vontade dos homens para viver e trabalhar segundo o que é racional para o próprio trabalho e, justamente, para o trabalho feito por *homens*. Essa vontade depende do conhecimento. Há, primeiro, a conhecer a natureza do homem e a natureza do trabalho — *finis operantis a finis operis*. E o que nós sabemos actualmente é que as condições da vida e do trabalho na Inglaterra moderna (assim como em todas as nações de civilização industrial mecânica, diremos nós), são inimigas de ambos. Os homens aviltaram-se pela servidão e as obras aviltaram-se por comercialismo e industrialismo. Ninguém pode viver bem enquanto uma vida boa não for o seu primeiro cuidado. Ninguém pode fazer uma

(1) *Artwork*, N.º 1.º (Londres, 1924).

obra boa enquanto, como trabalhador, o seu primeiro cuidado não for fazer obra boa. Ora nem a vida nem a obra boa são o primeiro cuidado do escravo e do mercante». O primeiro cuidado do escravo é a segurança, e o primeiro cuidado do mercante é o lucro. Exceptuando, portanto, os casos individuais, a vida boa e a obra boa são impossíveis na Inglaterra de hoje (no mundo moderno). E o indivíduo rebelde, por mais isento do mundo que ele possa guardar-se, está sujeito a ser corado de idiossincrasia ou excentricidade pelo vulgo. Será provavelmente e ao mesmo tempo um impertinente e um maníaco. Tem de determinar para si um padrão, de seu próprio fabrico, a não ser que primeiro se tenha aliado à Verdade, e a Verdade é um *quem*, não é um *quê*.

Para a renovação das coisas pela renovação do nosso espírito, o primeiro passo é «fugir da Babilónia». «O renascimento das indústrias manuais caseiras só é uma política prática nos montes». Só a um ou dois, é que havemos de fugir. E depois, então, no brávio, ganhando o pão com o suor do rosto o brávio há-de florir com a rosa.»

Infelicidade das congregações que, formadas na melhor intenção de servir a pureza da arte fundada em uma simplicidade religiosa, facilmente, pela condição irreductível dos ajuntamentos, degeneraram em sepulcros caiados, sendo interiormente e de facto o coute agitado de comodidades terrenas e caprichos e sensualidades e mercantilismo e interesses de baixas ambições gananciosas; a salvação da arte, como da religião, pelo esforço individual, pela coragem e dedicação e inteligência de temperamentos de excepção, serenamente afrontando a frieza e a aversão de um ambiente estranho ou inimigo; o abandono essencial do tumulto babilónico das cidades e a redenção no «brávio», por um ou dois, pela singularidade, nos «montes» onde a rosa há-de florir: — quanto a arte de S. Francisco sofreu desde a sua concepção e heróico exemplo, e quanto tem a sofrer no mundo actual onde quer que algum anseie por a edificar, este eterno conflito da inanidade religiosa, precipitando-nos em uma desvairada casualidade, e da obdiência religiosa erguendo-nos à beatitude espiritual, cativa da contemplação da presença de Deus em toda a criação, tão claramente

revelada na oração como na arte, todo esse combate de dramáticos antagonismos, que a arte assisiense pressupõe, estará activo e palpitante nas considerações modestas e rasteiras em que o artista do nosso tempo analisou um pequeno caso de economia da arte, um acidente da sua aplicação actual.

É que, na verdade, a arte assisiense é um problema da actualidade, na actualidade se formulando e pedindo solução, tal qual a religião de S. Francisco e toda a civilização que ele concebeu e professou. *Fluctuat nec mergitur*, e por mais completo que o naufrágio pareça a quem ignora ou não soube amar o sonho do Profeta, neste mar encapelado de sórdidas paixões, vogam e brilham como estrelas os fragmentos incorruptíveis da nau alada que as velas brancas como pombas um dia lançaram no cerúleo espaço dos enlevos divinos.

Mas nos montes e no bravio é que a arte franciscana habitará — como a religião franciscana, e a sua pobreza, e quanto constitui a civilização assisiense, hoje como ontem, como no correr da sua acidentada vida e da sua história sete vezes secular. Por sua oposição ao ideal cesarista triunfante, a arte franciscana será sempre um voto de excepção, uma criação e uma prece de eleitos, um extremo, um sinal de referência para graduação e classificação das medianias e das bastardias dominantes, uma aspiração, que na sua pureza e integridade é o privilégio e o apanágio de compleições sagradas e santuários peregrinos que o Senhor põe na terra, não para a transformar por esses exemplos, o que não cabe nem nas forças humanas e seu tumulto, nem nas possibilidades de domínio das forças cósmicas e nas tiranias, mas sòmente para julgar a terra e lhe inspirar impulsos que por efémeros momentos de elevação nos ergam à presença de Deus e à sua alegria e beatitude.

EVOCÇÃO

Não sei definir a impressão que se apodera de mim ao pegar na pena para escrever estas linhas: qualquer coisa como os intraduzíveis sentimentos de saudade e respeito despertados no nosso coração ao mexer nesses objectos familiares que vimos a servir em mãos amigas, imobilizadas, mais tarde, na rigidez da morte, e que o nosso affecto piedosamente juntou e guardou, como reliquias num relicário fechado...

Escrever sobre alguém a quem muito quisemos em vida e que, na morte, nunca esquecemos, significa, de facto, o revolver de recordações que nos ferem a sensibilidade, fazendo-nos reviver, — com que tristeza! — as alegrias de uma convivência para sempre desaparecida dos caminhos da nossa peregrinação terrena.

Mas, se é dolorosa a experiência, por certo que é, também, muito consoladora. Exaltar, com sinceridade e justiça, a memória dos nossos queridos ausentes, iluminá-la com a lembrança das virtudes que suavemente irradiaram, dar a conhecer traços de grandeza moral que um trato mais íntimo nos revelou, torna-se, em certos casos, imperativo da consciência a que, irresistível e comovidamente, obedecemos. São, sem dúvida, as razões que me movem ao escrever esta breve evocação, destinada a fechar o livro de Jaime de Magalhães Lima, S. Francisco de Assis e a civilização que ele concebeu e professou.

Imperativo da consciência... Importa, com efeito, deixar aqui assinaladas as palavras que ele proferiu ao terminar o seu manuscrito: «O outro podem queimá-lo». Pois que até pareceria ficar incompleta esta obra póstuma do grande escritor e pensador, se não levasse, como remate, essas palavras que tanto o nobilitam. O «outro» era o seu primeiro livro sobre S. Francisco Servo e menor, S. Francisco de Assis, publicado em 1908, livro

em que, de boa fé, ele deixaria reflectir a influência protestante e os preconceitos anticatólicos do célebre hagiógrafo do Poverello, Paul Sabatier.

Que era de boa fé bem o provam a lealdade, a coragem moral, direi mesmo, a abnegação, manifestadas nestas admiráveis palavras. Nele, — sempre tão modesto, tão alheado de si próprio, no ambiente da exaltação em que o envolviam os seus inúmeros admiradores, — não significava, por certo, tal exclamação, o intuito de se enaltecere aos olhos dos outros numa atitude vistosa, digamos assim. Movia-o apenas a delicadeza do seu carácter prontificado-o ao custoso sacrificio de obra sua, desde que reconhecesse haver-se nela introduzido um erro, que não só importava corrigir, como também aniquilar.

Não surpreende tal attitude a quem, com ele, intimamente privou. E permitiu-me conhecê-lo, apreciá-lo e acompanhá-lo de perto, até ao fim, um parentesco muito próximo que recua para os tempos em que principiei a ter consciência da vida, a visão da sua saudosa imagem e a experiência do seu constante affecto.

Era evidente a ascensão daquelle espirito religioso voltado para as realidades eternas, mais acentuadamente ainda, na última fase da sua existência. Quantas vezes iam as nossas conversas para esses elevados assuntos, nas temporadas calmas que passei, em anos seguidos, no remanso da sua acolhedora Quinta de S. Francisco! Encantavam-no as grandezas da fé católica, as belezas da Sagrada Escritura, o eloquente e grave simbolismo da liturgia, a singeleza e espiritualidade do canto gregoriano... aspectos visíveis e sensíveis da religião em que ele descobria os divinos esplendores da Vida.

Eu ouvia-o e percebia a que ponto o dominava a atracção dos problemas eternos. Transparecia, de facto, não só nas cogi-

APENDICE

tações da sua alma, como também na consciência em cumprir os preceitos da Lei. Aos domingos fazia longas caminhadas para ir ouvir Missa. Estou a vê-lo, com o seu pequeno missal inglês de Dom Cabrol, seguindo a passos largos e tranquilos, partindo sempre a tempo de nunca chegar tarde, e até de poder deter-se no caminho para contemplar, por momentos, com olhos de artista, as belezas daquela admirável região que ele tanto amava.

Pode dizer-se que foi o seu derradeiro cuidado essa fidelidade em observar as suas obrigações de cristão. Aproximava-se a Quaresma. Enfraquecido pela velhice e a doença, ele, que já não podia sair de casa, antecipadamente apreendia a dificuldade em cumprir o dever pascal, e, procurando resolvê-la, confiava a sua preocupação a quem, mais que todos, o soube acompanhar e compreender. Quis Deus chamá-lo a Si na véspera de se entrar no tempo santo da penitência. Mas o Senhor o encontrou vigiando e orando...

...Esteja ele no goso das alegrias eternas! E que, na morada dos justos, brilhe em esplêndidos fulgores aquela luz suave da sua bondade cristã que foi conforto para quem lhe sentiu o afago, e continua a ser saudade e esperança nos corações que a guardaram e nunca a esqueceram!

Moreira da Maia, 17 de Dezembro de 1956.

MARGARIDA DE MAGALHÃES

bibRIA

APÊNDICE

BIBLIOGRAFIA DO DR. JAIME DE MAGALHÃES LIMA

Não é fácil tarefa a inventariação dos escritos do Dr. Jaime de Magalhães Lima. Além das obras, monografias e folhetos publicados, há numerosos estudos e artigos insertos em revistas e jornais, cuja busca, certamente muito demorada, pelas bibliotecas, ainda nos não garantiria que a informação daí resultante fosse completa e exhaustiva.

Nestas circunstâncias, teremos de nos contentar com um simples esboço. Enumeraremos, em primeiro lugar, as revistas e jornais em que o autor colaborou, sem a pretensão, como é óbvio, de apresentar uma lista completa; em seguida, virá a enumeração dos trabalhos dados a lume por vários editores e, a fechar, a indicação da variada colaboração de que temos conhecimento:

I — REVISTAS E JORNAIS

a) *Revista de Portugal; Instituto; Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia; Boletim da Real Associação Central de Agricultura Portuguesa; Revista dos Campos; Portugal Agrícola; Revista Florestal; Révue Politique et Parlementaire; Gazeta das Aldeias; Ilustração Moderna; Lusitânia; Labor; Portucale; Seara Nova.*

b) *Provincia; Repórter; Tarde; Semanade Lisboa; Novidades; Nacional; Jornal da Noite; Diário Ilustrado; Diário dos Açores; Vitalidade (Aveiro).*

II — EDIÇÕES

1886 — *Estudos sobre Literatura Contemporânea; 1887 — O Sr. Oliveira Martins e o seu Projecto do Fomento Rural;*

1888 — *A Democracia* (estudos sobre governo representativo); *A Arte de Estudar* — por Alex. Bain (tradução); 1889 — *Cidades e Paisagens*; 1892 — *As Doutrinas de Leão Tolstói*; 1894 — *Jesus Cristo* — por Didon (tradução); 1899 — *O Transviado* (romance); *Notas dum Provinciano*; 1900 — *Elogio de Edmundo de Magalhães Machado*; 1901 — *Sonho de Perfeição* (romance); 1902 — *Vozes do meu Lar*; 1903 — *Na Paz do Senhor* (romance); 1904 — *Reino da Saudade* (romance); 1905 — *Via Redentora*; 1906 — *Apóstolos da Terra*; 1908 — *São Francisco de Assis*; 1909 — *José Estêvão*; 1910 — *Alexandre Herculano*; *Rogações de Eremita*; 1912 — *O Vegetarianismo e a Moralidade das Raças*; 1915 — *Salmos do Prisioneiro*; *A Guerra — Depoimentos de Hereses*; 1918 — *Do que o fogo não queima* ⁽¹⁾; 1920 — *Arte e Alentos de Pousadas da minha Terra — Rasto de Sonhos*; 1923 — *A Língua Portuguesa e os Seus Mistérios* ⁽²⁾; *Coro dos Coveiros* (poesia); 1924 — *Alberto Sampaio e o Significado dos Seus Estudos na Interpretação da História Nacional* (conferência); 1925 — *Camilo Castelo Branco* (conferência) ⁽³⁾; 1926 — *A Arte de Repousar* (conferência); 1928 — *José Estêvão* (conferência) ⁽⁴⁾;

(¹) — Em duas partes: I — *Do que o fogo não queima*; II — *Valores restaurados — Renascimento da Educação Clássica*.

(²) — Contém: *Ressurreição dum milagre* (a propósito do vol. *Trancoso*, da «Antologias», de Agostinho de Campos; *O Canto e a Letra na linguagem* (a propósito dos *Paladinos da Linguagem*, de Ag. de Campos); *Um homem de letras* (Ag. Campos); *A Bíblia da Pátria* (a propósito do aparecimento do vol. 5.º de *Na Hora Incerta da Nossa Pátria*, de Correia de Oliveira — «A Fala que Deus nos deu»).

(³) — Lida no Liceu de Aveiro, em a noite de 16 de Março de 1925, em que se comemorou o 1.º centénário do Escritor.

(⁴) — Lida no Liceu de Aveiro, na sessão solene de homenagem ao seu patrono, em 17 de Dezembro de 1927. Foi editada pela revista *Labor*.

1931 — *Princípios e Deveres Elementares* (conferência); *Dificuldades Étnicas e Históricas da Insinuação do Nacionalismo na Arte Portuguesa Contemporânea*; 1933 — *O Amor das Nossas Coisas e Alguns que o bem serviram* ⁽¹⁾; 1934 — *Dr. Alberto Souto: o seu Espírito, o seu Carácter, a sua Obra*.

III — COLABORAÇÃO

I — Na «*Revista de Portugal*» (Dir.: Eça de Queirós): vol. II (1890): *A filosofia de Tolstoï* (págs. 172 e 329); Vol. III (1890): *As comunidades de Goa* (pág. 40); *A escola de Barbizon* (pág. 319); *Ideias e factos* (págs. 289, 413, 595 e 703); *A vida conjugal* (comentário à *Sonata de Kreutzer, de Tolstoï*) (pág. 211); Vol. IV (1892): *Política Interna* (págs. 105, 233, 371 e 513).

II — No «*In Memoriam*» de Antero (1896): *Um Justo* (pág. 211-218).

(1) — Compilação de estudos, que contém: A) *Ramalho Ortigão* — I — Os Demolidores do Liberalismo; II — Repouso do gladiador; III — Ramalho Ortigão e o amor das nossas coisas (1916); B) — *Camilo Castelo Branco* (1925, conferência atrás citada); C) — *Eça de Queirós*: I — Eça de Queirós e o renascimento da Língua Portuguesa; II — O estilo de Eça de Queirós e os seus contrastes e paralelos; D) *Antero de Quental*: I — (1886); II — Publicado pela primeira vez na *Tarde*, 1899; III — Publicado no *Diário dos Açores*, 1921; IV — A Cultura sistemática do desprendimento e o mistério da morte de Antero, no *Diário dos Açores*, 1929; E) *Oliveira Martins* — I — Oliveira Martins, na *Semana de Lisboa*, 1893; II — A Influência de Oliveira Martins, na *Tarde*, 1897; III — Oliveira Martins (1894-1902) — Oito anos de repouso; IV — Oliveira Martins — O seu carácter (1910); V — O 1.º tomo dos «*Dispersos*» de Oliveira Martins, prefaciado e anotado pelo Sr. António Sérgio (1923); F) *Afonso Lopes Vieira* — I — «*Em Demanda do Graal*» (1923); II — A grande arte em literatura e o livro «*Amadis de Gaula*» (1923); G) *Manuel da Silva Gaio* — A conversão dum Poeta (1916); H) *António Correia de Oliveira* (1930).

III — Na «**Antologia Portuguesa**», de Agostinho de Campos: *Carácter Literário de Fernão Lopes* (Vol. II de «Fernão Lopes», 1922, pág. IX-XXI); *Ecce Sacerdos! Lugar de Fernão Lopes na Lit. Portuguesa* (Vol. III de F. Lopes, 1922, págs. XLV-LXXIII).

IV — Na revista **Lusitânia** (Dir.: D. Carolina Michaëlis): *Eça de Queirós e o renascimento da Língua Portuguesa* (Vol. I, 1924, pág. 339); *O Estilo de Eça de Queirós e seus contrastes e paralelos* (vol. III, 1925, pág. 177).

V — Em «**Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia**», Vol. II, fascículo IV: — *Os povos do Baixo Vouga*, 1926, pág. 287-335.

VI — Na «**Ilustração moderna**» (Dir.: Marques de Abreu): Vol. I (1926-1927): *O poder de um retrato de papel* (pág. 59); *O Sr. Marques Gomes e a sua obra capital — A organização do Museu Regional de Aveiro* (pág. 100); *Cândido da Cunha, o pintor do mistério da paisagem* (excerto de conferência) (pág. 183); *O Sr. D. João de Lima Vidal* (pág. 218); *A degolação dos inocentes* (pág. 376); *S. Francisco de Assis, cálice da vida* (pág. 426). — Vol. II (1928-1929): *Um novo pintor — O Sr. Porfírio de Abreu* (pág. 136); *Do feudo à Nação* (1128-1928); — *A batalha de S. Mamede* (pág. 150); *Génios da Montanha* (pág. 414); *Sagração da paisagem* (pág. 442). — Vol. III (1930-1932): *A alma de uma árvore e o seu poder nos homens* (pág. 50); *António Correia de Oliveira* (pág. 77); *Categoria estética da arte fotográfica* (pág. 127); *Valor educativo da arte fotográfica* (pág. 198); *A aventura estética de um peregrino — Lugar e valor do eucalipto na paisagem* (pág. 352); *João Augusto Marques Gomes — Poder e vitória numa vocação* (pág. 384); *Teixeira Lopes e as metamorfoses da sua arte* (pág. 428); *Bastardias da arquitectura na actualidade* (pág. 482).

VII — Na revista «**Labor**» (Aveiro) (Dir.: José Tavares e Álvaro Sampaio): Vol. I (1926): *D. Carolina Michaëlis* (pág. 67). —

Vol. III (1928): *Júlio Henriques — o seu saber, o seu carácter, a sua felicidade* (pág. 212). — **Vol. V** (1930): *Prioridade da música sobre o pensamento na linguagem* (pág. 417); *Ciência e arte* (a propósito de um artigo de Anselmo Ferraz de Carvalho) (pág. 428). — **Vol. VI** (1931): *Novos aspectos da ciência da linguagem* (pág. 65); *A arte do dicionário e os métodos de estudo da linguagem* (pág. 261); *Uma arte descurada — a leitura* (pág. 369); *Estrutura científica do ritmo* (pág. 508); *A propósito de uma conferência* (carta) (pág. 516). — **Vol. VII** (1932-1933): *Aperfeiçoamento recíproco do palácio e da praça na linguagem* (pág. 261). — **Vol. VIII** (1933-1934): *Poesia e música — Simetria dos seus sistemas específicos de articulação e flexão* (pág. 5).

VIII — Na revista «Portucale» (Dir.: Cláudio Basto): **Vol. I** (1928): *Eirol — Um ninho de águias e as suas sugestões* (pág. 77); *O centenário de Leão Tolstoi* (pág. 261). — **Vol. II** (1929): *Glosas Bárbaras*: I — *Musa da Beira*; II — *Arca da Aliança* (versos) (pág. 404). — **Vol. III** (1930): *Predomínio da individualidade sobre a rigidez de formas específicas na geração e uso dos vocábulos* (pág. 405). — **Vol. IV** (1931): *Raízes da Nacionalidade Portuguesa e maturidade da sua civilização* (pág. 17); *As canções populares portuguesas e a piedosa oferenda que o Snr. Armando Leça lhes votou* (pág. 198). — **Vol. V** (1932): *Caminho e atalhos do poeta e da sua arte* (pág. 107). — **Vol. VI** (1933): *Os «arretos» e a condição psicológica dos povos que eles estremam* (pág. 64). — **Vol. VII** (1934): *O regionalismo orgânico e a sua constituição sistemática* (pág. 124).

IX — Na «Seara Nova» (Dir.: Câmara Reis): *Cismas de Rebeldes* (1930-1931) n.ºs 181, 189, 198, 205, 211, 217, 222, 227, 249, 260 da revista); *Solvitur ambulando* (1933) (n.º 328).

Aveiro, 10 de Dezembro de 1956.

José Pereira Tavares

bibRIA

INDICE

PAG.

Introduzione 1

I - I quattro orientamenti e le loro posizioni 11

II - A proposito di Dante 18

III - Il Vocabolario di S. Francesco 25

IV - L'arte 32

V - Il teatro 37

VI - La lingua 41

VII - La cultura 45

Appendice - Bibliografia di Dot. Arturo de Magalhães Lima 49

ÍNDICE
bibRIA

bibRIA

ÍNDICE

	PÁG.
Prefácio	7
I — A pobreza assisiense e os seus problemas	11
II — A paisagem do Santo	33
III — O Catolicismo de S. Francisco	39
IV — Conventuais e terceiros	57
V — Filosofia assisiense	71
VI — A arte de S. Francisco	91
Evocação	111
Apêndice — Bibliografia do Dr. Jaime de Magalhães Lima .	115